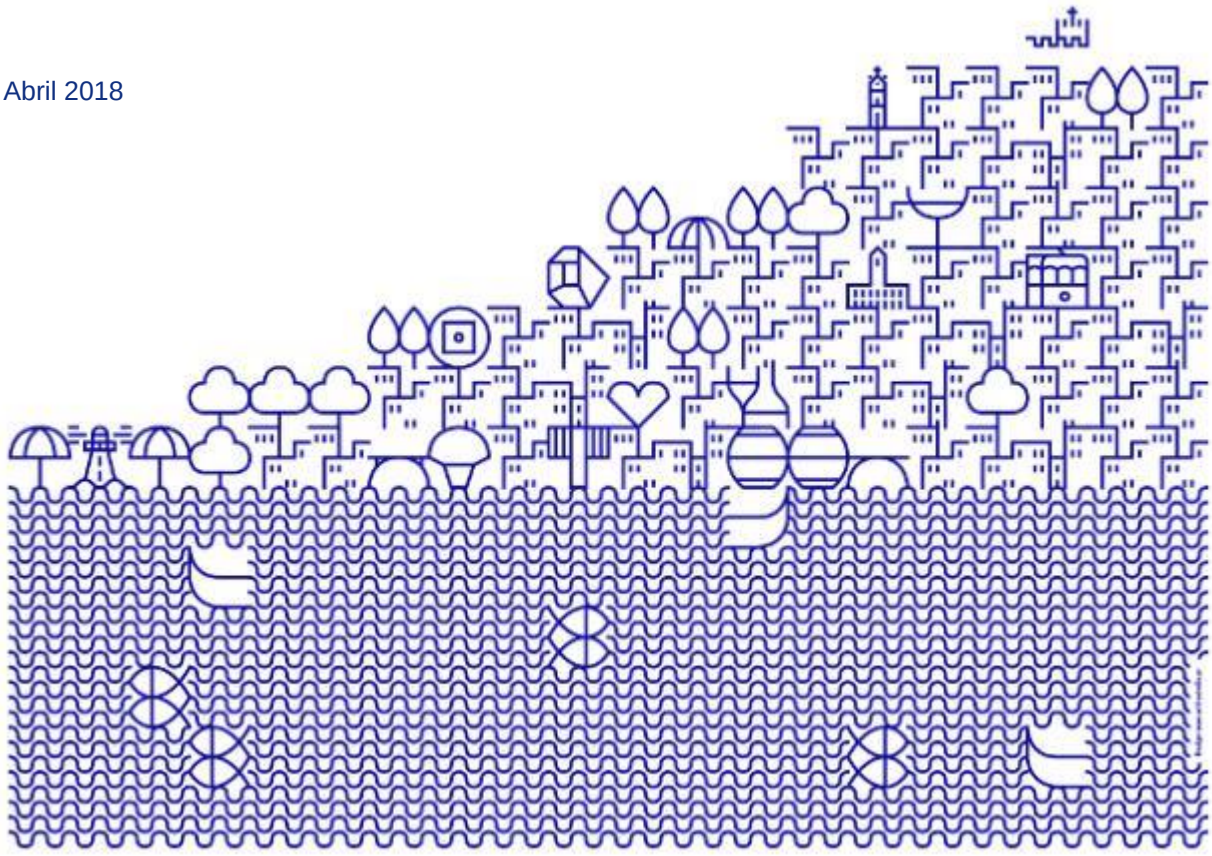
REVISÃO
DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DO PORTO

Valores Patrimoniais

Relatório de Caraterização e Diagnóstico

Abril 2018



Índice

1. Introdução 4
1.1 Preâmbulo 4
1.2 Património – Conceitos e Critérios 9
2. Património Arquitetónico 11
2.1 Preâmbulo 11
2.2 Revisão Crítica da Carta do Património 15
2.2.1 Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico 21
2.2.2 Núcleos e Lugares 24
2.2.3 Espaços Verdes com Valor Patrimonial 26
2.2.4 Imóveis de Interesse Patrimonial 29
2.2.5 Proposta de Categorização do Património Arquitetónico 31
2.3 Diagnóstico 74
2.3.1 Património Classificado 73
3. Património Arqueológico 79
3.1 Preâmbulo 80
3.2 Proposta de Categorização do Património Arqueológico 98
3.3 Diagnóstico 101
4. Visão estratégica: Quadro Síntese 107

Índice Figuras

Figura 1 – Gráfico com Regime de Proteção de Bens e Imóveis Inventariados 12
Figura 2 – Planta com Identificação do Regime de Proteção de Bens e Imóveis Inventariados 13
Figura 3 – Planta com Cronologia de Bens e Imóveis Inventariados 14
Figura 4 – Planta com Identificação da Muralha Gótica, Plano Almadino e Reforma Liberal 15
Figura 5 – Carta de Património sobreposta à Planta de Telles Ferreira de 1892 16
Figura 6 – Carta de Potencial Arqueológico sobreposta à Planta de Telles Ferreira de 1892 16
Figura 7 – Planta de Desenvolvimento da Cidade e Expansões Sucessivas (Plano Diretor da Cidade do Porto, 1962) 17
Figura 8 – Estudo para a Carta com Áreas de Valor Patrimonial e Paisagístico, 1991 (Plano Diretor Municipal 1993) 17
Figura 9 – Estudo de Caracterização e Diagnóstico (DMMPC, 2001) 18
Figura 10 – Carta de Património, Planta de Ordenamento (PDM 2006) 18
Figura 11 – Carta de Qualificação do Solo, Planta de Ordenamento (PDM 2006) 19
Figura 12 – Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico com sobreposição da Muralha Gótica, Plano Almadino e Reforma Liberal 19
Figura 13 – Carta de Património Arquitetónico 20
Figura 14 – Planta com Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico e Vias Históricas 23
Figura 15 – Planta com Identificação de Núcleos e Lugares 25
Figura 16 – Planta com Identificação de Espaços Verdes com Valor Patrimonial 26
Figura 17 – Quadro com Espaços Verdes com Valor Patrimonial identificados na Carta de Património 28
Figura 18 – Planta com Identificação de Imóveis de Interesse Patrimonial 30
Figura 19 – Planta com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio” 35
Figura 20 – Quadro com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio” 50
Figura 21 – Planta com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Equipamentos” 52
Figura 22 – Quadro com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Equipamentos” 57
Figura 23 – Planta com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços” 59
Figura 24 – Quadro com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços” 61
Figura 25 – Planta com Identificação de Núcleos Rurais e “Obras de Arquitetura com Matriz Rural” 63
Figura 26 – Quadro com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz Rural” 64
Figura 27 – Planta com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz Industrial” 66
Figura 28 – Quadro com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz Industrial” 67
Figura 29 – Planta com Identificação de “Obras de Arte de Engenharia” 69
Figura 30 – Quadro com Identificação de “Obras de Arte de Engenharia” 70
Figura 31 – Planta com Identificação de “Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública” 72
Figura 32 – Quadro com Identificação de “Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública” 73
Figura 33 – Gráfico com Categorização do Património Arquitetónico 75
Figura 34 – Gráfico com Cronologia por Categorias 75
Figura 35 – Planta com Identificação de Categorização do Património Arquitetónico 76
Figura 36 – Gráfico com Património Classificado e Zonas de Proteção 77
Figura 37 – Planta com Identificação de Património Classificado e Zonas de Proteção 77
Figura 38 – Gráfico com Percentagem de Bens e Imóveis Classificados por Categorias 78

Figura 39 – Gráfico com Regime de Proteção por Categorias 79
Figura 40 – Quadro com Inventário do Património Arqueológico 97
Figura 41 – Planta com Identificação de Categorização do Património Arqueológico 98
Figura 42 – Gráfico com Categorização do Património Arqueológico 102
Figura 43 – Carta de Potencial Arqueológico 106
Figura 44 – Carta de Síntese do Património com sobreposição de Carta de Património e de Carta de Potencial Arqueológico 107
Figura 45 – Quadro Síntese de visão estratégica 108

1. Introdução

1.1. Preâmbulo

O presente relatório de caracterização e diagnóstico dos valores patrimoniais decorre da análise do PDM em vigor, nomeadamente do Relatório (vol. I e vol. II, Setembro 2005), das Alterações ao regulamento do PDM aprovadas em Setembro de 2012, na informação elaborada pela Divisão Municipal de Museus e Património Cultural (DMMPC), do conhecimento direto da cidade e dos seus processos de transformação e, também, da investigação desenvolvida na área da identificação, caracterização e estratégia de salvaguarda de valores patrimoniais arquitetónicos e arqueológicos.

Defendendo-se que o património arquitetónico é constituído por factos construídos e não pela *imagem* dos factos construídos, isto é, pela simulação parcial ou total da obra histórica, procurou-se identificar de forma objetiva, diferentes categorias de valores patrimoniais. Será com este entendimento que se pretende identificar, conhecer, divulgar e respeitar todos os elementos construídos e respetivas técnicas de construção. O contributo principal será, portanto, no sentido de se defender que os elementos e os materiais que constituem o património arquitetónico são os elementos a salvaguardar e não o seu cenário ou o somatório das suas imagens. Deste modo, constituirão elementos da obra arquitetónica a salvaguardar, não apenas a(s) fachada(s) exteriores do edifício como os elementos estruturadores dos seus espaços interiores, acessos verticais, iluminação vertical e hierarquização volumétrica, entre outros.

A apresentação do registo desenhado do processo de evolução histórica da cidade, a partir da Muralha Gótica, contribuiu para evidenciar de forma sistemática, acessos às portas da cidade e áreas privilegiadas de fixação e desenvolvimento de núcleos urbanos e rurais. Neste processo teve importância decisiva a definição de um critério de análise e registo do facto arquitetónico e urbano a partir do espaço público (arruamentos, praças, jardins) e da delimitação de parcelamentos ou lotes onde se localizam os valores patrimoniais. As áreas e obras inventariadas procuram, portanto, refletir uma leitura da cidade como conjunto de factos arquitetónicos construídos e dominantemente interrelacionados.

Referindo Alois Riegl, pode-se afirmar que toda a política de salvaguarda do património arquitetónico significa *desenvolvimento*[1]. Isto é, a conservação e reabilitação das *heranças patrimoniais* significam *permanência e transformação*.

Neste sentido, considera-se necessário operar com o conceito de *matriz* da obra arquitetónica. Trata-se de uma interpretação pragmática da relação entre *tipo* e *modelo* no campo da projetação e produção do edificado. Assim, "*Tipo*, em arquitetura, é a estrutura conceptual, a matriz de organização espacial que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num

[1] Alois Riegl, *O culto moderno dos monumentos*, 1903; tradução portuguesa: Edições 70, Lisboa, 2016.

determinado conjunto de obras que se selecionaram com um objetivo específico. *Modelo* é um objeto acabado, uma obra que se pode repetir"[2].

No processo de conceção da obra arquitetónica, bem como no seu processo de transformação ao longo da história, o desenho e construção das suas formas pretende responder a programas, usos e funções que tanto se vão mantendo como sobrepondo ou substituindo. Tal significa que, em determinadas circunstâncias, haverá necessidade de se entender tanto a obra inicial como o resultado de eventuais *metamorfoses*. A *matriz* será portanto o conjunto de elementos arquitetónicos essenciais que, associados e materializados com rigor disciplinar, permitem identificar a obra e respeitar a memória do seu processo histórico.

Verifica-se que os valores patrimoniais das cidades abrangem não só obra edificada ou arqueológica com sua área envolvente, como também espaços, malhas urbanas e arruamentos, mobiliário urbano e obras de arte pública. Com efeito, a partir do último quartel do século passado os "valores patrimoniais" que contribuem para a qualidade e autenticidade dos factos urbanos integram determinados sectores históricos da cidade que valem pelo seu conjunto e não apenas pela peça isolada ou por somatório de peças de determinados períodos históricos.

A cidade do Porto integra um relevante património com valor individual ou de conjunto, de diferentes épocas – sendo o inventário do património uma amostra necessariamente circunscrita e limitada -, pelo que se reforça a importância de uma contínua e constante atualização da inventariação do património pelos serviços municipais, como o primeiro passo para a sua salvaguarda e preservação.

1.1.1 Âmbito e Objetivos do Trabalho

O âmbito da caracterização e diagnóstico dos valores patrimoniais, tal como se apresenta no Relatório do PDM em vigor (2005), não se limita à obra arquitetónica isolada ou ao facto arqueológico (com respetivas zonas envolventes de proteção) mas pretende abranger, também, conjuntos urbanos ou determinadas áreas da cidade reconhecendo-lhes interesse e qualidade patrimonial arquitetónica, urbana, arqueológica ou/e paisagística.

Neste sentido, interessará conjugar a definição das áreas urbanas classificadas como centro histórico ou núcleo medievo, como a cidade dentro de muralhas ou como a expansão almadina, com outros factos arquitetónicos e urbanos aos quais, hoje, se reconhece valor histórico e patrimonial. Referimo-nos a ruas e estradas históricas de acesso ao Porto setecentista e oitocentista, bem como a todo o sistema da Estrada da Circunvalação. Interessará analisar estes elementos arquitetónicos e urbanos, definir critérios de caracterização e classificação.

[2] Francisco Barata Fernandes, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*, FAUP publicações, Porto, 1999, p. 35.

Os documentos produzidos para o PDM em vigor, apontam, na globalidade, perspetivas muito valorativas do Património enquanto suporte para a estratégia de desenvolvimento de um território. Por exemplo, na nota nº 9 do relatório de 2005, inserida na página 247, já então é salientado que a Carta de Património tem "outras vocações" para além de contribuir para o ordenamento do território. Esse documento aponta algumas dessas vocações que, sendo importantes, merecem ser salientadas e, agora, em 2017, devem ser ampliadas e reforçadas. Com o decorrer dos anos e a evolução do conhecimento, a Carta de Património, na sua vertente de análise do potencial arquitetónico e arqueológico, pode ser, metodologicamente, abordada numa dupla e harmoniosa perspetiva.

Normalmente os indicadores sobre o património são registados numa lógica de "autópsia", na medida em que se procura analisar o que se passou, identificar o passado. No entanto, o desafio é evoluir numa abordagem para uma lógica de "biópsia", na medida em que permite ver o que se está a passar e desenvolver ações apropriadas para melhorar o existente, ajudando ao planeamento do futuro.

Relativamente ao campo da arqueologia, a surpresa que o "subsolo" de uma cidade, de um território, pode proporcionar é tanto menor quanto maior for o conhecimento sobre esse "subsolo". Tal como foi apontado no Relatório do PDM em vigor (2005), a especificidade da análise que serve para reconhecer o Património, procura, mais que tudo, viabilizar, no presente e no futuro, a melhor atitude, solução ou projeto, reconhecendo que a denominada carta de Potencial Arqueológico está em permanente atualização, sendo tão mais útil para o planeamento quanto mais rica estiver no momento da consulta técnica, quanto mais acrescentada e atualizada puder ser ao longo do tempo. Neste sentido, é decisivo reconhecer a importância que a rede histórica de espaços públicos representa na definição e caracterização do património construído da cidade, oferecendo-se como uma rede de articulação de factos diversos observáveis e, por vezes, escondidos pelo tempo. Não se trata, apenas, da salvaguarda peça a peça de uma listagem classificatória, mas da defesa de um sistema de factos urbanos que transmitem a nossa herança cultural, reconhecem um património.

A representação dos valores patrimoniais na cidade deverá ter como fio condutor a rua, a avenida, a praça, a malha urbana, o espaço público e não apenas a peça arquitetónica com valor monumental nacional.

1.1.2 Quadro de Intervenção e Componentes Críticas do Diagnóstico

A particular circunstância da cidade do Porto apresentar um limite administrativo que é na sua maior parte, também, um limite físico construído em finais de oitocentos, contribui para que a delimitação da área de intervenção seja mais facilmente assumida, se excetuarmos a "fronteira" oriental.

Em 1996, tendo a UNESCO considerado o Centro Histórico do Porto como Património Cultural da Humanidade e definido uma Área de Proteção que abrange grande parte da expansão

urbana de setecentos, oitocentos e primeira metade do século passado, realizada numa dinâmica radial a partir do núcleo medieval, podemos considerar que nos meios culturais nacionais e internacionais é reconhecido o valor patrimonial de cerca de 100 ha da cidade do Porto.

Entende-se que na área do Planeamento Urbano, a matéria respeitante ao Património da Arquitetura, da Cidade e do Território não deverá ficar confinada a listagens de Monumentos Nacionais, Conjuntos e Imóveis de Interesse Público, Imóveis de Interesse Municipal, Imóveis em Vias de Classificação, ou a manchas correspondentes a Áreas Classificadas ou em Vias de Classificação, Zona de Proteção e Zona Especial de Proteção, Espécies Arbóreas Protegidas, Classificadas, etc.

O domínio do Património Arquitetónico e Arqueológico é constituído por situações com valor patrimonial de matrizes distintas e com processos com características específicas, que exigirão as suas próprias componentes críticas de diagnóstico.

Na Secção I, Sistema Patrimonial (Capítulo II) - Áreas Históricas do Regulamento do PDM os art. 44º - Áreas com Interesse Urbanístico e Arquitetónico, 45º - Imóveis de Interesse Patrimonial, 46º - Áreas de Potencial Valor Arqueológico e 47º - Espaços Verdes com Valor Patrimonial fornecem conceitos considerados operativos para a elaboração de diagnósticos.

O trabalho de diagnóstico deverá ter presente contributos de A. Riegl, V. Gregotti, F. Choay, I. Solà-Morales, F. Távora e N. Portas na defesa e salvaguarda do património arquitetónico, mas também (e por isso) na criação de novo património. As áreas envolventes da VCI aguardam. Interessa salvaguardar o que resta da Av. Fernão Magalhães, entre Contumil e Areosa.

1.1.3 Metodologia de Trabalho

O material já elaborado pela equipa técnica da CMP (DMMPC) no âmbito dos "Valores Patrimoniais" é estruturador e decisivo contributo para a elaboração dos estudos de Caraterização e Diagnóstico. Referimo-nos à estrutura das fichas de registo dos valores patrimoniais, à cartografia com propostas específicas de classificação para toda a área do PDM, bem como aos parâmetros e níveis de classificação propostos pelos respetivos departamentos técnicos municipais.

É realizado trabalho sobre cartografia existente com objetivo de registar e transmitir a dinâmica de transformação e expansão urbana e respetiva construção de um conceito contemporâneo de monumento, de património arquitetónico, urbano, arqueológico e paisagístico e da salvaguarda patrimonial que lhe é devida.

A existência de cartas identificadoras, e caraterizadoras, do tipo de uso da cidade, devidamente georreferenciadas, permite fazer leituras diagnósticas, também, prospetivas, reduzindo os níveis de imprevisto e, até, de surpresa, apesar da limitação do método interpretativo em Arqueologia.

Reconhecendo-se que o PDM é um documento que busca, no limite, a inexistência do imprevisto, defende-se como fundamental, como marca de evolução no PDM de uma grande cidade, a realização desta cartografia georreferenciada, cronologicamente indicadora e caraterizadora do horizonte dos “achados”, devidamente acompanhada de “normas explicativas”.

Apesar das limitações dos documentos produzidos, estamos certos que o desenvolvimento desta metodologia de abordagem ao território melhorará a capacidade de “gestão integrada” dos valores da cidade do Porto mas, também, a relação histórica com os territórios envolventes e interdependentes.

1.2. Património – Conceitos e Critérios

Apesar da generalização que o título "Património" pode indiciar, recordamos as recomendações do Conselho da Europa que defenderam a diferença entre o património arquitetónico e o património arqueológico, assim como os diferentes problemas que colocam, tal como foi politicamente salientado pelo Presidente da Comissão de Cultura do Conselho da Europa, um deputado norueguês que em 1984 dirigia a redação das convenções europeias relativas ao património arquitetónico e ao património arqueológico, de que resultaram a Convenção de Granada (1985) e a Convenção de Londres (1992). Jakob Aano escreveu "Le patrimoine architectural et le patrimoine archéologique posent, toutefois, des problèmes assez différents. La conservation du patrimoine architectural peut évidemment se justifier par la réutilisation. Il ne saurait être question par contre de réutiliser le patrimoine archéologique. Bien que de nouvelles utilisations soient parfois possibles…"[3].

A dimensão pluri-estratificada do património construído é sublinhada na Recomendações sobre as Paisagens Históricas Urbanas: "A paisagem urbana histórica é o assentamento urbano entendido como uma sobreposição histórica de valores culturais e naturais, que vai além da noção de Centro Histórico ou Conjunto para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua configuração geográfica" (UNESCO, Recommendations for the Historic Urban Landscape, 2011).

A legislação portuguesa integra na esfera do património cultural "todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade." (Lei de Bases do Património Cultural, Lei 107/2001 de 8 de setembro)

De acordo com a mesma lei (Artigo 15º, ponto 2), as categorias de bens podem ser classificados como de imóveis de interesse nacional – Monumento Nacional (MN) - de Interesse Público (IIP) e de Interesse Municipal (IIM). Os imóveis classificados têm proteção legal ficando sujeitos a parecer vinculativo das entidades de tutela competentes e geram Zonas de Proteção, que podem incluir zonas *non aedificandi*.

Segundo a Lei de Bases do Património Cultural (Art.º 17), na apreciação do valor do bem a classificar, serão considerados algum ou alguns dos seguintes critérios genéricos: "o caráter

[3] Jakob Aano, Editorial, *Un avenir pour notre passé*: Conselho da Europa, Strasboug, p. 1.

matricial do bem; o génio do respetivo criador; o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; o valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; a conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; a extensão do bem e o que nele se reflete do ponto de vista da memória coletiva; a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem".

De acordo com o definido no PDM em vigor, a Carta de Património é uma peça de ordenamento do território orientada para a proteção e valorização dos imóveis e conjuntos que detêm valores arquitetónicos, históricos ou urbanísticos, bem como das áreas sensíveis em termos de potencial arqueológico.

Considera-se atual a visão abrangente do conceito de património enunciada no PDM em vigor, designadamente na sua extensão a áreas, conjuntos e arquitetura corrente, de diferentes épocas: "Património pode ser qualquer construção, tipologia arquitetónica, espaço ou conjunto existente em espaço urbano que, pelo seu interesse arquitetónico, histórico, cultural ou social, constitui um bem que deve ser protegido e promovido com vista à sua apropriação pela comunidade" (Relatório do PDM, 2005, vol. 1, p. 95). Importa também reforçar o seu enquadramento nas estratégias de desenvolvimento urbano, na medida em que a "defesa do Património e a sua valorização são fatores determinantes no processo de qualificação urbanística das cidades contribuindo para a melhoria dos ambientes urbanos; além de motor de desenvolvimento económico, cultural e veículo privilegiado de coesão social, o Património Urbano tem um papel fundamental na definição e aplicação dos instrumentos de planeamento e de gestão urbanística, não se esgotando nas questões de imagem da cidade" (Relatório do PDM, 2005, vol. 1, p. 95).

2. Património Arquitetónico

2.1 Preâmbulo

O inventário do património em vigor, identificado na Carta de Património e listado no Anexo I do Regulamento do PDM, é constituído pelos imóveis classificados (ou em vias de classificação) e outros bens patrimoniais identificados que, pelo seu interesse histórico, arquitetónico ou ambiental, devem ser alvo de medidas de proteção e valorização. A listagem tem vindo a ser atualizada através do instrumento dinâmico da Carta de Bens Patrimoniais, incluindo atualmente 1324 bens inventariados. Este conjunto de bens constitui a amostra em análise de caracterização e diagnóstico no presente relatório.

Da análise do património inventariado pela CMP verifica-se que cerca de 12% (157 bens) do total dos imóveis e bens estão classificados como Monumento Nacional (MN), Imóvel de Interesse Público (IIP) ou Imóvel de Interesse Municipal (IIM). Constata-se também que apenas cerca de 2% dos bens inventariados (29) está classificado como Imóvel de Interesse Municipal (IIM).

Importa também referir que há um vasto conjunto de bens e imóveis com proteção legal, mesmo não tendo uma classificação individual, designadamente os bens que estão inseridos em Conjuntos de Interesse Público (CIP) ou na área do Centro Histórico do Porto que, por se encontrar inscrita na lista do Património Mundial, de acordo com a legislação portuguesa, é integrada na categoria de Monumento Nacional (MN). A título de exemplo, a área do Centro Histórico do Porto (MN19) abrange 1796 imóveis que têm proteção legal, ficando as intervenções em imóveis sujeitas a parecer vinculativo da entidade de tutela.

Para além deste, estão classificados os seguintes Conjuntos de Interesse Público (CIP): Avenida dos Aliados (IP65), Avenida da Boavista (IP57), Avenida Montevideu (IP63), Rua de Álvares Cabral (IP70), Conjunto da Foz Velha (IP81) e Zona Histórica do Porto (IP51) (Fig.2). Estes conjuntos integram um vasto número de imóveis que têm proteção legal, e é nesta visão alargada - dos imóveis aos conjuntos -, que deve ser entendido o quadro do património da cidade do Porto, que será objeto de análise no presente relatório.

No que respeita à cronologia do património inventariado pela CMP, verifica-se uma predominância de imóveis com datação mais antiga no núcleo intramuralha do século XIV e áreas adjacentes de expansão entre os séculos XVIII e XIX, em núcleos e lugares ligados a

antigas paróquias medievais, nas vias históricas de entrada na cidade do Porto, em núcleos ribeirinhos ou outros, conforme inventário do Património Arqueológico realizado pela DMMPC.

Por outro lado, verifica-se ainda que os Conjuntos de Interesse Público (CIP) correspondentes à Avenida dos Aliados (IP65), Avenida da Boavista (IP57), Avenida Montevideu (IP63) e Rua de Álvares Cabral (IP70) têm edificado com datação predominante entre 2ª metade do século XIX e século XX. Fora destas áreas e conjuntos, grande parte dos imóveis inventariados tem cronologia do século XX.

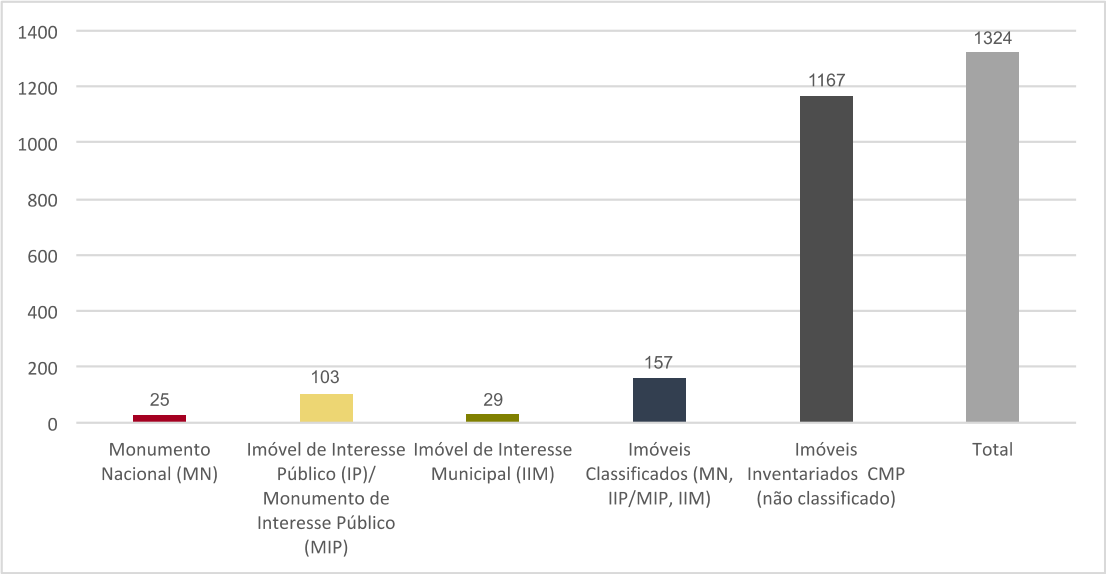


Figura 1 - Gráfico com Regime de Proteção de Bens e Imóveis Inventariados

Nota: O gráfico foi elaborado tendo como amostra os 1324 bens inventariados na Carta do Património. A contabilização de bens e imóveis classificados, para efeitos de análise estatística apresentada em gráficos, foi feita a partir do número de Carta do Património e não dos decretos-lei de classificação, que podem abranger mais do que um imóvel inventariado (ex: conjuntos, casas geminadas, etc.).

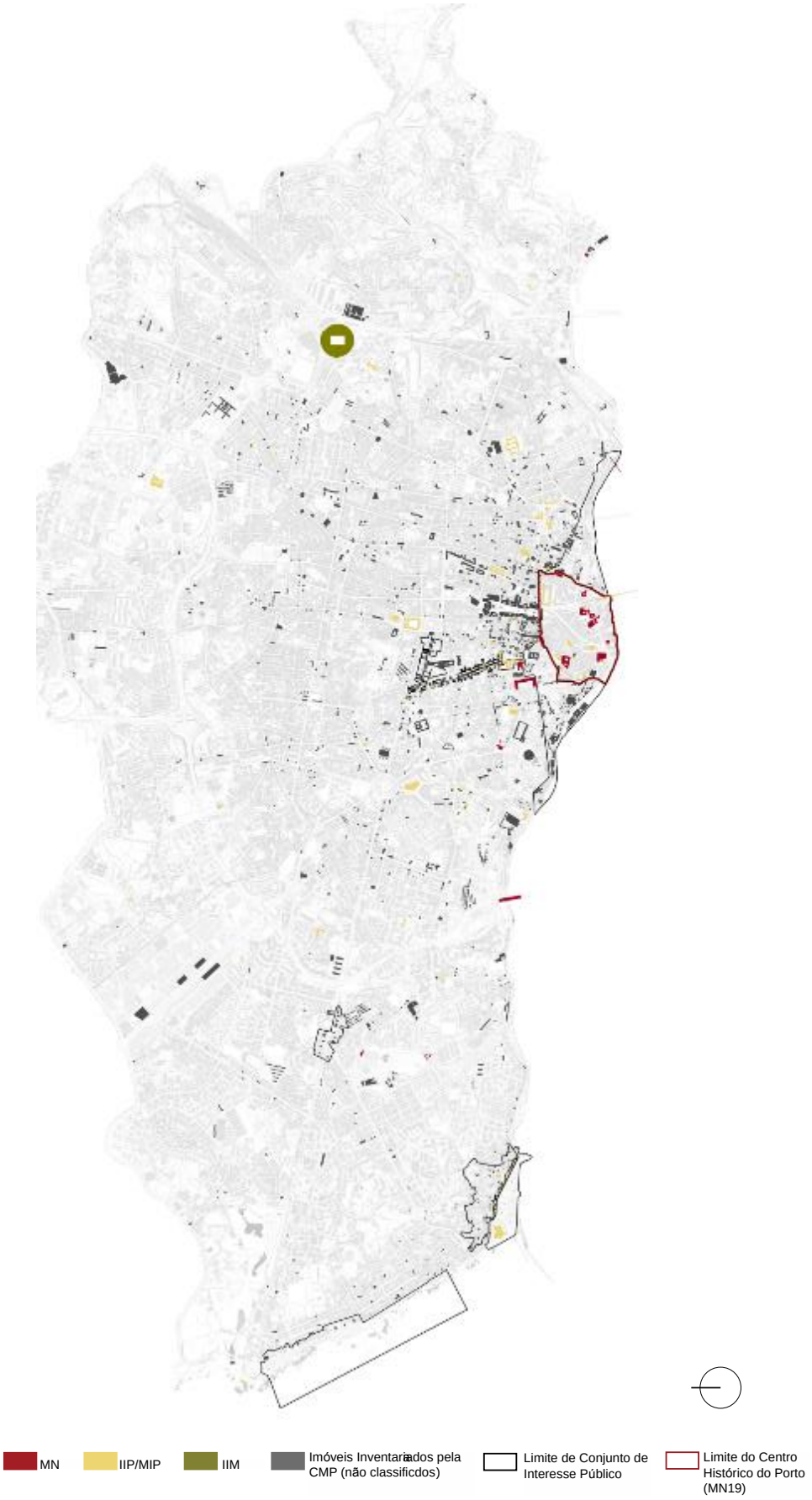


Figura 2 – Planta com Identificação do Regime de Proteção de Bens e Imóveis Inventariados

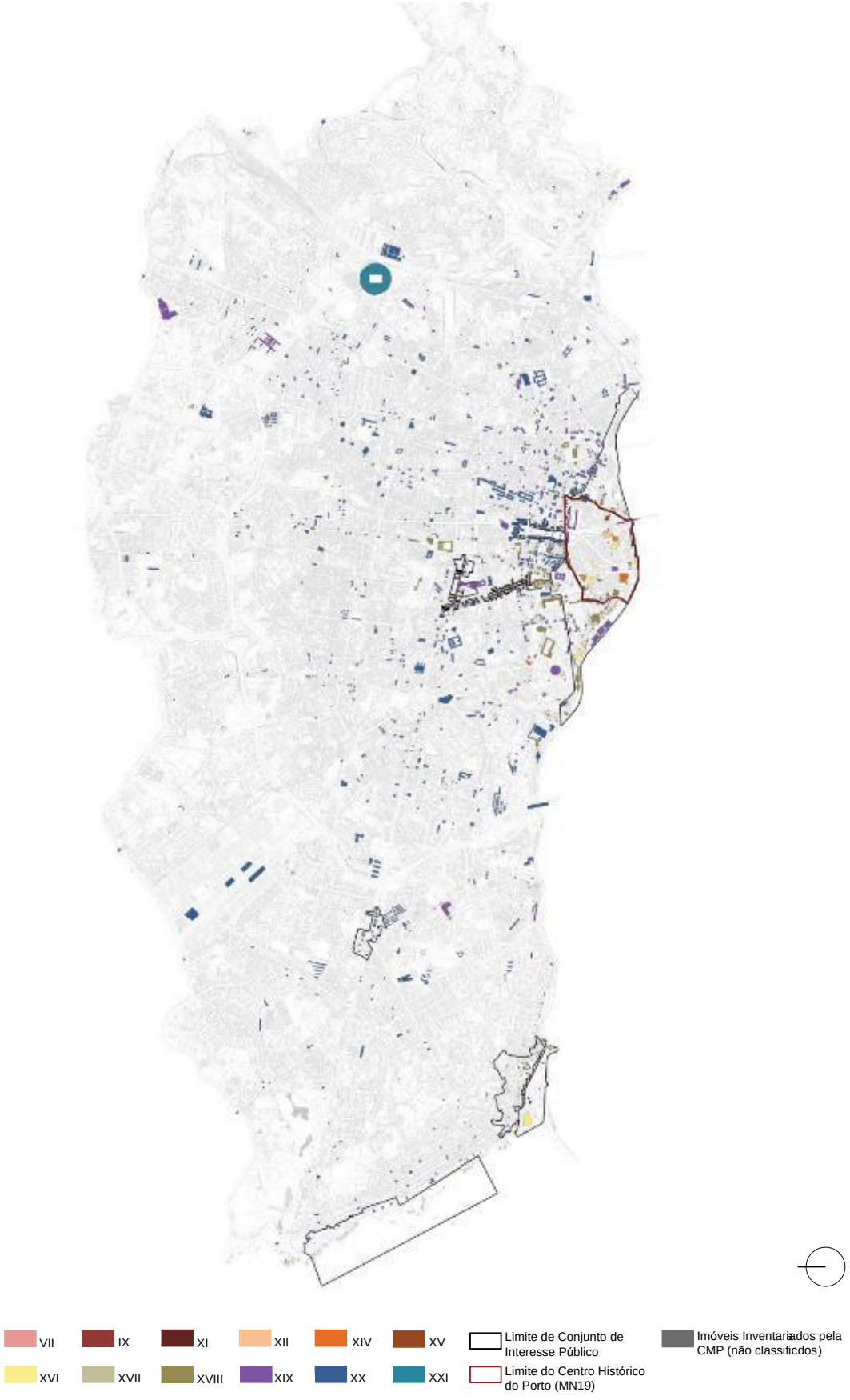


Figura 3 – Planta com Cronologia de Bens e Imóveis Inventariados

2.2 Revisão Crítica da Carta do Património

No âmbito do presente relatório desenvolve-se uma revisão crítica das áreas, conjuntos e imóveis com interesse patrimonial, designadamente (1) Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico, (2) Núcleos e Lugares, (3) Espaços Verdes com Valor Patrimonial e (4) Imóveis de Interesse Patrimonial. É também apresentada uma proposta de categorização do Património Arquitetónico.

A revisão crítica do inventário do património pressupõe um entendimento do desenvolvimento urbanístico e arquitetónico da cidade do Porto. A análise foi feita com base no estudo da evolução histórica, do parcelamento e do desenvolvimento do tecido urbano, da consulta de planos anteriores de bibliografia específica e de trabalho de campo.

Deste modo, o registo desenhado sobre a sequência de plantas da cidade permite a leitura estratigráfica do processo de evolução histórica da cidade (Fig. 4) a partir da muralha do século XIV, Plano Almadino, Cidade Liberal e expansões do século XX, consentindo assinalar eixos e áreas privilegiadas de fixação e criação de núcleos urbanos e rurais. A análise do construído no tempo longo permite assinalar valores patrimoniais arquitetónicos e arqueológicos.

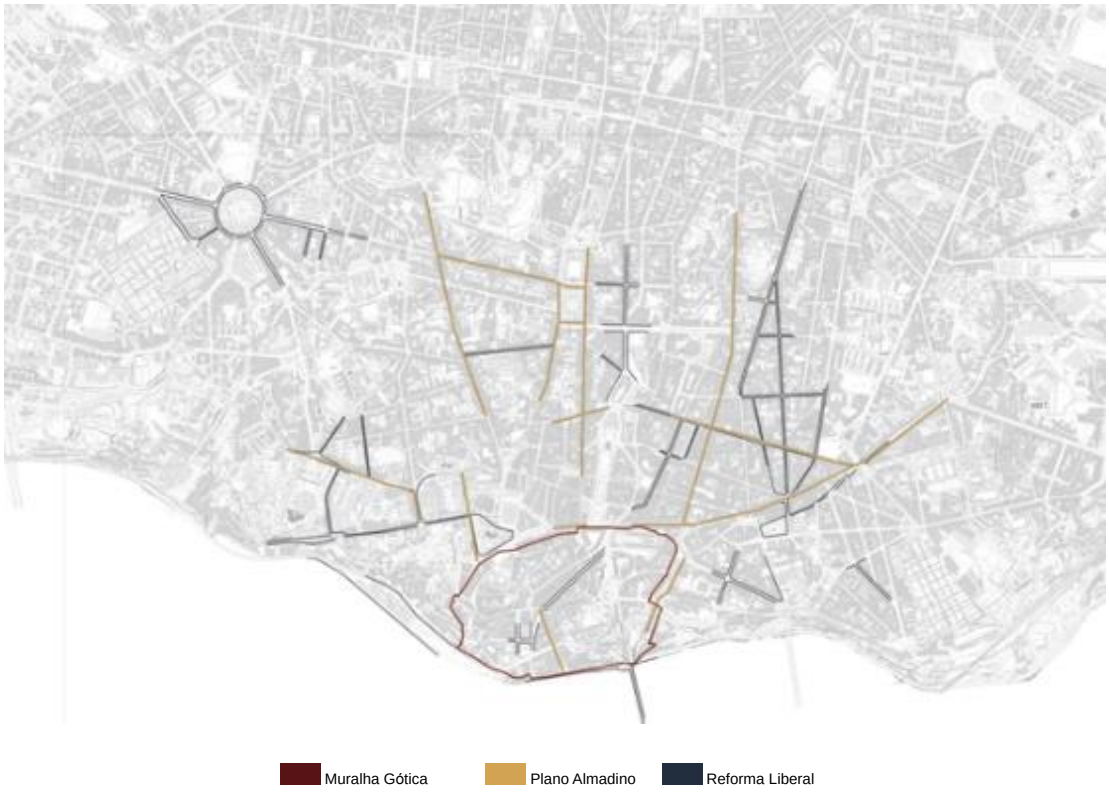


Figura 4 – Planta com Identificação da Muralha Gótica, Plano Almadino e Reforma Liberal

A sobreposição da Planta de Telles Ferreira (1892) com as Cartas de Património Arquitetónico e Arqueológico (Figs. 5 e 6) permite confrontar as principais vias históricas de acesso à cidade, os núcleos rurais e zonas de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX. Na revisão crítica de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico, esta sobreposição permite verificar e ajustar o redesenho de limites, designadamente nas vias históricas, nos Núcleos e Lugares e em malhas urbanas construídas como por exemplo na área residencial da Foz.

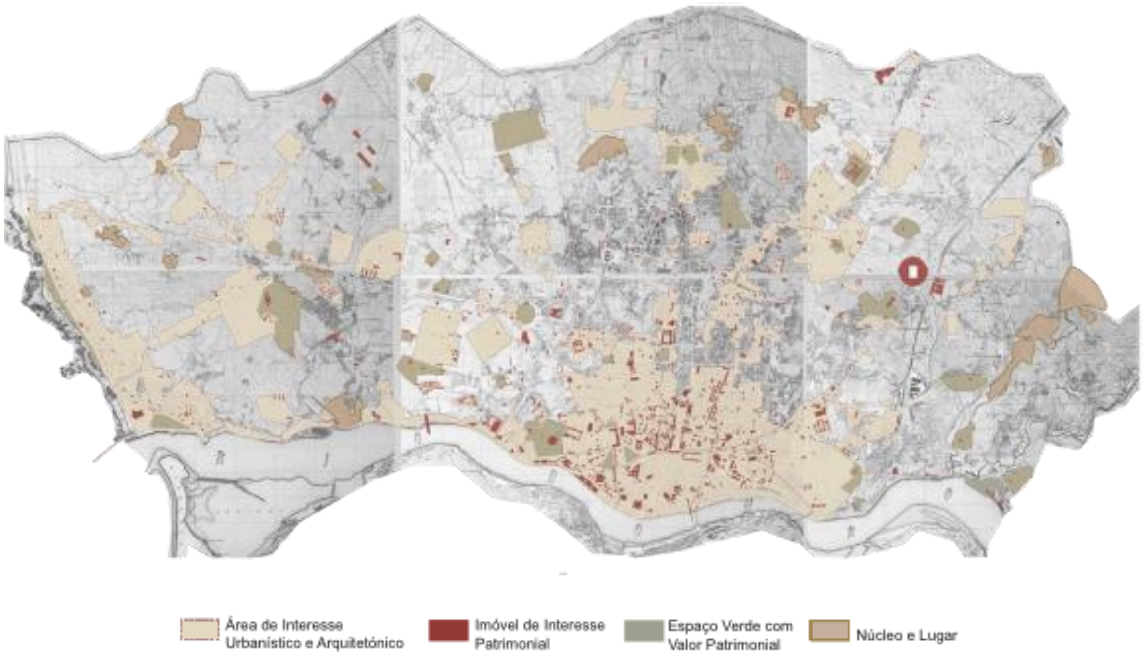


Figura 5 – Carta de Património sobreposta à Planta de Telles Ferreira de 1892

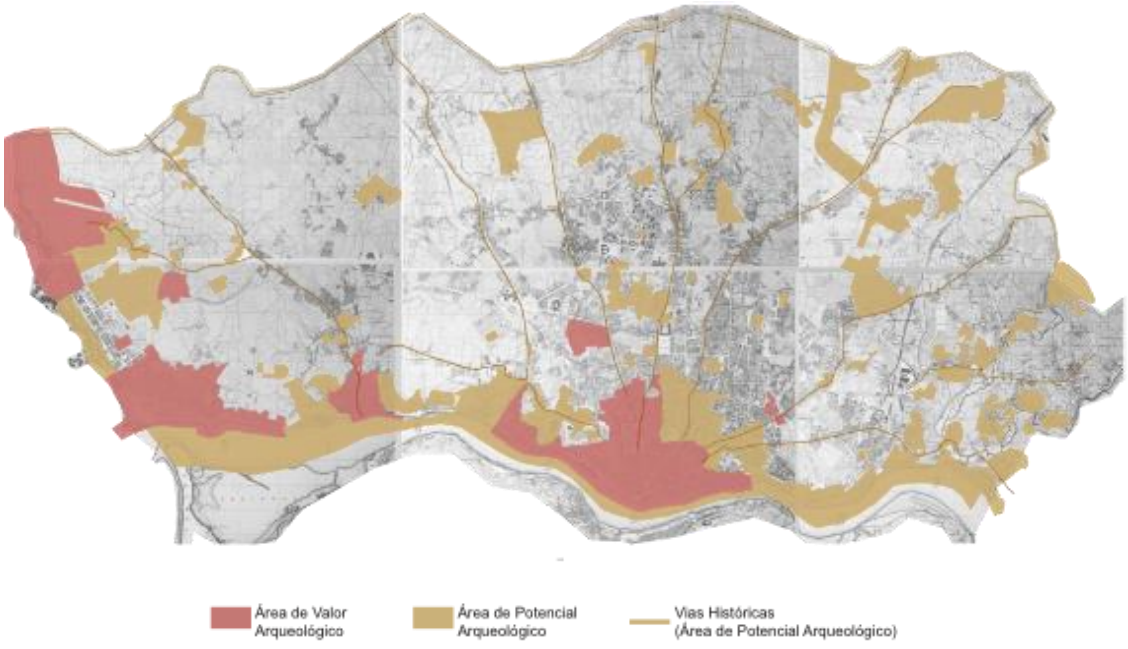


Figura 6 – Carta de Potencial Arqueológico sobreposta à Planta de Telles Ferreira de 1892

Da análise da planta de Evolução do Território Urbano da Cidade (Plano Diretor da Cidade do Porto, 1962 – Fig. 7), verifica-se que, salvo algumas exceções, as áreas edificadas entre 1374 e–1892 são as que apresentam maior predominância, atualmente, de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico.

As Plantas relativas ao Plano Diretor Municipal de 1993 (Fig. 8) e ao Estudo de Caracterização e Diagnóstico (2001) para o Plano Diretor Municipal de 2006 (Fig. 9) também permitem verificar e ajustar limites de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico.

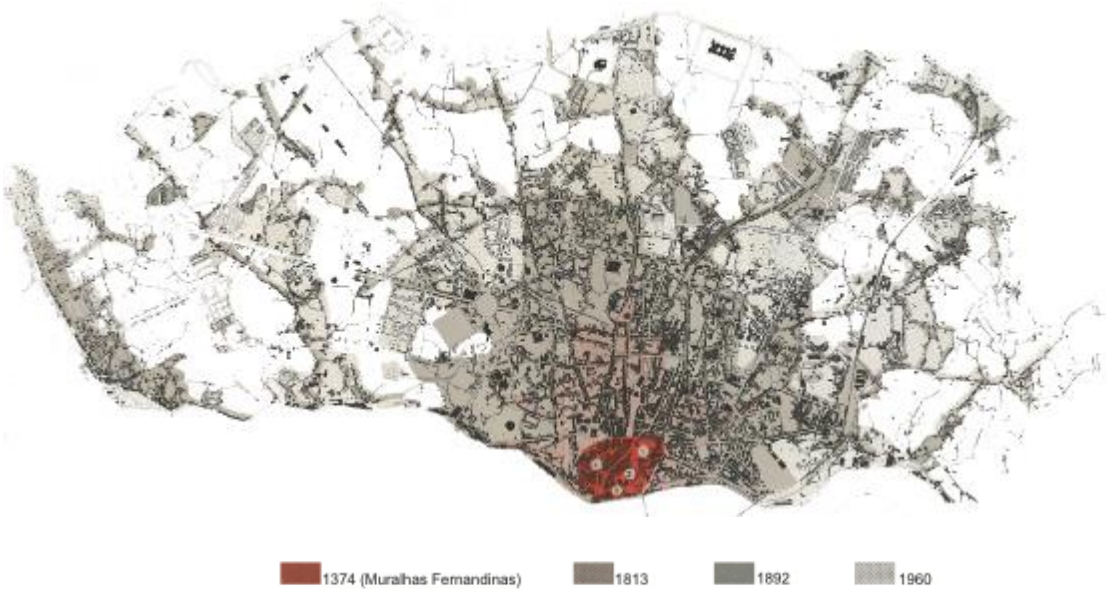


Figura 7 – Planta de Desenvolvimento da Cidade e Expansões Sucessivas

(Plano Diretor da Cidade do Porto, 1962)

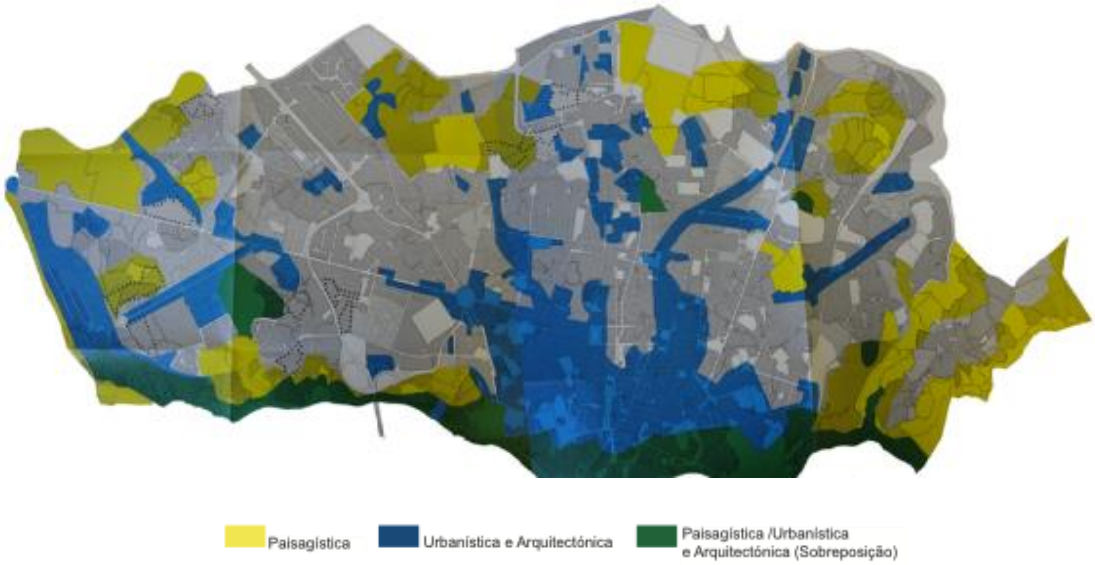


Figura 8 – Estudo para a Carta com Áreas de Valor Patrimonial e Paisagístico, 1991

(Plano Diretor Municipal 1993)

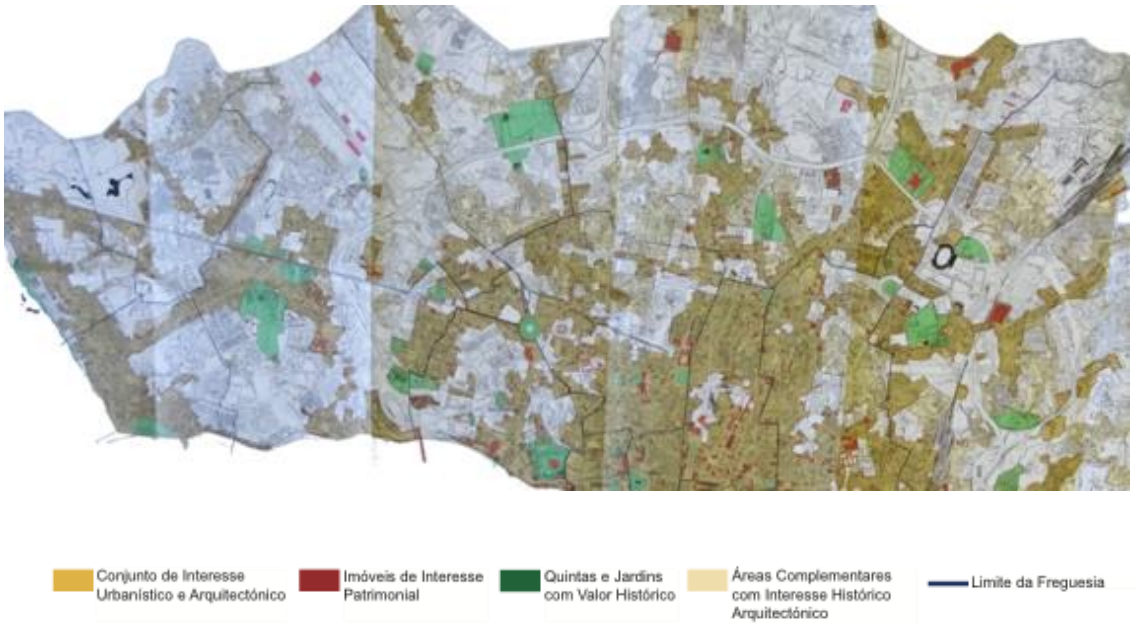


Figura 9 – Estudo de Caracterização e Diagnóstico (2001) para o Plano Diretor Municipal de 2006

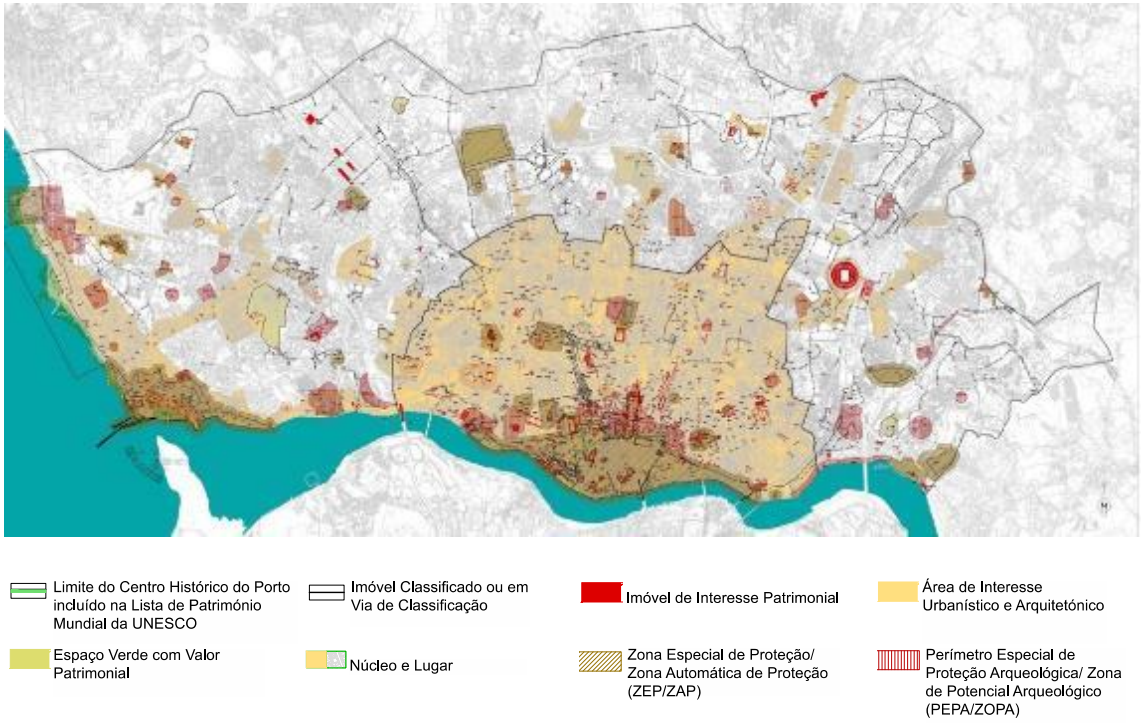


Figura 10 – Carta de Património, Planta de Ordenamento (Relatório do PDM, 2005)

A Carta do Património em vigor apresenta como em Área de Interesse Urbanístico e Arquitetónico uma grande mancha na área central, em parte, correspondente à antiga Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) (Fig.10).

A análise das áreas correspondentes a ”área histórica” e a “área de frente urbana consolidada” na Carta de Qualificação do Solo (PDM 2006) são um importante dado para a análise e delimitação de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico (Fig. 11).

Por fim, a Carta do Património apresentada no presente relatório (Fig. 13) permite uma leitura do resultado da avaliação crítica dos valores patrimoniais da cidade do Porto, a par com uma análise específica dos processos de transformação da cidade (Fig. 12), excluindo algumas áreas correspondentes à antiga ACRRU da Carta do Património do PDM de 2006, e acrescentando outras onde são identificados conjuntos e obras de interesse patrimonial.

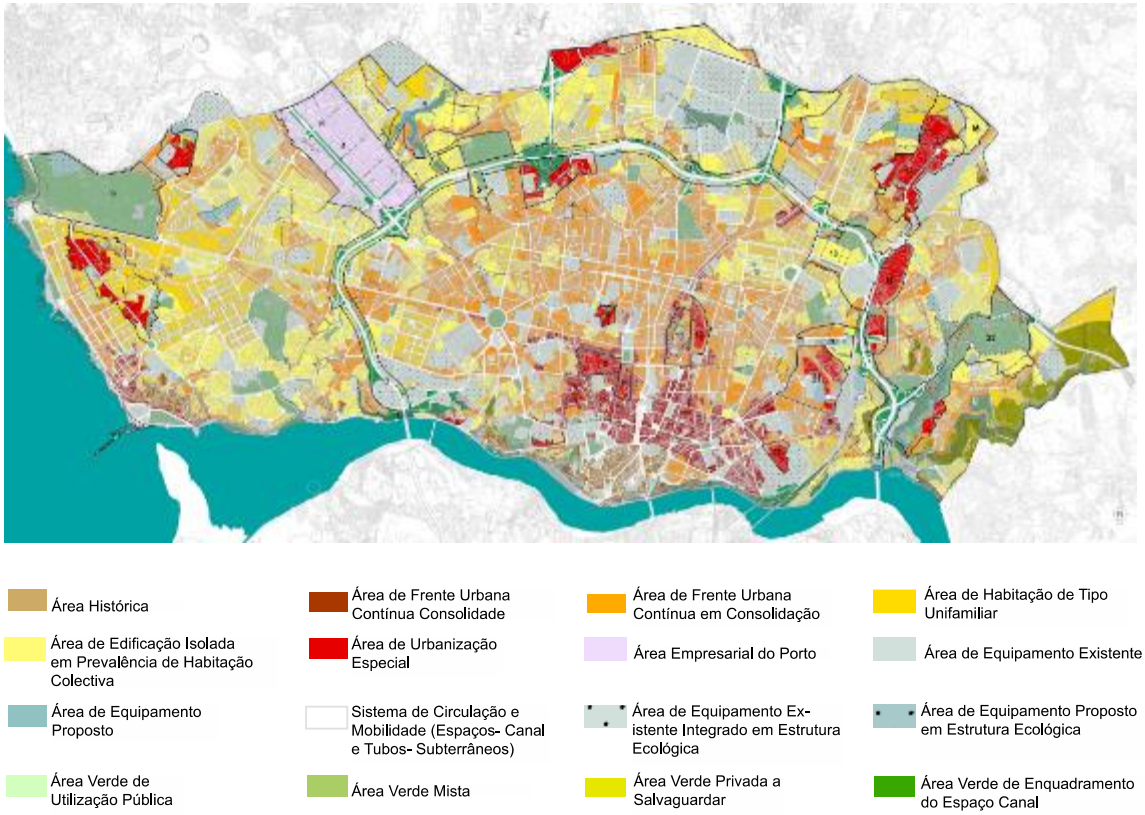


Figura 11 – Carta de Qualificação do Solo, Planta de Ordenamento (Relatório do PDM, 2005)

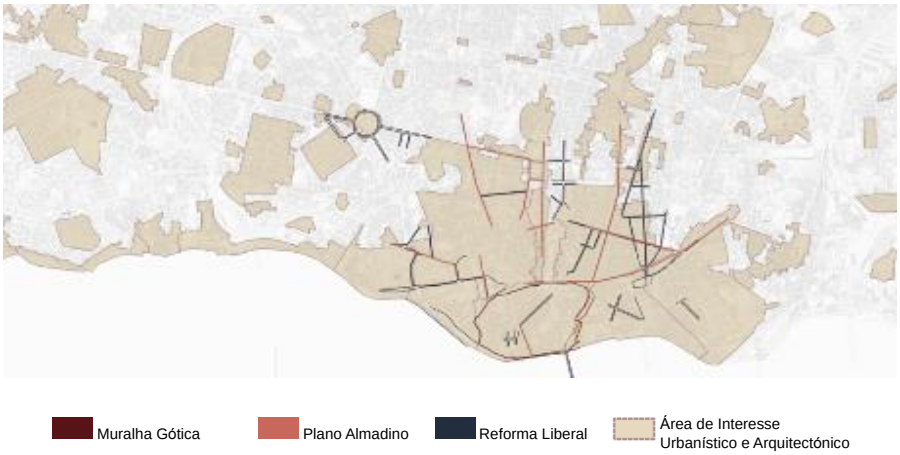


Figura 12 – Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico com sobreposição de Muralha Gótica, Plano Almadino e Reforma Liberal

Figura 13 – Carta de Património Arquitetónico

2.2.1 Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitectónico

Parte-se da definição de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico (Relatório do PDM, vol.2, 2005, p. 250), que integra a noção de "conjunto" associada a uma visão alargada e multissecular da forma como a cidade cresceu e se desenvolveu, traduzindo-se na "qualidade arquitetónica de certos agrupamentos de construções ou frentes urbanas mais ou menos extensas, e da sua importância na consolidação da imagem urbana". Este conceito "tanto abarca largas franjas do tecido consolidado da cidade oitocentista, como as longas estradas velhas de composição e imagem diversa, como os quarteirões de moradias, blocos ou casas em banda projetadas na primeira metade do século XX, ou ainda os pequenos núcleos de casas rurais e quintas que sobrevivem em pequenas parcelas do tecido urbano" (Relatório do PDM, vol.2, 2005, p.250, 251). A definição Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico está apoiada em um ou mais seguintes critérios:

- Áreas ou conjuntos com qualidade arquitetónica e frentes urbanas mais ou menos extensas, com importância na consolidação da imagem urbana
- Áreas ou conjuntos com unidade arquitetónica, tipo-morfológica, volumétrica, construtiva ou outra;
- Conjuntos urbanísticos que correspondem a períodos representativos do desenvolvimento urbanístico da Cidade fora de muros, entre o séc. XVIII e primeira metade do séc. XX;
- Vias correspondentes a antigas estradas de saída da cidade, que se caracterizam pela qualidade das suas arquiteturas e que constituem documentos significativos do desenvolvimento e do planeamento urbanístico da cidade;
- Parcelas do tecido urbano que revelam ainda uma estrutura viária de raiz medieval ou moderna correspondentes a antigos núcleos e lugares;
- Pequenos conjuntos de arquiteturas tradicionais de vocação rural;
- Quarteirões de moradias, blocos ou casas em banda projetadas no século XX;
- Frentes de água (fluvial ou marítima).

Para além dos critérios gerais definem-se, no presente relatório, os seguintes critérios mais específicos para a delimitação de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico**:**

- Inclusão de áreas ou conjuntos com unidade arquitetónica, tipo-morfológica, construtiva ou outra;
- Englobamento da parcela no seu todo, incluindo o logradouro, muros e eventuais construções anexas;
- Unidade do espaço urbano da rua (incluindo as parcelas de ambos os lados dos arruamentos), sendo o limite definido pelo tardoz da parcela incluindo o logradouro. Excecionam-se os casos em que não se justifique a inclusão pela presença de

construções ou espaços urbanos com diferente carácter tipo-morfológico, escala, cronologia, ou outro.

No presente relatório, desenvolve-se uma revisão crítica das Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico, no sentido de definir uma maior coerência entre os critérios identificados e as áreas correspondentes. Esta revisão permitiu selecionar áreas assinaladas com interesse urbanístico e arquitetónico e áreas sem qualquer tipo de referências patrimoniais reconhecíveis pela comunidade, que naturalmente não constam no atual redesenho da Carta de Património. Deste modo, a revisão crítica de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico no âmbito do presente relatório de caracterização e diagnóstico resultou do seguinte processo:

a) A análise crítica de limites da antiga ACRRU do PDM de 2006, levou à exclusão de algumas áreas consideradas desqualificadas urbanisticamente e que não compreendem os critérios acima referidos (ex: zona da Rua da Constituição - principalmente a norte -, Rua de Damião de Góis, zona envolvente à Praça Mouzinho de Alburquerque, parte da Rua de S. Roque da Lameira, entre outros).
b) Pontualmente, procedeu-se ao alargamento de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico (PDM 2006), de forma a abranger bolsas de malhas urbanas adjacentes que possuem valores patrimoniais (ex: área da Estação de Campanhã, área da Av. do Dr. Antunes Guimarães); ou ainda em casos onde se considerou importante abranger a unidade do espaço urbano da rua, incluindo as parcelas de ambos os lados dos arruamentos (Av. do Marechal Gomes da Costa, Rua da Vilarinha, Rua de Álvares Cabral, Rua de Cedofeita, Rua de Costa Cabral, Rua de Sá da Bandeira, etc.);
c) Áreas amplas e arruamentos que correspondem a determinados momentos de crescimento da cidade e que contêm valor urbanístico e arquitetónico (ex: Rua Álvares Cabral, Rua do Almada, Rua Costa Cabral, Rua das Flores, Rua de Ceuta, Rua Mouzinho da Silveira, Rua de Sá da Bandeira, etc.)
d) Conjuntos urbanos com valor urbanístico e arquitetónico (ex: Parque Residencial da Boavista, Bairro de Francos); incluem-se as casas económicas e bairros com importância no desenvolvimento urbano da cidade: Bairros de iniciativa de O Comércio do Porto; Colónias Operárias; Casas Económicas; Bairro do Plano de Melhoramento 1956-66; Bairros do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).
e) Espaços com qualidade de projecto e composição urbana, valor de conjunto ou do espaço coletivo (ex: Largo de S. Domingos, Praça de Carlos Alberto, Praça dos Clérigos, Praça da Batalha, Praça de Gomes Teixeira, Praça de Liége, etc.).

Deste processo de revisão e análise crítica, no âmbito da caracterização e diagnóstico de valores patrimoniais, apesar de se manter a definição de Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico do PDM em vigor, resulta a cartografia apresentada (Fig. 14).

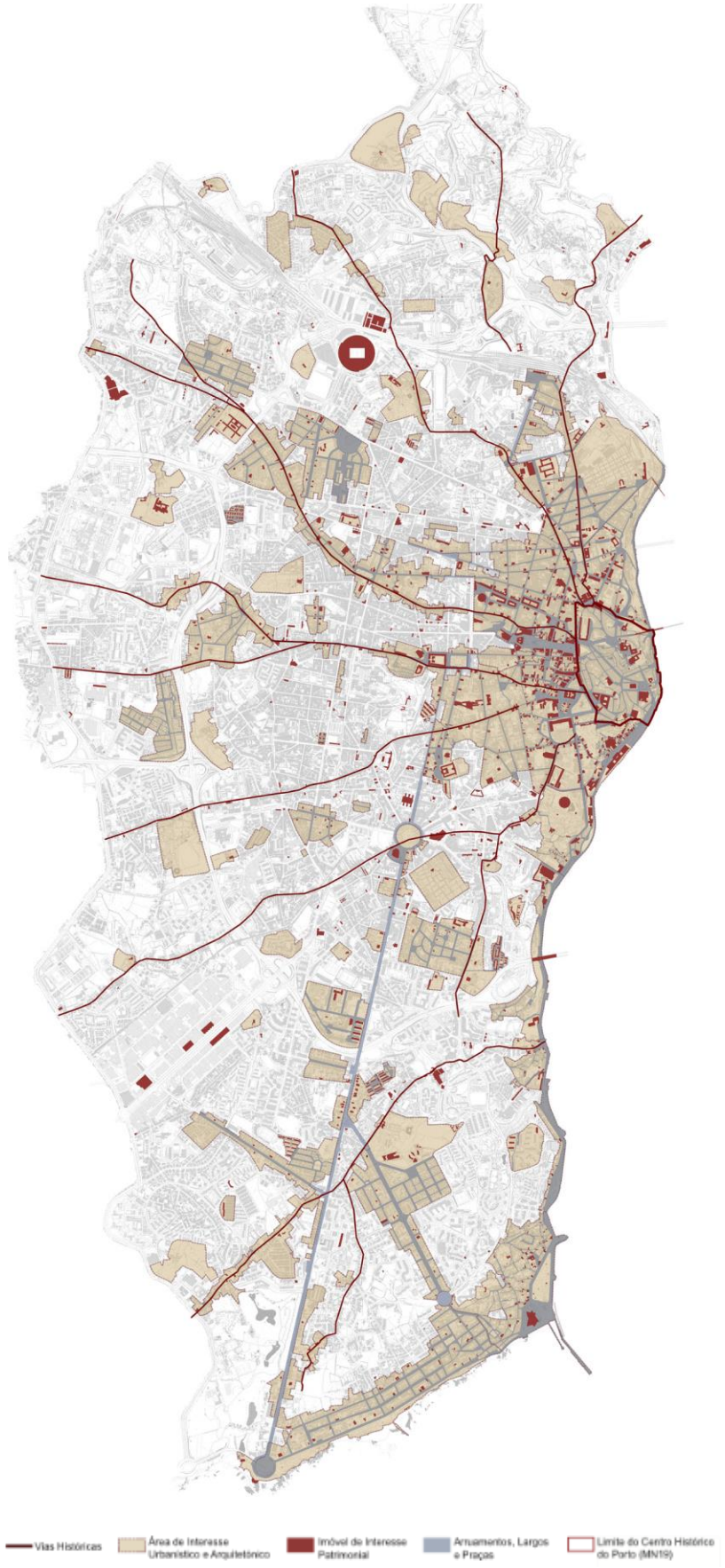


Figura 14 – Planta com Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico e Vias Históricas

2.2.2 Núcleos e Lugares

Parte-se da definição de Núcleo e Lugar do PDM em vigor, traduzida nas "áreas históricas correspondem aos tecidos consolidados mais antigos da cidade e às reminiscências dos núcleos rurais primitivos que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais com significativa representatividade urbanística e arquitetónica, que interessa preservar e requalificar (…)" (Regulamento do PDM, 2012, art.º9)

Para além dos critérios gerais acima definidos, identificam-se os seguintes critérios específicos para a delimitação Núcleos e Lugares**:**

- Áreas ou conjuntos com unidade arquitetónica, cronológica, tipo-morfológica, construtiva ou outra;
- Arquiteturas de matriz agrícola ou motivadas pela atividade agrícola, com persistência em todo ou em parte da integridade do lugar/núcleo, do território envolvente e do sistema que o motivou (linhas de água, terrenos agrícolas, orografia, construções e dispositivos de produção agrícola, etc.)
- Inclusão de construções e elementos identitários ou caracterizadores de núcleos urbanos: igrejas, casas 'senhoriais' ou de lavoura, conjuntos de instalações agrícolas (habitação, armazéns, lagares, estábulos, etc); ruas e largos, muros, fontanários e cruzeiros, etc; terrenos agrícolas e espaços verdes.

No presente relatório procede-se à revisão crítica de Núcleos e Lugares, no sentido de conferir uma maior coerência entre os critérios identificados e as áreas correspondentes. Esta análise resulta do seguinte processo:

a) Redefinição de limites de antigos Núcleos e Lugares, removendo algumas áreas ou frações consideradas desqualificadas urbanisticamente e que não integram os critérios acima referidos, ou que sofreram intervenções dissonantes da tipo-morfologia pré-existente (ex: Passos, Campo Lindo)

b) Revisão de limites de Núcleos e Lugares no sentido de abranger terrenos agrícolas e outros sistemas e construções de vocação agrícola, ou edificações com unidade tipo-morfológica, volumétrica, construtiva, outra;

c) Proposta de novo Núcleo e Lugar de "Azevedo" na freguesia de Campanhã (área delimitada a sul pela R. de Azevedo e a norte pela R. de Tirares, a oeste pela estrada nacional N12 e a este pelo Parque Oriental da Cidade do Porto). Esta área respeita os critérios de definição de Núcleo e Lugar, isto é: unidade arquitetónica, tipo-morfológica e construtiva; refere-se a uma arquitetura de matriz rural, com persistência em todo ou em parte da sua integridade, dos terrenos agrícolas; inclui construções características com elementos identitários de matriz rural, como moinhos, casas de habitação ou de uso agrícola.

Estes espaços de matriz rural têm uma localização periférica na cidade relativamente ao núcleo intramuralha e área central de expansão urbana entre finais do séc. XVIII e inícios do século XX (Fig. 15).

Figura 15 – Planta com Identificação de Núcleos e Lugares

2.2.3 Espaços Verdes com Valor Patrimonial

De acordo com o PDM em vigor “são considerados espaços verdes com valor patrimonial as quintas e jardins com valor histórico, identificados na planta de ordenamento — carta de património, que já se encontram classificados ou que, pela sua composição arquitetónica e vegetal, sejam relevantes para a história de arte dos jardins do município do Porto e promotores da preservação da identidade cultural da cidade.” (Regulamento do PDM, 2012, art.º 47).

Os Espaços Verdes com Valor Patrimonial englobam as seguintes categorias de espaços: quintas e jardins históricos, jardins em espaços públicos urbanos, quintas integradas nas áreas históricas, terrenos agrícolas, parques e logradouros (privados ou públicos). Estes espaços, de um modo geral, têm uma localização periférica relativamente à zona central do núcleo intramuralha (Fig. 16). No presente relatório confirmam-se os Espaços Verdes com Valor Patrimonial previamente identificados pelos serviços da CMP e mapeados em SIG.

Considerando a importância destes espaços para a qualidade patrimonial, ambiental e ecológica da cidade, apresentam-se os seguintes critérios de identificação e delimitação de Espaços Verdes com Valor Patrimonial.

- Espaços verdes com valor patrimonial - urbanístico, paisagístico, histórico, ecológico - e de referência para a comunidade;
- Quintas e jardins com valor histórico, identificados na Carta do Património, ou que pelo seu conteúdo, desenho e solução técnicas sejam relevantes para a história dos jardins do concelho do Porto e promotores de preservação da identidade cultural da cidade;
- Obra de autor: espaço projetado ou construído por autor cuja obra se reveste de especial qualidade ou significado para a cidade, incluindo-se também as intervenções posteriores com autoria reconhecida;
- Elementos de desenho e composição dos espaços verdes como topografia, muros, pavimentos, mobiliário urbano e arte pública (bancos, candeeiros, quiosques, coretos, estátuas, fontes), etc., e os seus respetivos materiais, técnicas e artes aplicadas.

Figura 16 – Planta com Identificação de Espaços Verdes com Valor Patrimonial

Nº	Designação
1	Rotunda da Boavista
2	Jardins da Alameda das Fontainhas
3	Jardins da Antiga Casa de Honório Lima e Casa do Barão do Seixo
4	Jardins da Av. de Montevideu
5	Jardins da Casa da Fundação Eng. António de Almeida
6	Jardins da Casa da Prelada
7	Jardins da Casa da Viscondessa de Santiago de Lobão e Edifício sito na Av. Da Boavista
8	Jardins da Casa de Pedra
9	Jardins da Casa de Ramalde
10	Jardins da Casa Nobre de Narciso José de Sousa
11	Jardins da Casa Tait
12	Jardins da Casa Villar d' Allen
13	Jardins da Comissão de Coordenação da Região Norte
14	Jardins da Cordoaria
15	Jardins da Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais
16	Jardins de Habitação Unifamiliar na R. do Marechal Saldanha
17	Jardins da Moradia na Av. da Boavista
18	Jardins da Moradia na R. de Campo Lindo
19	Jardins da Ordem dos Médicos (S.R.N)
20	Jardins da Praça da República
21	Jardins da Praça Mouzinho de Albuquerque
22	Jardins da Quinta da Bonjóia
23	Jardins da Quinta da China
24	Jardins da Quinta da Revolta
25	Jardins da Quinta dos Cepêdas
26	Jardins da Quinta de S. Roque da Lameira
27	Jardins da Quinta de Salgueiros
28	Jardins da Quinta do Covelo
29	Jardins da Quinta do Vilar ou Quinta do Pacheco Pereira
30	Jardins da Quinta do Viso/ Casa da Quinta do Rio
31	Jardins das Virtudes
32	Jardins de Arca d´Água
33	Jardins de Moradia na Av. Da Boavista
34	Jardins de S. Lázaro
35	Jardins de Serralves
36	Jardins de um conjunto de casas na Av. Da Boavista
37	Jardins do Botânico (antiga casa da família Andersen)
38	Jardins do Carregal
39	Jardins do Hospital Conde Ferreira
40	Jardins do Marquês de Pombal
41	Jardins do Palacete do Visconde Villar de Allen e Casa das Artes
42	Jardins do Palácio de Cristal
43	Jardins do Palácio do Freixo

44	Jardins do Passeio Alegre
45	Jardins do Pavilhão Carlos Ramos
46	Jardins do S.M.A.S (antiga Quinta do Barão de Nova Sintra)
47	Jardins dos Ingleses
48	Jardins na Rua de Serralves
49	Jardins da Casa da Prelada

Figura 17 – Quadro com Espaços Verdes com Valor Patrimonial Identificados na Carta do Património

2.2.4 Imóveis de Interesse Patrimonial

Os Imóveis de Interesse Patrimonial identificados na planta de ordenamento — Carta de Património e Anexo I-A do Regulamento do PDM em vigor (atualizada pelos serviços municipais competentes em Maio de 2017) “correspondem a imóveis que, pelo seu interesse histórico, arquitetónico ou ambiental, devem ser alvo de medidas de proteção e valorização”. (Regulamento do PDM, art.º 45).

Os Imóveis de Interesse Patrimonial localizam-se com maior predominância no núcleo intramuralha do séc. XIV e nas zonas geralmente designadas de expansão Almadina, Reforma Liberal, ou ainda noutros eixos de expansão urbana de inícios do século XX (ex: Avenida da Boavista, Avenida de Fernão de Magalhães, Avenida de Montevideu – Fig. 18).

Relativamente ao inventário do património, no PDM em vigor são definidos os seguintes critérios de seleção para imóveis com valor patrimonial, que se validam e integram no presente relatório:

Valor arquitetónico (e urbanístico)

- arquitetura de autor: imóvel projetado por arquiteto ou construtor cuja obra se reveste de especial significado para a cidade; tipologia arquitetónica (ex.: palácios, palacetes, solares, etc., ou tipologia representativa de determinada Escola/corrente arquitetónica); edifício de qualidade arquitetónica (mesmo sem autoria conhecida) que lhe confere uma identidade própria, distinguindo-se em termos de imagem urbana;

Valor artístico

- arquiteturas com intervenções artísticas de especial valor que tenham, ou não, o autor identificado (obras de arte integradas na arquitetura do imóvel);

Valor histórico

- arquiteturas anteriores a meados do séc. XVIII, não sendo, contudo, um valor exclusivo; ou seja, este critério aplica-se de forma sistemática às arquiteturas anteriores a meados do séc. XVII, enquanto que os imóveis posteriores a esta época foram sujeitos a outros critérios de avaliação, nomeadamente o valor arquitetónico e o estado de conservação/integridade; arquiteturas representativas de determinados períodos e fenómenos históricos que marcaram a Cidade e a evolução do seu desenvolvimento urbanístico;

Valor paisagístico-ecológico

- Lote que, pelo desenho, dimensão ou qualidade da sua área verde – nomeadamente a qualidade das espécies vegetais – contribuí para a qualidade ambiental da zona em que se insere;

- Arquiteturas que se inserem em conjuntos com uma ambiência ainda de cariz rural;

Valor simbólico, cultural ou social

- Edifício onde residiu uma personalidade marcante para a história/vivência cultural da Cidade ou que serviu de palco a acontecimentos de especial significado; construção de referência para o entendimento/identidade de uma comunidade alargada;

Valor técnico-científico

- Construções/arquiteturas que se destacam pela inovação tecnológica dos materiais ou sistemas construtivos ou pelo virtuosismo da estrutura; edifícios que foram palco de atividades técnico-científicas marcantes para a compreensão dos processos de infraestruturação da cidade (abastecimento de águas, de gás e eletricidade), etc.

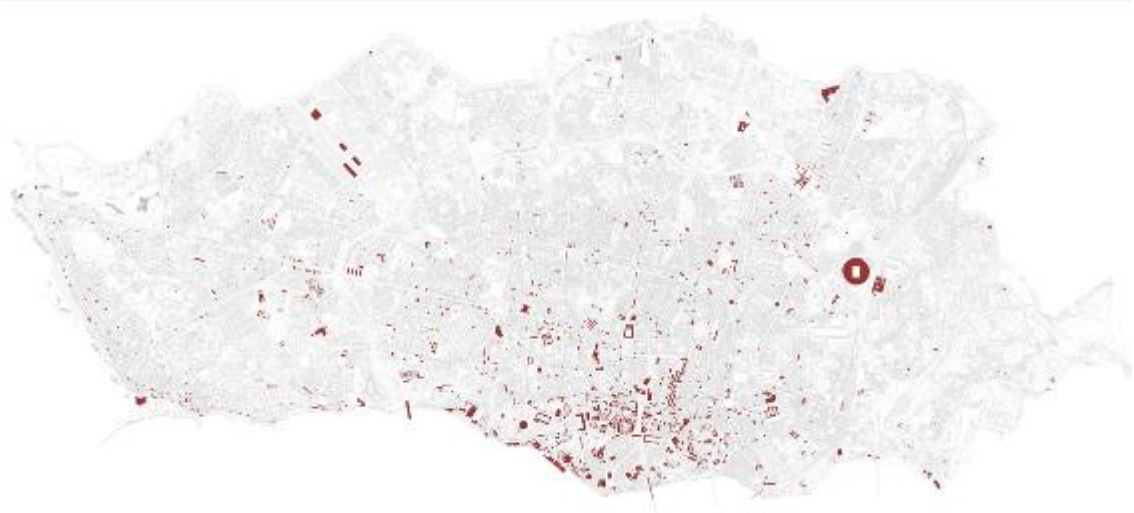


Figura 18 – Planta com Identificação de Imóveis de Interesse Patrimonial

2.2.5 Proposta de Categorização do Património Arquitetónico

A proposta de categorização desenvolvida no âmbito do presente relatório tem como objetivo facilitar a leitura do património construído a partir das diferentes características e distintos processos de transformação. Deste modo, com base nestas categorias, defende-se que seja mais eficaz elaborar a correspondente análise de caracterização e diagnóstico e definir respetivos princípios de salvaguarda em relatório final.

O agrupamento de espaços, conjuntos e imóveis apoia-se no conceito de *matriz*[4], que está subjacente à definição de oito categorias que permitem estruturar uma leitura dos valores patrimoniais da cidade.

1- Espaços, malhas urbanas e arruamentos

2- Obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio

3- Obras de arquitetura com matriz de equipamentos

4- Obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços

5- Obras de arquitetura com matriz rural

6- Obras de arquitetura com matriz industrial

7- Obras de arte de engenharia

8- Mobiliário urbano e obras de arte pública

Consideram-se os critérios gerais de inventariação de Imóveis com Valor Patrimonial definidos no PDM em vigor - valor arquitetónico e urbanístico; valor artístico; valor histórico; valor paisagístico-ecológico; valor simbólico, cultural e social; valor técnico-científico -, assim como os critérios definidos para Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico, que se complementam um ou mais dos critérios indicados abaixo.

Para cada categoria é desenvolvida informação como descrição geral, critérios e elementos definidores, por categoria, que podem ser cumulativos com os critérios gerais.

[4] A *matriz* será o conjunto de elementos arquitetónicos essenciais que, associados e materializados com rigor disciplinar, permitem identificar a obra e respeitar a memória do seu processo histórico.

2.2.5.1 Espaços, malhas urbanas e arruamentos

Entende-se como “espaços, malhas urbanas e arruamentos” áreas urbanas com valor identitário na história da cidade ou para a comunidade, nomeadamente praças, largos, arruamentos, avenidas, jardins e outros espaços urbanos. Incluem-se também as malhas urbanas com unidade arquitetónica, tipo-morfológica, construtiva, volumétrica ou outra.

Critérios específicos e elementos definidores

- espaços ou eixos estruturantes e representativos na história da cidade ou do seu processo de transformação e expansão (ex.: Rua do Almada);
- qualidade e integridade da composição arquitetónica das fachadas, da relação do lote com o edificado e o traçado viário, da matriz tipo-morfológica, do sistema construtivo e materiais de construção, do património integrado e de outros elementos identitários (ex: Rua Álvares Cabral);
- elementos de desenho e composição dos espaços urbanos, designadamente topografia, muros, árvores, pavimentos, mobiliário urbano e arte pública (bancos, candeeiros, quiosques, coretos, estátuas, fontes etc.), entre outros, e respetivos materiais e técnicas aplicadas (ex.: Praça de Carlos Alberto, Rua de Cedofeita);

No 3º Relatório serão identificadas 27 entradas que integram a categoria “espaços, malhas urbanas e arruamentos”, algumas destas incluídas em Conjuntos de Interesse Público (CIP).

2.2.5.2 Obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio

Entende-se por “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” edifícios que na sua génese tenham como função dominante habitação ou que na sua génese desempenhem a função mista de habitação com comércio nos pisos inferiores.

Critérios específicos e elementos definidores

- implantação em áreas urbanas com valor identitário, histórico ou de referência para a comunidade; implantação em espaços/eixos estruturantes ou representativos na história da cidade e do seu processo de transformação, como por exemplo as vias que integram o Porto Mercantilista, Iluminista e Liberal;
- obras que apresentam qualidade urbanística e arquitetónica e conservam as características identitárias do projeto no exterior e interior, designadamente no que se refere à relação do lote com o edificado e o traçado viário, número de pisos, volumetria, desenho da parcela, logradouro, composição arquitetónica das fachadas, matriz tipo-morfológica, sistema de acessos, distribuição e circulação (ex.: acesso direto, acesso em galeria, acesso independente, posição de escadas, etc.);
- integridade da sua composição, estrutura, sistema construtivo, materiais, elementos decorativos, património integrado e outros elementos caracterizadores(ex: varandas, gradeamentos, portas, beirados, cantarias, platibandas, pilastras, caixilharias, pavimentos, revestimento de paredes, etc.)

A partir da análise do conjunto de bens inventariados, verifica-se que cerca de 70% integram a categoria “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” (925 imóveis), dos quais apenas cerca de 6% se encontram classificados (60 imóveis). O regime de classificação predominante nesta categoria, a nível individual, é o de Imóvel de Interesse Público (43 imóveis).

Para além desta amostra, é importante referir que 18% dos imóveis inventariados na categoria “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” integram Conjuntos de Interesse Público (213 imóveis), tendo por isso proteção legal e estando as intervenções em imóveis ou zonas de proteção sujeitas a parecer vinculativo da entidade de tutela. Desta análise verifica-se que, dentro do conjunto do património inventariado nesta categoria, em termos relativos, há um reduzido número de imóveis com proteção legal (273 num total de 925 imóveis), pelo que será pertinente definir orientações para a gestão e para intervenções em imóveis inseridos nesta categoria.

Importa referir, contudo, um considerável número de “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” não inventariadas, mas que têm proteção legal por integrarem Conjuntos de Interesse Público ou o Centro Histórico do Porto (MN19).

No que respeita à localização na cidade (Fig. 19) verifica-se que as “obras de arquitetura com matriz de habitação ou habitação e comércio” se concentram com maior predominância seja na área correspondente ao núcleo intramuralha designado por Centro Histórico do Porto, seja nas áreas de expansão urbana realizada entre o final do século XVIII e primeira metade do século XX, incluindo a zona da Foz do Douro.

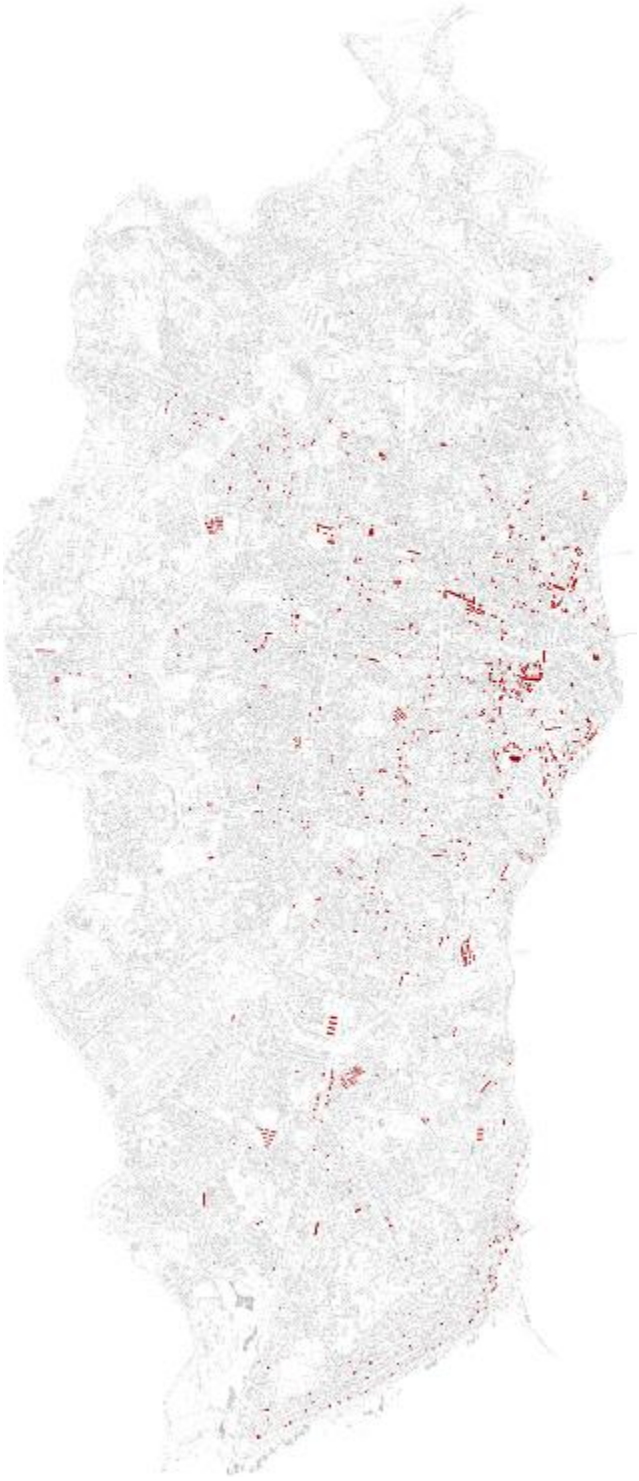


Figura 19 – Planta com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio”

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
A2	Moradia	Avenida da Boavista		XX
A3	Moradia de Alberto Pires de Lima e Capela da Sagrada Família	Rua de António Aroso		XX
A4	Moradias Geminadas	Avenida do Dr. Antunes Guimarães		XX
A5	Moradia	Avenida do Dr. Antunes Guimarães		XX
A7	Cooperativa de Habitação de Aldoar	Rua de Moçambique		XX
A8	Casa Manoel de Oliveira	Rua da Vilarinha	IP84 (MIP)	XX
A9	Moradia e jardim	Rua da Vilarinha		XX
A10	Moradia Unifamiliar	Rua da Vilarinha		XIX
B6	Blocos Plurifamiliares (Bairro do Duque de Saldanha)	Rua do Duque de Saldanha		XX
B8	Asilo da Misericórdia	Alameda das Fontainhas		XIX
B9	SAAL São Vítor	Rua da Associação de Moradores de S. Victor		XX
B11	Edifício de Habitação	Rua de Joaquim António de Aguiar		XX
B12	Edifício de Habitação	Rua de Joaquim António de Aguiar		XX
B19	Moradia e Jardim	Rua do Barão de Nova Sintra		XIX
B20	Edifício de Habitação	Rua do Heroísmo		XIX
B22	Conjunto de quatro Edifícios de Habitação	Rua de S. Rosendo		XX
B24	Edifício de Habitação	Rua de Pinto Bessa		XX
B28	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonfim		XX
B29	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonfim		XX
B32	Edifício de Habitação	Rua do Bonfim		XIX
B33	Conjunto de Edifícios de Habitação	Rua do Bonfim		XX
B35	Conjunto de quatro Edifícios de Habitação	Rua do Bonfim		XIX
B36	Edifício de Habitação	Rua do Bonfim		XX
B37	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonfim		XIX/XX
B38	Habitação Unifamiliar	Rua do Bonfim		XX
B39	Edifício de Habitação e Comércio	Avenida de Camilo		XX
B40	Moradia (chalet)	Avenida de Camilo		XX
B41	Moradia	Avenida de Camilo		XX
B47	Edifício de Habitação	Rua de António Granjo		XX
B48	Edifícios de Habitação Geminados	Rua de António Granjo		XX
B49	Edifício de Habitação	Rua de António Granjo		XX
B50	Edifício de Habitação	Rua de António Granjo		XX
B51	Conjunto de Sete Edifícios de Habitação	Rua de Ferreira Cardoso		XX
B52	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Ferreira Cardoso		XX
B53	Edifício de Habitação	Rua do Conde de Ferreira		XX
B54	Palacete	Avenida de Rodrigues de Freitas		XIX
B55	Palacete	Avenida de Rodrigues de Freitas	IP19	XIX
B56	Palacete	Avenida de Rodrigues de Freitas	IP19	XIX
B57	Palacete	Avenida de Rodrigues de Freitas	IP19	XIX
B58	Edifício de Habitação (palacete)	Avenida de Rodrigues de Freitas		XIX/XX
B60	Edifício de Habitação	Rua do Morgado de Mateus		XX
B61	Palacete	Rua do Morgado de Mateus		XIX
B63	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Fernandes Tomás		XX
B64	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Fernandes Tomás		XX
B65	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Fernandes Tomás		XX
B66	Bloco de Habitação Colectiva "Ouro"	Rua de Fernandes Tomás		XX
B67	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Fernandes Tomás		XX
B68	Edifício de Habitação	Rua de Coelho Neto		XX
B69	Edifício de Habitação e Comércio	Largo do Padrão		XX
B70	Edifício de Habitação e Bairro	Rua de Fernandes Tomás		XX
B71	Palacete	Rua de Fernandes Tomás		XX
B72	Moradia de Joaquim Soares da Silva Moreira	Rua de D. João IV		XX
B78	Palacete	Rua de D. João IV		XIX
B79	Edifício de Habitação	Rua da Firmeza		XIX
B80	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de D. João IV		XX
B81	Casa António Bastos	Rua do Moreira		XX
B82	Edifício Miradouro / Cooperativa dos Pedreiros	Rua da Alegria		XX

B83	Casa onde viveu e morreu Guilhermina Suggia	Rua da Alegria		XX
B85	Casa Joaquim Alves Barbosa	Rua de Santa Catarina		XX
B86	Edifício de Habitação Pós-Almadino de oito parcelas	Rua de Santa Catarina		XIX
B87	Edifícios de Habitação (chalet)	Rua de Santa Catarina		XX
B88	Edifícios de Habitação Geminados	Rua de Santa Catarina		XX
B89	Edifício de Habitação	Rua de Santa Catarina		XX
B90	Antigo Palacete da Família Lopes Martins	Praça do Marquês de Pombal		XIX/XX
B91	Casa-Atelier Marques da Silva	Praça do Marquês de Pombal		XX
B92	Palacete	Praça do Marquês de Pombal		XIX
B95	Parque Residencial Luso-Lima	Rua da Constituição		XX
B96	Moradia Augusto Leite da Silva Guimarães	Rua de Latino Coelho		XIX
B97	Edifício de Habitação	Rua de Latino Coelho		XX
B98	Conjunto de três Edifícios de Habitação	Rua de Latino Coelho		XX
B99	Conjunto de três Edifícios de Habitação	Rua de Latino Coelho		XX
B101	Edifício Quatro Ruote	Rua de Latino Coelho		XX
B102	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Latino Coelho		XX
B104	Moradia	Rua de Santos Pousada		XX
B105	Bloco Plurifamiliar	Rua de Santos Pousada		XX
B109	Edifício de Habitação	Rua de Coutinho de Azevedo		XX
B111	Moradias Geminadas	Rua de Carlos Malheiro Dias		XX
B112	Casa José Braga	Rua de Santos Pousada		XX
B113	Edifícios de Habitação Geminados	Rua de Santos Pousada		XX
B114	Bloco Plurifamiliar	Rua de Santos Pousada		XX
B115	Bloco Habitacional	Rua da Constituição		XX
B116	Moradia	Rua de Carlos Malheiro Dias		XX
B117	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Carlos Malheiro Dias		XX
B118	Conjunto de cinco Moradias	Rua de Carlos Malheiro Dias		XX
B119	Conjunto de Moradias Geminadas	Praça de Francisco Sá Carneiro		XX
B120	Casa Engenheiro José Praça	Rua de Naulila		XX
B121	Conjunto de Moradias Geminadas	Rua de Naulila		XX
B122	Casa Peres	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
B125	Moradia (Esquadra da P. S. P.)	Rua de Naulila		XX
B126	Moradias Geminadas	Rua de Naulila		XX
B127	Moradias Geminadas	Rua de Naulila		XX
B128	Moradia	Rua de Nevala		XX
B129	Moradias Geminadas	Rua de La Couture		XX
B130	Casa Manuel Magalhães	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
B131	Conjunto de Habitações (Bairro)	Rua da Vigorosa		XX
C1	Edifício de Habitação (Residencial Flor de Liz)	Rua de Antero de Quental		XX
C2	Edifício de Habitação	Rua de Antero de Quental		XX
C4	Edifício de Habitação	Rua de Antero de Quental		XVIII /XIX
C5	Palacete	Rua de Antero de Quental		XX
C6	Conjunto de Habitações	Rua de Antero de Quental		XVIII /XIX
C10	Instituto Francês do Porto (Palacete dos Condes de Alves Machado)	Praça da República	IP70 (CIP)	XIX
C11	Edifício de Habitação e Comércio	Rua dos Mártires da Liberdade		XVIII /XIX
C13	Edifício de Habitação e Comércio	Rua dos Bragas		XX
C15	Edifício de Habitação	Rua dos Mártires da Liberdade		XX
C16	Edifício e Loja da «Renascença Portuguesa»	Rua dos Mártires da Liberdade		XIX/XX
C17	Solar	Rua dos Mártires da Liberdade		XVIII
C18	Edifício de Habitação	Rua dos Mártires da Liberdade		XX
C19	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua dos Mártires da Liberdade		XX
C20	Edifício de Habitação	Rua dos Mártires da Liberdade		XVII/XVIII
C24	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do General Silveira		XX
C25	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do General Silveira		XX
C26	Edifício de Habitação e Comércio (Solar)	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII
C27	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Diogo Brandão		XX
C28	Casa Manuel Rodrigues Gomes	Rua de Miguel Bombarda		XX
C29	Edifício de Habitação e Comércio (antigo Tribunal do Trabalho)	Rua de Cedofeita	IP47	XIX/XX
C30	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVII/XVIII
C31	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII
C32	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII
C33	Casa de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos	Rua de Cedofeita	IP47	XIX

C34	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII
C35	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XIX
C36	Edifício de Habitação e Comércio (Palacete)	Rua de Cedofeita	IP47	XIX
C37	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Rosário		XX
C38	Moradias Geminadas	Rua da Torrinha		XX
C41	Edifício de Habitação (Palacete)	Rua de Álvares Cabral	IP70 (CIP)	XIX
C42	Moradia	Rua de Álvares Cabral	IP70 (CIP)	XX
C43	Edifícios de Habitação Geminados	Rua de Álvares Cabral	IP70 (CIP)	XX
C44	Moradia e jardim	Rua de Álvares Cabral	IP70 (CIP)	XX
C45	Edifício de Habitação Ferreira Alves & Irmão	Rua de Álvares Cabral	IP70 (CIP)	XX
C46	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Álvares Cabral	IP70 (CIP)	XX
C47	Antiga Casa de Honório de Lima	Rua de Cedofeita	IP47	XIX/XX
C48	Palacete e jardim (Casa da Baronesa do Seixo)	Rua de Cedofeita	IP47	XIX
C49	Palacete (Instalações da PSP)	Rua de Cedofeita	IP47	XIX
C51	Dois Edifícios de Habitação	Rua de Sacadura Cabral		XX
C52	Moradia	Rua de Sacadura Cabral		XX
C53	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XX
C58	Edifício de Habitação e Comércio	Largo do Priorado		XX
C59	Edifícios de Habitação Plurifamiliar	Praceta João Glama		XX
C62	Edifício de Habitação plurifamiliar	Praça de Pedro Nunes		XX
C63	Edifício de Habitação plurifamiliar	Praça de Pedro Nunes		XX
C64	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Praça de Pedro Nunes		XX
C65	Moradia	Praça de Pedro Nunes		XX
C67	Edifícios de Habitação Geminados	Rua de Santa Isabel		XX
C68	Edifício de Habitação	Rua de Santa Isabel		XIX
C69	Casa Ricardo Severo	Rua de Ricardo Severo		XX
C70	Torre Habitacional "Montepio Geral"	Rua de Júlio Dinis		XX
C71	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Júlio Dinis		XX
C73	Edifício de Habitação	Avenida da Boavista		XX
C74	Conjunto de Edifícios de Habitação Geminados	Rua de Quinze de Novembro		XX
C75	Edifícios de Habitação Geminados	Rua de Quinze de Novembro		XX
C76	Bairro	Rua dos Vanzeleres		XX
C77	Edifício de Habitação	Rua dos Vanzeleres		XX
C79	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Avenida da Boavista		XX
C82	Edifícios de Habitação Plurifamiliar Geminados	Rua de Augusto Luso		XX
C83	Edifícios de Habitação Geminados	Rua da Boavista		XX
C85	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Augusto Luso		XX
C86	Moradias Geminadas	Rua de Augusto Luso		XX
C87	Palacete (Lúmen)	Rua da Boavista		
C88	Edifícios de Habitação Geminados	Rua da Boavista		XIX
C89	Edifícios de Habitação (Palacete)	Rua da Boavista		XIX
C90	Bloco da Carvalhosa	Rua da Boavista	IVC44	XX
C91	Edifício de Habitação	Rua da Boavista		XX
C92	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua da Boavista		XX
C95	Conjunto Habitacional da Bouça (Operação SAAL na Rua da Boavista)	Rua das Águas Férreas		XX
C96	Casa da Pedra e Jardim	Rua das Águas Férreas		XVIII
C99	Edifícios de Habitação Plurifamiliar	Rua de Paula Vicente		XX
C100	Moradia Eng.º Theotónio Santos Rodrigues	Rua de Nossa Senhora de Fátima		XX
C101	Casa Dr. Álvaro da Cunha Reis	Rua de Nossa Senhora de Fátima		XX
C104	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Oliveira Monteiro		XX
C105	Edifício Parnaso	Rua de Nossa Senhora de Fátima	IP73 (MIP)	XX
C106	Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio	Rua de Nossa Senhora de Fátima		XX
C107	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Nossa Senhora de Fátima		XX
C109	Conjunto de Moradias Geminadas (Bairro)	Rua de Oliveira Monteiro		XIX/XX
C112	Edifício de Habitação	Rua da Quinta Amarela		XX
C113	Moradia de João Pires Gouveia	Rua de Vieira Portuense		XX
C114	Moradias Geminadas	Rua de Domingos Sequeira		XX
C115	Habitação Unifamiliar	Rua de Domingos Sequeira		XX
C116	Moradia	Rua de Domingos Sequeira		XX
C118	Moradia	Avenida da França		XX
C119	Moradia	Avenida da França		XX
C120	Moradia	Avenida da França		XX
C121	Moradia	Avenida da França		XX

C123	Bloco de Habitação Plurifamiliar	Rua dos Açores		XX
C124	Moradia	Rua de Pedro Hispano		XX
C125	Moradia (Chalet)	Rua de Oliveira Monteiro		XX
C126	Edifício de Habitação	Rua de Nove de Julho		XX
C127	Edifício de Habitação	Praça do Exército Libertador		XX
C128	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua da Natária		XX
C129	Bairro Operário 'O Comércio do Porto' - Monte Pedral	Rua do Niassa		XIX/XX
C130	Edifício de Habitação	Rua do Quanza		XX
C132	Edifício de Habitação e Bairro	Rua de Serpa Pinto		XX
C133	Edifício de Habitação e Bairro	Rua de Egas Moniz		XX
C134	Conjunto de Edifícios de Habitação (Bairro)	Rua de Egas Moniz		XX
C135	Moradias Geminadas	Rua da Constituição		XX
C137	Casa Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos	Rua da Constituição		XX
Ca2	Edifício de Habitação	Rua da Aldeia		XVII/XVIII
Ca3	Bairro	Rua da Aldeia		XX
Ca11	Edifício de Habitação	Largo de S. Pedro		XIX
Ca16	Palácio do Freixo	Estrada Nacional 108	MN8	XVIII
Ca17	Edifício de Habitação	Rua do Freixo		XVIII/XIX
Ca18	Edifício de Habitação	Rua do Freixo		XVIII/XIX
Ca23	Moradia e Jardim	Avenida de Paiva Couceiro		XIX/XX
Ca26	Edifícios de Habitação Geminados	Rua da Estação		XX
Ca29	Edifícios de Habitação	Rua de Pinto Bessa		XX
Ca31	Edifício de Habitação	Rua do Monte da Bela		XX
Ca32	Casa de Godim	Largo de Godim		XVII/XVIII/XX
Ca33	Bairro	Rua do Bonfim		XIX/XX
Ca34	Moradia	Rua de D. Lopo de Almeida		XX
Ca35	Edifício de Habitação	Rua de Justino Teixeira		XX
Ca36	Edifício de Habitação	Rua de S. Roque da Lameira		XX
Ca40	Moradias Geminadas	Travessa da Fonte Velha		XX
Ca42	Edifício de Habitação	Rua de S. Roque da Lameira		XX
Ca43	Edifício de Habitação	Rua de S. Roque da Lameira		XVIII/XIX
Ca44	Moradia	Rua de S. Roque da Lameira		XX
Ca51	Edifício de Habitação	Rua de Contumil		XIX
Ca52	Casa Vitorino Ribeiro	Rua de Joaquim Vitorino Ribeiro		XX
Ca55	Casa Rural	Rua do Souto de Contumil		XVIII
Ca59	Moradia	Rua do Estádio		XX
Ca60	Conjunto de oito Moradias	Rua do Monte Aventino		XX
Ca61	Bairro Operário	Rua de Bento Carqueja		XX
Ca62	Bairro Operário	Rua do Bairro do Comércio do Porto		XX
Ca65	Edifício de Habitação e Comércio	Avenida de Fernão de Magalhães		XX
Ca66	Edifício de Habitação e Comércio	Avenida de Fernão de Magalhães		XX
F1	Chalet	Rua do Passeio Alegre		XIX
F2	Edifício de Habitação	Rua do Passeio Alegre		XVIII
F3	Edifício de Habitação	Rua do Passeio Alegre		XVIII
F4	Edifício de Habitação	Rua do Passeio Alegre		XVII
F5	Edifício de Habitação	Travessa dos Olivais		XVII/XVIII
F6	Edifício de Habitação	Rua do Passeio Alegre	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F7	Edifício de Habitação	Rua de S. José	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F8	Edifício de Habitação	Rua de Santo Antonino		XVI
F9	Edifício de Habitação	Rua da Beneditina		XVII/XVIII
F10	Moradia e jardim	Rua do Padre Luís Cabral		XIX
F14	Edifício de Habitação	Rua Alegre	IP81 (CIP)	XVIII
F15	Dois Edifícios de Habitação	Rua Alegre	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F16	Edifício de Habitação	Rua Alegre	IP81 (CIP)	XVI/XVII
F17	Edifício de Habitação	Rua do Montebelo	IP81 (CIP)	XVI/XVII
F18	Edifício de Habitação	Rua do Montebelo	IP81 (CIP)	XVII
F19	Edifício de Habitação	Rua do Adro da Foz	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F20	Casa Emílio Peres	Rua de S. João da Foz	IP81 (CIP)	XX
F21	Edifício de Habitação	Rua de S. João da Foz	IP81 (CIP)	XVII
F22	Edifício de Habitação	Rua de S. João da Foz	IP81 (CIP)	XVII
F23	Edifício de Habitação	Rua de S. João da Foz	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F24	Edifício de Habitação	Rua de S. João da Foz	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F25	Casas geminadas	Rua de S. João da Foz	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F26	Edifício de Habitação	Rua de Raúl Brandão	IP81 (CIP)	XVI/XVII

F27	Edifício de Habitação	Rua de Raúl Brandão	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F28	Casa e Capela da Senhora da Lapa ou dos Mareantes	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XVI/XVII/XIX
F30	Antiga Casa de Constantino Rodrigues Batalha	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XIX
F31	Antiga Casa de Miguel de Sousa Guedes	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XIX
F32	Chalet da Família Bettencourt	Rua do Passeio Alegre	IP81 (CIP)	XIX
F33	Casa da Família Pinho	Calçada das Laranjeiras	IP81 (CIP)	XVIII/XX
F35	Edifício de Habitação de gaveto	Rua das Laranjeiras	IP81 (CIP)	XVI/XVII
F36	Edifício de Habitação	Rua das Laranjeiras	IP81 (CIP)	XVI/XIX
F37	Casa de Margarida Rosa Pereira Machado (Pereira Machado)	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XIX
F38	Edifício de Habitação	Rua das Motas	IP81 (CIP)	XVI
F39	Edifício de Habitação	Rua das Motas	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F40	Edifício de Habitação	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVI/XVII/XIX/XX
F41	Edifício de Habitação	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F42	Edifício de Habitação	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVI
F43	Edifício de Habitação	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F45	Casa da Família Oliveira Maya	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XIX
F46	Antiga Casa de Agostinho de Souza Guedes	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XIX
F47	Bloco Plurifamiliar	Rua do Passeio Alegre	IIM6; IP81 (CIP)	XX
F48	Moradias Geminadas	Esplanada do Castelo	IP81 (CIP)	XX
F49	Edifício de Habitação	Rua Bela	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F50	Edifício de Habitação	Rua Bela	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F51	Edifício de Habitação	Rua Bela	IP81 (CIP)	XVI/XVII
F52	Edifício de Habitação	Rua Bela	IP81 (CIP)	XVII
F53	Edifício de Habitação	Travessa do Passeio Alegre	IP81 (CIP)	XVI/XVII
F55	Edifício de Habitação	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F58	Edifício de Habitação (Quinta)	Rua da Senhora da Luz	IP81 (CIP)	XVII/XVIII
F59	Edifício de Habitação	Rua da Cerca	IP81 (CIP)	XVIII/XIX
F60	Edifício de Habitação	Rua do Alto de Vila	IP81 (CIP)	XVIII/XIX
F61	Três Edifícios de Habitação Geminados	Rua do Alto de Vila	IP81 (CIP)	XVIII
F63	Edifício de Habitação	Avenida do Brasil		XIX
F64	Edifício de tendência Arte Nova	Avenida do Brasil		XX
F65	Bloco Habitacional	Avenida do Brasil		XX
F66	Edifício de tendência Arte Nova	Rua do Monte da Luz		XX
F67	Conjunto de 5 Habitações	Rua da Agra		XX
F68	Villa Helena	Rua do Dr. Sousa Rosa		XX
F69	Moradia	Rua da Agra		XX
F71	Bloco Plurifamiliar	Rua de Corte Real		XX
F72	Edifício de habitação	Rua de Diu		XX
F73	Edifício de Habitação	Rua de Diu		XX
F75	Moradia	Praça do Império		XX
F76	Moradias Geminadas	Praça do Império		XX
F77	Moradias Geminadas	Praça do Império		XX
F78	Moradias Geminadas	Avenida do Marechal Gomes da Costa		XX
F79	Casa Daniel Barbosa	Avenida do Marechal Gomes da Costa		XX
F80	Moradia Unifamiliar	Avenida do Marechal Gomes da Costa		XX
L1	Casa e Capela na Rua de Sobreiras	Rua das Sobreiras		XVIII/XIX
L2	Edifício de Habitação	Rua das Sobreiras		XVII/XVIII
L6	Edifício de Habitação	Rua do Ouro		XVIII/XX
L17	Moradia e Jardim	Travessa do Alto da Arrábida		XIX/XX
L20	Edifício de Habitação	Rua das Condominhas		XVI/XVIII
L21	Bairro d'O Comércio do Porto	Rua da Granja de Lordelo		XX
L22	Conjunto Edifícios de Habitação	Rua das Condominhas		XVI/XVII
L23	Conjunto de seis Moradias Geminadas	Rua do Progresso		XX
L25	Edifício de Habitação (projecto comum ao L26)	Rua das Condominhas		XVIII
L26	Edifício de Habitação (projecto comum ao L25)	Rua das Condominhas		XVIII
L28	Palacete do Visconde de Vilar de Allen, jardins e auditório; Casa das Artes	Rua de António Cardoso	IP66 (MIP)	XX
L29	Palacete do Visconde de Vilar de Allen, jardins e auditório; auditório	Rua de Ruben A	IP66 (MIP)	XX
L30	Moradias Geminadas	Rua de Feliciano de Castilho		XX
L31	Moradia	Rua de Feliciano de Castilho		XX
L33	Moradia	Rua de António Cardoso		XX
L35	Casa da Viscondessa de Santiago de Lobão	Avenida da Boavista	IP37	XIX

L36	Edifício de Habitação e Comércio	Avenida da Boavista		XX
L40	Edifício de Habitação	Rua de Serralves		XVII/XVIII
L41	Casal de Santa Maria / Parque de Serralves	Rua de Serralves	MN21	XX
L44	Moradia	Avenida do Marechal Gomes da Costa		XX
L45	Moradias Geminadas	Avenida do Marechal Gomes da Costa		XX
L46	Bloco Plurifamiliar	Praça de D. Afonso V		XX
L47	Moradia Rocha Gonçalves	Rua de Tristão da Cunha		XX
L48	Moradia Carrapatoso	Rua de Tristão da Cunha		XX
L49	Moradia e Jardim	Rua de Correia de Sá		XIX/XX
L50	Edifício de Habitação	Rua de Tânger		XVIII/XIX
L51	Edifício de Habitação	Avenida da Boavista		XX
L52	Moradias Geminadas	Avenida da Boavista		XX
L53	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L54	Casa onde viveu Pinho Leal	Rua de Serralves		XIX
L56	Conjunto de Edifícios de Habitação	Rua do Professor Augusto Nobre		XVII/XVIII
L57	Bairro «O Lar Familiar»	Largo do Maestro Miguel Ângelo		XX
L59	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L60	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L61	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L62	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L63	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L64	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L65	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L66	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L67	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
L68	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
M3	Bairro Inês (ou Ignez, ou Ignês)	Rua de Sobre-o-Douro	IP51 (CIP)	XIX/XX
M6	Edifício de Habitação	Rua do Cristelo	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
M7	Edifício de Habitação	Rua do Cristelo	IP51 (CIP)	XVIII
M8	Edifício de Habitação e Cruzeiro	Rua do Cristelo	IP51 (CIP)	XVII
M9	Edifício de Habitação	Rua do Cristelo	IP51 (CIP)	XVI/XVII
M10	Edifício de Habitação	Rua do Cristelo	IP51 (CIP)	XVI/XVII
M14	Edifício de Habitação	Cais das Pedras	IP51 (CIP)	XVII
M15	Edifício de Habitação	Alameda Basilio Teles		XVII/XVIII
M16	Edifício de Habitação	Alameda Basilio Teles		XVIII
M17	Edifício de Habitação	Rua do Outeiro		XVII/XVIII
M18	Edifício de Habitação	Rua do Outeiro		XVI/XVII/XVIII
M19	Edifício de Habitação	Campo do Rou		XVII/XVIII
M20	Edifício de Habitação	Travessa do Campo do Rou		XVII/XVIII/XIX
M21	Edifício de Habitação	Travessa do Campo do Rou		XVI/XVII/XIX
M22	Edifício de Habitação	Rua do Casal do Pedro		XVII
M23	Edifício de Habitação	Rua do Casal do Pedro		XVIII
M24	Edifício	Rua do Casal do Pedro		XV/XVI/XIX
M25	Edifício de Habitação	Rua da Fonte de Massarelos		XVIII
M26	Edifício de Habitação	Rua da Fonte de Massarelos		XVII/XVIII
M28	Edifício de Habitação	Rua da Fonte de Massarelos		XVIII
M33	Edifício de Habitação	Rua do Bicalho		XVII
M36	Edifício de Habitação e Jardim	Rua do Gólgota		XIX
M38	Edifício de Habitação (F.A.U.P.)	Rua do Gólgota		XIX
M40	Bairro Viterbo de Campos	Rua de Entre Campos		XX
M41	Bairro Sidónio Pais	Rua de Entre Campos		XX
M43	Conjunto de habitação e logradouro arborizado na Rua do Campo Alegre, 855 a 1021	Rua do Campo Alegre	IIM3	XIX/XX
M44	Conjunto de quatro Moradias Geminadas	Rua do Campo Alegre		XX
M45	Conjunto de Moradias Geminadas	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M47	Edifício Plurifamiliar Pereira da Costa	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M48	Moradia José Ferreira da Costa	Rua de Guerra Junqueiro		
M49	Habitação Unifamiliar	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M50	Moradia	Rua de Soares de Passos		XX
M51	Moradia	Rua de Soares de Passos		XX
M52	Moradia	Rua de Soares de Passos		XX
M53	Moradia	Rua de Soares de Passos		XX
M55	Conjunto de Moradias	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M57	Moradias Geminadas	Rua de Guerra Junqueiro		XX

M58	Moradia	Rua de Monsenhor Fonseca Soares		XX
M59	Edifícios de Habitação Geminados	Avenida da Boavista		XIX/XX
M60	Edifício de Habitação	Avenida da Boavista		XIX/XX
M61	Edifício de Habitação e Jardim	Avenida da Boavista		XIX
M62	Edifícios de Habitação Geminados	Avenida da Boavista		XX
M64	Edifícios de Habitação Geminados	Avenida da Boavista		XX
M65	Edifício de Habitação e Comércio	Avenida da Boavista		XX
M68	Edifício de Habitação Jaime S. Tavares	Praça de Mouzinho de Albuquerque		XX
M69	Casa Domingos Fernandes	Praça de Mouzinho de Albuquerque		XX
M72	Casa e Capela do Bom Sucesso	Rua do Bom Sucesso	IP60 (MIP)	XVIII
M73	Moradia e Jardim	Rua do Bom Sucesso		XX
M74	Conjunto de Habitações José Lourenço da Silva	Rua do Arquitecto Marques da Silva		XX
M75	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua do Arquitecto Marques da Silva		XX
M76	Bloco de Habitações	Rua do Arquitecto Marques da Silva		XX
M78	Comissão de Coordenação da Região Norte (Moradia e Jardim)	Rua do Campo Alegre	IIM5	XIX/XX
M79	Edifício de Habitação (Quinta - Solar)	Rua da Rainha D. Estefânia	IIM5	XVIII
M80	Edifício de Habitação	Rua da Rainha D. Estefânia	IIM5	XVII/XVIII
M81	Edifício de Habitação e Jardim	Rua da Rainha D. Estefânia	IIM5	XVIII/XIX
M82	Antiga Casa da Família Kopke - van Zeller (actual Colégio de Nossa Senhora de Lourdes)	Rua da Rainha D. Estefânia	IIM5	XIX
M83	Bloco Plurifamiliar	Rua do Campo Alegre		XX
M85	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Vilar		XVIII
M88	Edifício de Habitação	Rua de Vilar		XIX
M90	Edifício de Habitação	Rua de D. Manuel II		XIX/XX
M94	Torre do Palácio dos Terenas (MN) e Palácio dos Marqueses de Terena e de Monfalim	Rua de D. Manuel II	MN11	XIV-XV/XVII/XVIII
M95	Conjunto de Edifícios de Habitação	Rua de Miguel Bombarda		XIX
M97	Edifício de Habitação	Rua de D. Manuel II		XX
M98	Edifício de Habitação	Rua de D. Manuel II		XVIII/XIX
M99	Edifício de Habitação	Rua de D. Manuel II		XIX/XX
M102	Bloco de Habitação Plurifamiliar	Rua da Maternidade		XX
M103	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua da Boa Hora		XX
M104	Edifício de Habitação e Comércio	Rua da Torrinha		XX
M106	Edifício de Habitação	Rua de Júlio Dinis		XX
Mi2	Conjunto de Edifícios	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XIX
Mi3	Edifício	Rua de Azevedo de Albuquerque	IP51 (CIP)	XVIII
Mi4	Edifício	Rua de Azevedo de Albuquerque	IP51 (CIP)	XX
Mi5	Cooperativa Árvore / Quinta das Virtudes ou dos Pinto de Meirelles	Rua de Azevedo de Albuquerque	IP51 (CIP)	XVIII
Mi11	Palácio de São João Novo (Museu de Etnografia e História)	Largo de S. João Novo	IP30; IP51 (CIP); MN19	XVIII
Mi12	Edifício	Calçada das Virtudes	IP51 (CIP)	XVIII
Mi13	Conjunto de Edifícios	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP)	XIX
Mi15	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP); MN19	XVI/XVII
Mi16	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi17	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi18	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP)	SVII/XVIII
Mi19	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP)	XVIII
Mi20	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi21	Edifício	Rua de Francisco da Rocha Soares	IP51 (CIP); MN19	XVI/XVII
Mi22	Edifício	Rua de Tomás Gonzaga	IP51 (CIP)	XX
Mi23	Dois Edifícios	Rua de Tomás Gonzaga	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi24	Dois Edifícios	Rua de Tomás Gonzaga	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi25	Edifício	Rua de Tomás Gonzaga	IP51 (CIP)	XX
Mi27	Edifício	Rua de Tomás Gonzaga	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi29	Edifício com fonte	Rua de S. Pedro de Miragaia	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
Mi30	Edifício	Rua de S. Pedro de Miragaia	IP51 (CIP)	XV/XVI

Mi31	Edifício	Rua de S. Pedro de Miragaia	IP51 (CIP)	XV/XVI
Mi32	Edifício	Rua de S. Pedro de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVIII
Mi33	Edifício Brasonado dos Beleza de Andrade	Rua de S. Pedro de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVIII
Mi34	Edifício	Rua de S. Pedro de Miragaia	IP51 (CIP)	XV/XVI/XIX
Mi35	Edifício	Rua Ancira	IP51 (CIP)	XVI
Mi37	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XVII
Mi38	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi39	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XVI/XX
Mi40	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XVI/XVIII/XIX
Mi41	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XIX
Mi42	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
Mi43	Edifício	Rua Nova da Alfândega	IP51 (CIP)	XIX/XX
Mi44	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi45	Conjunto de Quatro Edifícios	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi46	Conjunto de Dois Edifícios	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVII/XVIII
Mi47	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVIII
Mi48	Edifício	Rua Arménia	IP51 (CIP)	XIX
Mi49	Conjunto de Três Edifícios	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi50	Conjunto de Dois Edifícios	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XIX
Mi51	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVIII
Mi52	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi53	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XIX
Mi54	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi55	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI
Mi56	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi57	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi59	Edifício "onde nasceu António Tomaz Gonzaga"	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
Mi60	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII
Mi61	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI
Mi62	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVI/XIX
Mi63	Edifício	Rua dos Armazéns	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi64	Edifício	Rua dos Armazéns	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi65	Edifício	Rua dos Armazéns	IP51 (CIP)	XVII/XIX
Mi66	Edifício	Rua dos Armazéns	IP51 (CIP)	XVII/XVIII/XX
Mi67	Edifício	Rua dos Armazéns	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi68	Edifício	Rua do Cidral de Baixo	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi69	Edifício	Rua do Cidral de Baixo	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi70	Edifício	Rua do Cidral de Baixo	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi71	Edifício	Rua do Cidral de Baixo	IP51 (CIP)	XVI/XIX
Mi72	Edifício	Escadas do Monte dos Judeus	IP51 (CIP)	XVI
Mi73	Edifício	Escadas do Monte dos Judeus	IP51 (CIP)	XIX
Mi74	Edifício	Escadas do Monte dos Judeus	IP51 (CIP)	XIX
Mi75	Edifício	Escadas do Monte dos Judeus	IP51 (CIP)	XIX
Mi76	Edifício	Viela da Ilha do Ferro	IP51 (CIP)	XVII
Mi77	Edifício	Escadas do Monte dos Judeus	IP51 (CIP)	XVI/XVII
Mi78	Conjunto de Edifícios	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII
Mi79	Edifício da Fonte da Colher	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XIX
Mi82	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XIX
Mi83	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi84	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII
Mi85	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVIII
Mi86	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII
Mi87	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVIII
Mi88	Conjunto de Edifícios	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi89	Edifício	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi90	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVII
Mi92	Casa das Sereias ou dos Cunha Portocarrero	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
Mi93	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII
Mi94	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII
Mi95	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XX
Mi96	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
Mi97	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII
Mi98	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII
Mi99	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XX
Mi100	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
Mi101	Edifício	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
Mi102	Edifício	Largo do Viriato	IP51 (CIP)	XIX

Mi103	Edifício	Largo do Viriato	IP51 (CIP)	XIX
Mi104	Edifício	Largo do Viriato	IP51 (CIP)	XIX
Mi106	Edifício (dos Villar d'Allen)	Rua da Restauração	IP51 (CIP)	XIX
Mi107	Edifício	Rua da Restauração	IP51 (CIP)	XIX
Mi108	Palacete	Rua da Restauração	IP51 (CIP)	XIX
Mi109	Palacete	Rua da Restauração	IP51 (CIP)	XIX
Mi110	Edifício-sede da Comissão dos Vinhos Verdes / Palacete dos Viscondes de Silva Monteiro	Rua da Restauração	IP51 (CIP)	XIX
Mi111	Edifício	Rua da Restauração		XX
Mi113	Edifício	Rua da Restauração		XIX
Mi114	Edifício	Rua da Restauração		XX
Mi115	Edifício	Rua de Alberto Aires de Gouveia		XIX
Mi116	Edifício	Rua de Alberto Aires de Gouveia		XIX
Mi117	Edifício	Rua de Alberto Aires de Gouveia		XX
Mi118	Edifício	Rua de D. Manuel II		XX
Mi120	Palácio dos Carrancas (Museu Nacional de Soares dos Reis)	Rua de D. Manuel II	IP14	XVIII
Mi122	Edifício (antigo Hotel Bragança)	Rua de D. Manuel II		XIX
Mi123	Edifício	Rua do Rosário		XX
Mi124	Edifício	Rua do Rosário		XX
Mi125	Edifício	Rua do Rosário		XIX
Mi126	Conjunto de Edifícios	Rua do Rosário		XIX
Mi127	Edifício	Rua do Rosário		XX
Mi129	Edifício	Rua do Rosário		XIX
Mi130	Antiga Casa dos Albuquerque de Mello Pereira de Cáceres	Rua do Rosário		XVIII/XIX
Mi131	Conjunto de Edifícios	Rua do Professor Jaime Rios de Sousa		XVIII/XIX
Mi132	Edifício	Rua de Clemente Menéres		XIX
Mi133	Edifício	Rua de Clemente Menéres		XIX
Mi134	Edifícios	Rua de Clemente Menéres		XVIII
Mi135	Edifício	Rua de Clemente Menéres		XX
Mi138	Edifícios	Rua de Clemente Menéres		XIX
Mi139	Edifício	Rua de Clemente Menéres		XVIII/XIX
Mi140	Edifício	Travessa do Carregal		XX
Mi143	Edifício	Rua de Diogo Brandão		XX
Mi144	Edifício	Rua de Diogo Brandão		XX
Mi145	Edifício	Rua de Diogo Brandão		XX
Mi146	Edifício	Rua de Diogo Brandão		XX
Mi147	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XX
Mi148	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XX
Mi149	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XX
Mi150	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XX
Mi151	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XIX
Mi152	Edifício	Rua do Rosário		XX
Mi153	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XIX
Mi154	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XX
Mi155	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XIX
Mi156	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XIX
Mi157	Edifício	Rua de Miguel Bombarda		XX
Mi158	Edifício	Rua de Adolfo Casais Monteiro		XIX/XX
Mi159	Edifício	Rua de Adolfo Casais Monteiro		XX
N2	Edifício de Habitação	Avenida do Brasil		XX
N3	Casa onde morreu António Nobre	Avenida do Brasil		XIX
N4	Casa denominada Manuelina	Avenida do Brasil		XX
N5	Moradia e jardim	Avenida de Montevideu	IP63 (CIP)	XIX/XX
N6	Moradia	Avenida de Montevideu	IP63 (CIP)	XIX/XX
N7	Moradia	Avenida de Montevideu	IP63 (CIP)	XIX/XX
N8	Casa Maria Borges	Avenida de Montevideu	IP63 (CIP)	XX
N9	Moradia	Avenida de Montevideu	IP63 (CIP)	XX
N10	Edifício Plurifamiliar	Avenida de Montevideu	IP63 (CIP)	XX
N13	Moradias Geminadas	Rua de Timor		XX
N14	Bloco Plurifamiliar	Praça de Goa		XX
N15	Moradia Plurifamiliar	Rua do Funchal		XX
N16	Três Moradias Geminadas	Rua de Gondarém		XX
N17	Moradia	Rua do Marechal Saldanha		XX

N18	Moradia	Rua do Marechal Saldanha		XIX/XX
N19	Moradias Geminadas	Rua do Marechal Saldanha		XX
N20	Moradias Geminadas Joaquim S. S. Moreira	Rua de Gondarém		XX
N21	Moradia e Jardim	Rua da India		XX
N22	Chalet / actual Colégio Flóri	Rua do Dr. Sousa Rosa		XX
N23	Casa do Dr. José Menéres	Rua do Padrão		XX
N24	Moradia e jardim	Avenida da Boavista		XX
N25	Moradias Geminadas	Avenida da Boavista		XX
P2	Casa Rural	Rua Nova do Tronco		XVII/XVIII/XIX
P3	Bairro (Companhia de Seguros Garantia)	Rua do Amial		XX
P4	Bairro de Moradias Geminadas	Rua da Ribeira Grande		XX
P5	Casa na Rua do Amial; Casa Joaquim Costa	Rua do Amial		XX
P6	Conjunto de quatro Moradias Geminadas	Rua do Amial		XX
P8	Moradia (Colégio Luso-Francês)	Rua do Amial		XX
P9	Moradia	Praça de Nove de Abril		XX
P12	Moradia	Rua de Delfim Maia		XX
P13	Moradias Geminadas	Rua de Delfim Maia		XX
P14	Moradia e Jardim	Rua de Delfim Maia		XX
P16	Bloco Plurifamiliar	Rua de S. Dinis		XX
P17	Vila Amélia	Rua de Ribeiro de Sousa		XX
P19	Bloco Plurifamiliar	Rua do Campo Lindo		XX
P21	Moradia e Jardim	Rua do Campo Lindo		XIX
P22	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua do Campo Lindo		XX
P23	Edifício de Habitação	Rua de Lima Júnior		XX
P24	Moradias Geminadas	Rua de Lima Júnior		XX
P25	Bloco Plurifamiliar	Rua de Pedro Ivo		XX
P26	Moradia	Rua de Pedro Ivo		XX
P27	Moradias Geminadas	Rua de Pedro Ivo		XX
P28	Bloco Plurifamiliar	Rua do Dr. Adriano de Paiva		XX
P30	Moradia	Rua de Antero de Quental		XX
P31	Moradia	Rua de António Cândido		XX
P32	Moradia	Rua de António Cândido		XX
P33	Moradia e Jardim	Rua de António Cândido		XX
P34	Moradia	Rua de António Cândido		XX
P35	Moradia e Jardim	Rua de António Cândido		XX
P36	Edifício de Habitação plurifamiliar	Rua de António Cândido		XX
P37	Moradia	Rua de António Cândido		XX
P38	Moradias Geminadas	Rua de Faria Guimarães		XX
P39	Moradias geminadas	Rua de Faria Guimarães		XX
P42	Edifício de Habitação e Comercio	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P43	Moradia	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P44	Moradia	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P45	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P46	Moradia	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P47	Edifício de Habitação	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P48	Moradias Geminadas	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XX
P49	Palacete	Rua de Costa Cabral		XIX
P50	Bloco de Costa Cabral	Rua de Costa Cabral	IP74 (MIP)	XX
P51	Moradia	Rua de Costa Cabral		XX
P52	Edifício de Habitação	Rua de Costa Cabral		XX
P53	Bloco Plurifamiliar	Rua de Diogo Cão		XX
P54	Bloco Plurifamiliar	Rua do Dr. Joaquim Pires de Lima		XX
P55	Moradia	Rua do Dr. Joaquim Pires de Lima		XX
P56	Edifício de Habitação plurifamiliar	Rua de Augusto Lessa		XX
P58	Casa Aristides Ribeiro	Rua de Vitorino Damásio	IP79 (MIP)	XX
P59	Bloco Plurifamiliar	Rua de Luis Woodhouse		XX
P60	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Pereira Reis		XX
P62	Edifícios de Habitação e Jardim	Rua da Cruz		XIX
P63	Bloco Plurifamiliar	Rua de Costa Cabral		XX

P64	Moradia	Rua de Honório de Lima		XX
P65	Duas Moradias Geminadas	Rua de Honório de Lima		XX
P66	Moradia (Chalet)	Rua de Honório de Lima		XX
P67	Bloco Plurifamiliar	Rua de Honório de Lima		XX
P68	Três Moradias Geminadas	Rua de Honório de Lima		XX
P69	Moradia	Rua de Costa Cabral		XX
P70	Bloco Habitacional	Rua de Costa Cabral		XX
P71	Moradia e Jardim	Rua da Cruz		XX
P72	Bloco de Quatro Moradias	Rua de Artur de Paiva		XX
P73	Moradia	Rua do Dr. Júlio de Matos		XX
P74	Bairro	Rua de Costa Cabral		XX
P75	Habitação Unifamiliar "Casa da Eva"	Rua de Costa Cabral		XX
P76	Conjunto de Quatro Moradias Geminadas	Rua da Areosa		XX
P79	Moradia	Avenida de Fernão de Magalhães		XX
P83	Colónia Manuel Laranjeira	Rua de Augusto Lessa		XX
R1	Moradia Unifamiliar	Rua da Prelada		XX
R2	Habitação Unifamiliar	Rua da Prelada		XX
R3	Moradia e Jardim	Rua de Francos		XX
R5	Moradia	Rua de Augusto Gil		XX
R6	Bairro - Vila Maria Cristina	Rua de Pedro Hispano		XX
R7	Bloco Plurifamiliar	Largo de António Ramalho		XX
R8	Conjunto de quatro Moradias Geminadas	Rua de Artur Loureiro		XX
R10	Bloco Plurifamiliar	Avenida de Sidónio Pais		XX
R14	Moradia, jardim	Rua de Azevedo Coutinho		XX
R15	Bloco Plurifamiliar do Pinheiro Manso/ Majólica	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
R16	Conjunto de três Moradias	Rua do Pinheiro Manso		XX
R17	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
R18	Moradia e Jardim	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
R19	Conjunto de quatro Moradias Geminadas	Avenida do Dr. Antunes Guimarães		XX
R20	Moradias Geminadas	Avenida do Dr. Antunes Guimarães		XX
R21	Moradias Geminadas	Avenida do Dr. Antunes Guimarães		XX
R27	Casa de Ramalde	Rua da Igreja de Paranhos	IP31	XVI/XVIII
R29	Edifício de Habitação	Rua do Outeiro de Ramalde		XVII
R30	Edifício de Habitação (pequeno Solar)	Rua Central do Viso		XVIII
R32	Casa da Prelada, com o conjunto que a envolve, designadamente mata e o jardim	Rua dos Castelos	IP25	XVII/XVIII
R33	Conjunto de Moradias em banda	Rua do Monte dos Burgos		XX
R34	Moradia e Jardim	Rua do Monte dos Burgos		XX
R35	Moradia	Rua do Monte dos Burgos		XX
R37	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
R38	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
R39	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
R40	Moradia	Avenida da Boavista	IP57 (CIP)	XX
S10	Casa do Dr. Domingos Barbosa / Museu Guerra Junqueiro	Rua de D. Hugo	IP24; IP51 (CIP); MN19	XVIII
S12	Paço Episcopal	Terreiro da Sé	MN4; IP51 (CIP); MN19	(XIV)XVIII
S14	Edifício de habitação	Avenida de Gustavo Eiffel	IP51 (CIP)	XVIII
S15	Dois edifícios de habitação	Avenida de Gustavo Eiffel	IP51 (CIP)	XVIII
S16	Edifício de habitação e comércio	Avenida de Gustavo Eiffel	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
S17	Dois edifícios de habitação	Avenida de Gustavo Eiffel	IP51 (CIP)	XVIII
S18	Dois edifícios de habitação	Avenida de Gustavo Eiffel	IP51 (CIP)	XVII
S19	Edifício de habitação	Escadas dos Guindais	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
S20	Edifício de habitação	Rua do Miradouro	IP51 (CIP)	XIX
S21	Edifício de habitação	Rua do Miradouro	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
S22	Edifício de habitação	Rua de Arnaldo Gama	IP51 (CIP)	XIX
S23	Edifício de habitação	Rua de Arnaldo Gama	IP51 (CIP)	XVIII
S26	Edifícios de Habitação	Rua de S. Luís	IP51 (CIP)	XX
S28	Edifício de habitação	Rua do Sol	IP51 (CIP)	XIX/XX
S29	Edifício de habitação	Rua do Sol	IP51 (CIP)	XIX
S31	Edifício de habitação	Rua da Corticeira	IP51 (CIP)	XVI/XVII
S32	Edifício de Habitação e Comércio	Passeio das Fontainhas	IP51 (CIP)	XIX
S33	Edifício de habitação	Passeio das Fontainhas	IP51 (CIP)	XIX
S34	Edifício de habitação	Passeio das Fontainhas	IP51 (CIP)	XVIII
S35	Dois edifícios de habitação	Rua das Fontainhas		XIX

S36	Bairro de Gaspar Cardoso	Rua das Fontainhas		XIX
S38	Edifício de habitação	Rua das Fontainhas		XIX
S39	Edifício de habitação	Rua das Fontainhas		XIX
S40	Edifício de Habitação e Comércio	Largo do Camarão		XX
S41	Edifício de habitação	Rua de Alexandre Herculano		XX
S42	Edifício de habitação	Rua de Alexandre Herculano		XX
S43	Edifício de Habitação, Escritórios e Comércio	Rua de Alexandre Herculano		XX
S44	Edifício de habitação	Rua de Alexandre Herculano		XX
S46	Edifício geminado de habitação e comércio	Rua de Alexandre Herculano		XX
S47	Edifício de habitação	Rua de Alexandre Herculano		XX
S48	Edifício de habitação	Rua de Alexandre Herculano		XX
S49	Edifício de habitação	Rua de Alexandre Herculano		XX
S51	Conjunto de edifícios de habitação e comércio	Rua de Alexandre Herculano	IP51 (CIP)	XIX/XX
S52	Edifício de habitação e comércio	Rua do Duque de Loulé	IP51 (CIP)	XX
S53	Palacete	Rua do Duque de Loulé	IP51 (CIP)	XIX
S55	Edifício	Rua do Duque de Loulé		XX
S59	Edifício de habitação e garagem	Rua do Duque de Loulé		XX
S60	Conjunto de edifícios	Rua do Duque de Loulé		XIX/XX
S61	Dois edifícios geminados	Rua do Duque de Loulé		XX
S62	Dois edifícios de habitação e comércio	Avenida de Rodrigues de Freitas		XVIII/XIX
S63	Dois edifícios de habitação e comércio	Avenida de Rodrigues de Freitas		XVIII
S64	Edifício	Avenida de Rodrigues de Freitas		XVIII/XIX
S67	Edifício	Rua de Entreparedes		XIX
S68	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Alexandre Herculano		XX
S70	Edifício	Rua de Alexandre Herculano		XX
S71	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Alexandre Herculano		XX
S73	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Entreparedes		XX
S74	Edifício	Rua de Entreparedes		XX
S75	Casa da Batalha / Guedes da Silva da Fonseca	Praça da Batalha		XVIII
S78	Edifício	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XX
S80	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XX
S81	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XX
S82	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XX
S83	Dois edifícios de habitação e comércio	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XVIII/XX
S84	Palácio das Cardosas	Praça da Liberdade	MN19; IP51 (CIP)	XIX
Si1	Edifício de Habitação, Escritórios e Comércio	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XX
Si13	Edifício António Soares Marinho	Rua do Almada		XX
Si31	Edifício de Habitação	Travessa dos Congregados		XVII
Si32	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Dr. Magalhães Lemos	IP65 (CIP)	XX
Si33	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Dr. Magalhães Lemos	IP65 (CIP)	XX
Si36	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	Rua de Rodrigues Sampaio		XX
Si37	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVII/XVIII
Si38	Dois Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVII/XVIII
Si39	Dois Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVII/XVIII
Si40	Edifício de Habitação e Comércio	Rua Formosa		XX
Si57	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XVIII/XIX
Si58	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XVIII
Si59	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XX
Si60	Edifício de Habitação e Comércio	Praça dos Poveiros		
Si61	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Campinho		XX
Si62	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Campinho		XX
Si63	Antiga Casa da Família Moreira Aranha Furtado de Mendonça	Avenida de Rodrigues de Freitas		XVII/XIX
Si64	Edifício de Habitação e Comércio	Passeio de S. Lázaro		XVIII/XIX
Si65	Edifício de Habitação	Passeio de S. Lázaro		XVII
Si66	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XVII
Si67	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XVII/XVIII
Si68	Conjunto de Edifícios de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XVIII/XIX
Si69	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XX
Si70	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XVIII
Si71	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santo Ildefonso		XX
Si73	Palacete	Rua de D. João IV		XIX
Si74	Palacete e jardim	Rua de D. João IV		XIX
Si77	Edifício de Habitações Plurifamiliares	Rua da Alegria		XX
Si78	Edifício de Habitação e Comércio	Rua da Alegria		XX

Si79	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Fernandes Tomás		XX
Si80	Edifício de Habitação	Rua da Alegria		XX
Si82	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua Formosa		XX
Si84	Edifício de Habitação e Comércio	Rua Formosa		XX
Si88	Edifício de Habitação e Casa Reis & Filhos	Rua de 31 de Janeiro		XX
Si89	Edifício de Habitação e Livraria Latina	Rua de Santa Catarina		XX
Si92	Conjunto de Edifícios de Habitação Almadinos	Rua de Santa Catarina		XVIII
Si95	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santa Catarina		XX
Si96	Palacete	Rua de Santa Catarina		XIX
Si97	Palacete	Rua de Santa Catarina		XIX
Si99	Edifício de habitação Comércio (antigo Grande Bazar do Porto)	Rua de Santa Catarina		XIX/XX
Si100	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santa Catarina		XX
Si101	Edifício de habitação Comércio	Rua de Santa Catarina		XIX/XX
Si108	Palacete	Rua de Santa Catarina		XIX
Si111	Solar do Conde do Bolhão	Rua Formosa	IP54 (MIP)	XIX
Si112	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si113	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si114	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si116	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si117	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si118	Palácio do Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si119	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santa Catarina		XX
Si120	Edifício de Habitação e Comércio	Rua da Firmeza		XX
Si121	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si122	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si123	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Gonçalo Cristóvão		XX
Si124	Conjunto de três Edifícios de Habitação	Rua da Alegria		XX
Si125	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Santa Catarina		XX
Si127	Edifício de Habitação	Rua de Gonçalo Cristóvão		XX
Si129	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si131	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Bolhão		XX
Si132	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVIII
Si133	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVII/XVIII
Si134	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVIII
Si135	Três Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		
Si136	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		
Si137	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVII
Si138	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Bonjardim		XVIII
Si140	Palacete das «Águias»	Praça da República		XIX
Si141	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	Rua de Gonçalo Cristóvão		XX
Si142	Edifício de Habitação e Comércio	Praça da República		XX
Si143	Moradia e jardim	Rua do Paraíso		XIX/XX
Si144	Moradia	Rua do Paraíso		XX
Si147	Moradia	Rua de Camões		XX
Si149	Edifício de Habitação e comércio	Rua de Fonseca Cardoso		XX
Si150	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Fonseca Cardoso		XX
Si151	Moradia	Rua de Fonseca Cardoso		XX
Si152	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de Fonseca Cardoso		XX
Si153	Edifício de Habitação	Rua de Fonseca Cardoso		XX
Si154	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	Rua de João das Regras		XX
Si155	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	Rua de João das Regras		XX
Si157	Edifício de Habitação	Rua do Bonjardim		XIX
Si158	Edifício de Habitação	Rua de Santa Catarina		XX
Si159	Moradia e jardim («Castelo de Santa Catarina»)	Rua de Santa Catarina		XX
Si160	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua de João Oliveira Ramos		XX
Si161	Palacete (antigo Laboratórios BIAL)	Rua de João Oliveira Ramos		XIX/XX
Si162	Casa de Custódio José da Silva	Rua do Bonjardim		XX
Si163	Palacete e jardim dos Visconde de Souza Soares	Rua de Santa Catarina		XX
Si166	Conjunto de Edifícios de Habitação	Rua de Faria Guimarães		XX
V2	Edifício na Rua de S. Miguel, 2-4 (painéis de azulejo do séc. XVIII)	Rua de S. Miguel	MN19; IP15; IP51 (CIP)	XVIII
V6	Casa dos Ferrazes Bravos	Rua das Flores	MN19: IP45; IP51 (CIP)	XVI/XVII/XVIII
V8	Antiga Casa dos Sandeman	Campo dos Mártires da Pátria	MN19; IP51 (CIP)	XIX
V12	Edifício	Praça de Parada Leitão	IP51 (CIP)	XVI/XVII

V14	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Parada Leitão	IP51 (CIP)	XVI/XVIII/XIX/XX
V15	Edifício de Habitação e Loja	Praça de Parada Leitão	IP51 (CIP)	XVIII/XIX/XX
V16	Edifício de Habitação	Praça de Parada Leitão	IP51 (CIP)	XIX/XX
V17	Edifício de Habitação	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
V18	Edifício de Habitação e Comércio	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XVI/XVII
V19	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
V20	Edifício de Habitação e Comércio	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XVIII
V21	Edifício de Habitação e Comércio	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XVII/XVIII/XIX
V22	Edifício de Habitação e Comércio	Campo dos Mártires da Pátria	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
V23	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Largo do Professor Abel Salazar	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
V24	Antigo Edifício de Habitação e Comércio / «A Tasquinha»	Largo do Professor Abel Salazar	IP51 (CIP)	XVII/XVIII
V25	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Carmo	IP51 (CIP)	XVIII
V26	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Carmo	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
V29	Edifício	Travessa do Carregal	IP47	XIX
V30	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII/XIX
V31	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII
V32	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII/XIX
V33	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	
V34	Edifício da Casa Margaridense - Pão de Ló	Travessa de Cedofeita		XIX/XX
V35	Edifício de Habitação e Comércio	Travessa de Cedofeita		XIX/XX
V36	Edifício de Habitação e Comércio	Rua das Oliveiras		XVIII/XIX
V38	Edifício de Habitação	Rua das Oliveiras		XVIII/XX
V39	Casa dos Viscondes de Balsemão (Palacete)	Praça de Carlos Alberto	IP47	XVIII/XIX
V40	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Carlos Alberto	IP47	XVII/XVIII
V41	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Cedofeita	IP47	XVIII
V42	Antigo Edifício da Companhia União de Crédito Popular	Praça de Carlos Alberto		XIX/XX
V43	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Carlos Alberto		XX
V44	Edifício do Café Luso	Praça de Carlos Alberto		XVIII/XIX/XX
V45	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Carlos Alberto		XVIII/XIX
V47	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Carlos Alberto		XVII/XVIII
V48	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Carlos Alberto		XVIII
V50	Casa Brasonada da Família Moreira do Couto	Praça de Gomes Teixeira		XVII/XVIII
V54	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Gomes Teixeira		XVII/XVIII
V56	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XVII/XVIII
V57	Dois Edifícios	Praça de Guilherme Gomes Fernandes		XVIII
V58	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XIX
V59	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XVIII
V60	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XVIII/XIX
V61	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XVIII
V62	Edifício de Habitação e Comércio	Praça de Guilherme Gomes Fernandes		XIX
V63	Edifício de Habitação e Comércio	Largo do Moinho de Vento		XVII/XVIII
V64	Edifício	Largo do Moinho de Vento		XVIII
V67	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XVIII
V68	Edifício de Habitação e Comércio	Rua de Sá Noronha		XVIII/XX
V69	Três Edifícios de Habitação e Comércio	Rua de Santa Teresa		XIX
V70	Edifício	Rua de Santa Teresa		XIX
V71	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V72	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V73	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V74	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V75	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V76	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V77	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V78	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V79	Edifício na Rua da Galeria de Paris	Rua da Galeria de Paris	IP20	XX
V80	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V81	Edifício	Rua das Carmelitas		XX
V83	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V84	Edifício	Rua da Galeria de Paris		XX
V87	Edifício	Rua das Carmelitas		XX
V89	Edifício	Rua de Cândido dos Reis		XX
V90	Edifício na Rua de Cândido dos Reis, 75-79	Rua de Cândido dos Reis	IP21	XX
V92	Edifícios - Quarteirão Conde de Vizela	Rua do Conde de Vizela		XX

V93	Dois Edifícios de Habitação	Rua do Conde de Vizela		XVII/XVIII/XIX
V94	Edifício	Rua do Conde de Vizela		XVIII
V95	Edifício	Rua do Conde de Vizela		XVIII
V96	Edifício	Rua do Conde de Vizela		XX
V97	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Conde de Vizela		XVIII
V98	Edifício	Rua do Conde de Vizela		XVIII/XX
V99	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII/XX
V100	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII
V101	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII
V102	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII/XX
V103	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII
V105	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII
V106	Edifício	Rua dos Clérigos		XVIII
V107	Edifício	Rua do Almada		XVIII/XIX
V108	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVII/XIX
V109	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVII/XVIII
V110	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVIII
V111	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVIII
V112	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVII/XVIII
V113	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVII/XVIII
V114	Edifício	Rua da Fábrica		XVII/XVIII
V116	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVII/XVIII
V117	Três Edifícios de Habitação e Comércio	Rua da Fábrica		XVIII/XIX
V118	Edifício	Rua da Fábrica		XIX
V119	Edifício	Rua da Fábrica		XVIII
V120	Edifício do Café "Estrela d'Ouro"	Rua da Fábrica		XX
V121	Edifício	Rua da Fábrica		XX
V122	Edifício	Rua da Fábrica		XX
V123	Edifício de Habitação e Comércio	Rua da Fábrica		XX
V124	Edifício	Rua da Cerca		XX
V126	Edifício do Café Ceuta	Rua de Ceuta		XX
V127	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V128	Dois Edifícios	Rua de José Falcão		XIX/XX
V129	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V130	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V131	Edifício	Rua de José Falcão		XIX/XX
V132	Edifício	Rua de José Falcão		XIX/XX
V133	Edifício	Rua de José Falcão		XIX/XX
V134	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V135	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V136	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V137	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V138	Edifício	Rua de José Falcão		XX
V140	Edifício de Habitação e Comércio	Rua da Conceição		XX
V141	Edifício de Habitação	Rua da Conceição		XVIII/XIX
V142	Edifício de Habitação	Rua da Conceição		XX
V143	Edifício de Habitação e Comércio	Largo de Mompilher		XVIII/XIX
V144	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua da Picaria		XVIII/XIX
V145	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua da Picaria		XVIII/XIX
V146	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Rua da Picaria		XVIII/XIX
V147	Edifício	Rua da Picaria		XX
V148	Edifício	Rua da Picaria		XX
V150	Edifício	Praça de D. Filipa de Lencastre		XVII/XVIII
V151	Edifício	Praça de D. Filipa de Lencastre		XVII
V152	Edifício	Praça de D. Filipa de Lencastre		XVIII
V153	Edifício	Praça de D. Filipa de Lencastre		XIX
V154	Edifício	Praça de D. Filipa de Lencastre		XVI/XVII
V155	Edifício	Rua do Almada		XX
V156	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVIII
V157	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVIII
V158	Edifício de Habitação e Comércio	Rua do Almada		XVIII/XIX

Figura 20 – Quadro com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio"

2.2.5.3 Obras de arquitetura com matriz equipamentos

Entende-se por “obras de arquitetura com matriz de equipamentos” edifícios com valor patrimonial e de carácter excepcional no tecido urbano, pela escala, morfologia e funções; por exemplo museus, igrejas, colégios, escolas, hospitais, teatros, quartéis, bibliotecas, etc. Incluem-se também os conventos, dado que se trata de realizações com objetivos de carácter religioso, cívico e cultural.

Critérios específicos e elementos definidores

- edifício que pela sua imagem, implantação ou relação com o espaço público qualifica a paisagem urbana da zona em que se localiza;
- edifício com qualidade arquitetónica que lhe confere uma identidade própria, distinguindo-se em termos de imagem urbana;
- obras que apresentam qualidade urbanística e arquitetónica e conservam as características identitárias do projeto no exterior e interior, nomeadamente no que se refere à relação do lote com o edificado e o traçado viário, número de pisos, volumetria, desenho da parcela, logradouro, composição arquitetónica das fachadas, matriz tipo-morfológica, sistema de acessos, distribuição e circulação;
- integridade da sua composição, estrutura, sistema construtivo, materiais, elementos decorativos, património integrado e outros elementos caracterizadores (ex: varandas, gradeamentos, portas, beirados, cantarias, platibandas, pilastras, caixilharias, pavimentos, revestimento de paredes, etc.)

A partir da análise do conjunto de bens inventariados, verifica-se que cerca de 15% integram a categoria “obras de arquitetura com matriz de equipamentos” (194 imóveis), dos quais cerca de 26% se encontram classificados (50 imóveis).

O regime de proteção predominante nesta categoria é o de Imóvel de Interesse Público (32 imóveis). Para além desta amostra, é importante referir que 6% dos imóveis inventariados integram Conjuntos de Interesse Público (12 imóveis), tendo por isso proteção legal e estando as intervenções em imóveis ou zonas de intervenção sujeitas a parecer vinculativo da entidade de tutela.

Nota-se ainda que grande parte dos imóveis inventariados na categoria “obras de arquitetura com matriz de equipamentos” data do século XX (73 imóveis do total de 194). Do ponto de vista da localização espacial, verifica-se uma maior incidência na zona central da cidade e menor ocorrência nas zonas oriental e ocidental da cidade (Campanhã e Foz).

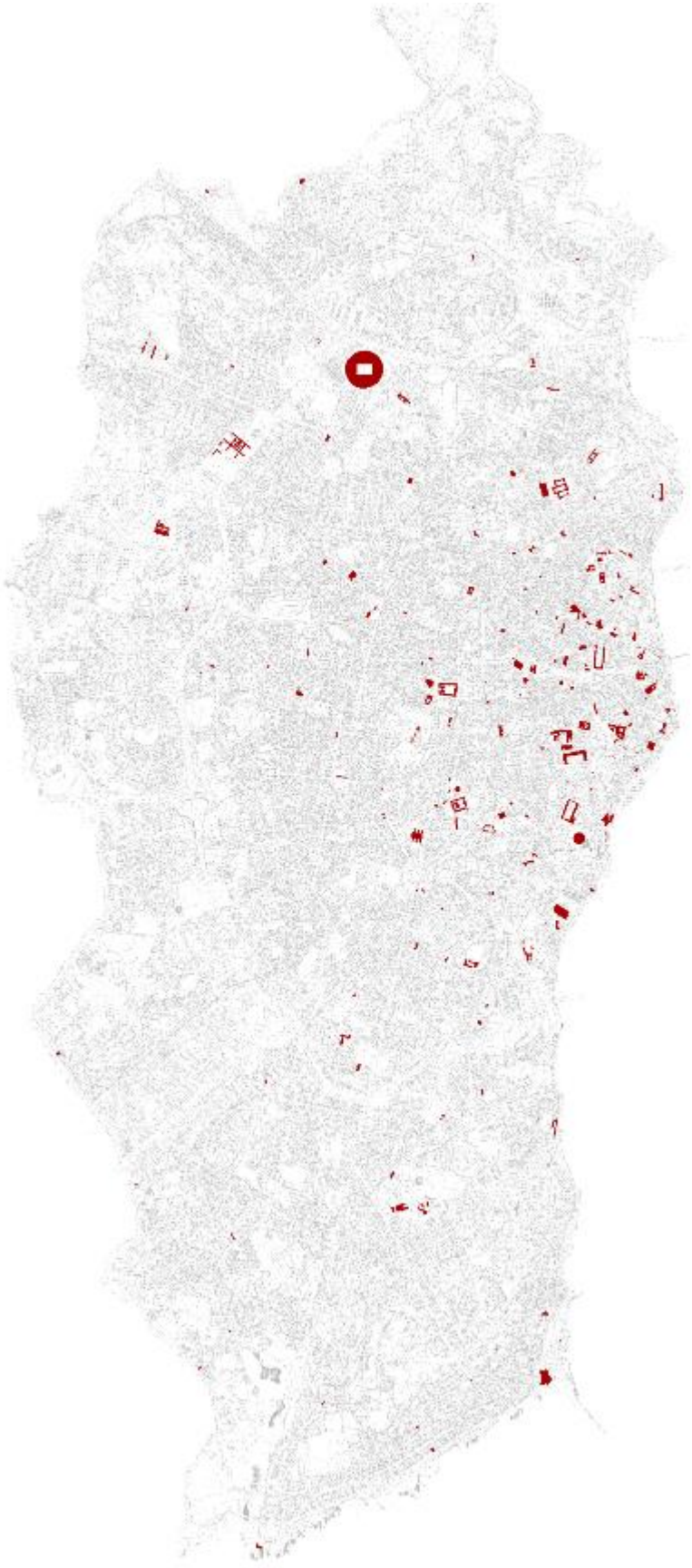


Figura 21 – Planta com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz de Equipamentos"

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
A6	Escola Primária do Bairro da Fonte da Moura	Rua de Macau		XX
A12	Igreja de São Martinho de Aldoar	Rua da Vilarinha		(IX) XVIII/XIX
A13	Espaldão Militar da Ervilha	Rua do Professor Rodolfo de Abreu		XIX
A14	Antigo Posto Alfandegário da Circunvalação (Vilarinha)	Estrada da Circunvalação		XIX
B4	Colégio dos Órfãos	Largo do Padre Baltazar Guedes		XIX
B5	Capela do Prado do Repouso	Largo do Padre Baltazar Guedes		XIX
B7	Creche da Santa Casa da Misericórdia do Porto	Praça da Alegria		XX
B8	Asilo da Misericórdia	Alameda das Fontainhas		XIX
C9	Quartel de Santo Ovídio	Praça da República	IP72 (MIP)	XVIII
B10	Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP)	Avenida de Rodrigues de Freitas	IP76 (MIP)	XIX/XX
B14	Museu Militar do Porto (Palacete e Capela)	Rua do Heroísmo		(XVII) XIX/XX
B15	Edifício Humanitário da Santa Casa da Misericórdia do Porto	Rua do Barão de Nova Sintra		XIX
B25	Central Telefónica do Bonfim	Rua do Bonfim		XX
B27	Igreja Paroquial de Nosso Senhor do Bonfim	Alameda de Claudio Carneiro		XVIII/XIX
B43	Liceu Alexandre Herculano	Avenida de Camilo	IP61 (MIP)	XX
B44	Garagem	Avenida de Camilo		XX
B45	Garagem	Avenida de Camilo		XX
B46	Casa-Museu António Carneiro	Rua de António Carneiro		XX
B59	Biblioteca Pública Municipal do Porto / Convento de Santo António da Cidade	Rua de D. João IV	IP22	XVIII
B62	Junta de Freguesia do Bonfim (antiga Casa dos Cyrne Madureira)	Rua do Campo Alegre		XVIII/XIX/XX
B74	Antigo Asilo das Raparigas Abandonadas	Rua de Santos Pousada		XIX/XX
B75	Centro de Saúde de Santos Pousada (Palacete)	Rua de Santos Pousada		XIX
B106	Escola Primária	Rua de D. Agostinho de Jesus e Sousa		XX
B107	Creche d' O Comércio do Porto	Avenida de Fernão de Magalhães		XX
B110	Garagem	Avenida de Fernão de Magalhães		XX
B124	Igreja Paroquial de Santo António das Antas	Rua de Naulila		XX
B132	Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Rua de Costa Cabral		XX
C7	Igreja e Cemitério de Nossa Senhora da Lapa	Largo da Lapa	IP78 (MIP)	XVIII
C8	Hospital da Celestial Ordem de Nossa Senhora da Lapa	Largo da Lapa		XX
C12	Edifício dos Albergues Nocturnos do Porto	Rua dos Mártires da Liberdade		XVIII/XIX
C21	Quinta do Pinheiro / Antiga Escola Académica	Rua do Pinheiro		XVIII/XIX
C22	Capela do Pinheiro	Rua do Pinheiro		XVIII
C39	Antiga Faculdade de Engenharia / Actual Faculdade de Direito da Universidade do Porto	Rua dos Bragas		XX
C55	Edifício da Creche de Cedofeita	Rua de Aníbal Cunha		XIX
C56	Igreja Paroquial de Cedofeita	Rua de Aníbal Cunha		XX
C57	Igreja de S. Martinho de Cedofeita	Largo do Priorado	MN14	XI/XII/XX
C60	Escola Secundária Rodrigues de Freitas (ant. Liceu D. Manuel II)	Praça de Pedro Nunes		XX
C61	Junta de Freguesia de Cedofeita	Praça de Pedro Nunes		XX
C66	Instituto de Araújo do Porto	Rua Joaquim Vasconcelos		XIX
C80	Hospital Militar	Avenida da Boavista		XX
C84	Hospital de Maria Pia (Palacete)	Rua da Boavista		XIX/XX
C93	Edifício da Manutenção Militar do Porto	Rua da Boavista		XX
C94	Grande Colégio Universal (antiga Casa da Família Almeida Garrett)	Rua da Boavista		XIX
C97	Centro de Observação e Acção Social do Porto / antiga Quinta de Santo António das Águas Férreas	Rua do Melo		XVIII/XX
C98	Tribunal de Menores do Porto / antiga Quinta de Santo António das Águas Férreas	Rua do Melo		XVIII
C102	Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação do Norte (chalet)	Rua de Nossa Senhora de Fátima		XIX/XX
C103	Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Rua de Nossa Senhora de Fátima		XX

C131	Centro de Selecção Militar do Porto	Rua de Serpa Pinto		XIX
C136	Escola Primária da Constituição	Rua da Constituição		XX
C138	Capela da Ramada Alta ou Capela do Senhor do Calvário	Largo da Ramada Alta		XIX
Ca7	Igreja de Santa Maria de Campanhã	Rua da Igreja de Campanhã		XVIII
Ca12	Igreja de São Pedro de Azevedo	Largo de S. Pedro		(XI-XVII) XIX
Ca27	Estação de Campanhã	Rua da Estação		XIX
Ca28	Centro Juvenil de Campanhã	Rua do Pinheiro de Campanhã		XIX/XX
Ca38	Edifício do Antigo Quartel da GNR da Bela Vista (antigo Instituto Moderno do Porto)	Rua de S. Roque da Lameira	IP56 (MIP)	XX
Ca45	Antigo Posto Alfandegário da Circunvalação (São Roque da Lameira)	Estrada da Circunvalação		XIX/XX
Ca49	Antigo Posto Alfandegário da Circunvalação (Vila Cova)	Estrada da Circunvalação		XIX/XX
Ca50	Capela Barroca, Casa e Jardim da Viscondessa de Lumbrales	Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva		XVII/XIX/XX
Ca56	Capela de Santo António	Rua de Santo António de Contumil		XVII
Ca57	Casa das Glicínias / antiga Sub-Estação Eléctrica de Contumil	Rua de Contumil		XX
Ca70	Barreiras da linha de fiscalização do Estado	Estrada da Circunvalação		XIX
Ca71	Estádio do Dragão	Via Futebol Clube do Porto	IIM17	XXI
F11	Capela de N.ª S.ª da Conceição	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVI/XVIII
F29	Torre, Capela ou Ermida de S. Miguel-o-Anjo	Rua do Passeio Alegre	IP13; IP48	XVI
F34	Igreja Paroquial de São João Baptista	Largo da Igreja	IP29; IP81 (CIP)	XVI/XVII/XVIII
F44	Sanitários Públicos do Jardim do Passeio Alegre	Jardim do Passeio Alegre	IP48	XX
F54	Capela de Santa Anastácia	Rua do Padre Luís Cabral	IP81 (CIP)	XVI/XVII/XIX
F56	Antiga Igreja de São João Baptista e "Palácios" de D. Miguel da Silva	Esplanada do Castelo	IP16; IP48	XVI
F57	Forte de S. João Baptista	Esplanada do Castelo	IP16; IP48	XVI/XVII/XVIII/XIX
F62	Antiga Quinta / Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	Rua do Paraíso da Foz		XVIII/XIX
F74	Garagem	Rua de Diu		XX
L4	Capela do Senhor e da Senhora da Ajuda	Rua de Paulo da Gama	IIM8	XVI/XVII/XVIII/XIX/XX
L5	Manutenção Militar do Porto	Rua do Ouro		XX
L16	Edifício-Laboratório da Junta Autónoma das Estradas	Rua do Ouro		XX
L19	Capela de Santa Catarina de Lordelo do Ouro	Rua de Santa Catarina		(XIV) XVI/XVII/XVIII
L24	Igreja de S. Martinho de Lordelo	Rua das Condominhas	IP43	XVIII/XIX
L27	Jardim Botânico (antiga Casa da Família Andersen)	Rua do Campo Alegre		XIX
L38	Casa e Capela de São Francisco de Paula (antiga Quinta dos Frades)	Rua de Serralves		XVII/XVIII/XIX/XX
L43	Escola Francesa / École Française	Rua de Gil Eanes		XX
M1	Antigo Convento da Madre de Deus de Monchique	Rua de Monchique	IP51 (CIP)	XVI/XVII/XVIII/XIX
M4	Antigo Antigo Armazém do Convento da Madre de Deus de Monchique / actual Guarda Fiscal	Rua de Monchique	IP51 (CIP)	XVIII/XIX/XX
M13	Igreja do Corpo Santo de Massarelos	Largo do Adro	IP51 (CIP)	XVIII
M30	Museu do Carro Eléctrico / Central Termoeléctrica de Massarelos	Alameda Basilio Teles		XX
M32	Solar (Cruz Vermelha Portuguesa)	Rua da Boa Viagem		XVIII/XX
M35	Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem	Rua da Boa Viagem		XVIII
M37	Jardim e Pav. Carlos Ramos	Rua do Gólgota		XX
M42	Fac. de Psicologia e Ciências Sociais (antiga Casa Burmester)	Rua do Campo Alegre		XIX/XX
M46	Colégio Alemão do Porto / Deutsche Schule zu Porto	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M54	Sinagoga Kadoorie Mekor Haim	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M56	Igreja do Santíssimo Sacramento	Rua de Guerra Junqueiro		XX
M63	Edifício dos Enfermeiros Reunidos	Avenida da Boavista		XX
M66	Sindicato dos Trabalhadores Texteis	Avenida da Boavista		XX
M67	Igreja Baptista Lusitana	Praça de Mouzinho de Albuquerque		XX
M70	Capela de Agramonte	Rua de Agramonte		XIX
M77	Junta de Freguesia de Massarelos	Rua do Campo Alegre		XX
M86	Seminário Maior de Vilar	Rua de Vilar		XIX/XX

M87	Instituto do Arcediago van Zeller (Palacete)	Rua de Vilar		XVIII/XIX/XX
M93	Palácio de Cristal (Concha Acústica)	Rua de D. Manuel II		XIX/XX
M96	Capela do Senhor da Boa-Nova	Rua de D. Manuel II		XVIII
M100	Igreja do Cemitério dos Ingleses - Oporto Saint James Church	Rua da Boa Nova		XIX
M101	Conservatório de Música do Porto / antigo Palacete Pinto Leite	Rua da Maternidade		XIX
M105	Escola Secundária Infante D. Henrique	Rua de Júlio Dinis		XX
M107	Maternidade Júlio Dinis	Rua da Maternidade		XX
M108	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	Via Panoramica		XX
Mi1	Hospital de Santo António	Rua do Professor Vicente José de Carvalho	MN3	XVIII/XIX
Mi7	Muro do Passeio das Virtudes	Passeio das Virtudes	IP51 (CIP)	XVIII
Mi28	Capela do Espirito Santo		IP51 (CIP)	XVI
Mi36	Igreja de S. Pedro de Miragaia	Largo de S. Pedro	IP12; IP51 (CIP)	(XII-XIII)XVII/XVIII
Mi105	Balneário do Viriato	Largo do Viriato	IP51 (CIP)	XX
Mi112	Consulado da Itália	Rua da Restauração		XIX
Mi119	Edifício da Reitoria da Universidade do Porto	Rua de D. Manuel II		XVIII/XIX
Mi121	Casa Diocesana /antiga Casa dos Viscondes de São João da Pesqueira	Rua de D. Manuel II		XIX/XX
Mi142	Colégio Horizonte / Capela e Casa do Carregal, dos Viscondes de Vilarinho de São Romão	Travessa do Carregal		XVIII
Mi160	Muralha de D. Fernando e Miradouro (troço de S. João Novo)	Largo de S. João Novo	MN4; IP51 (CIP); MN19	XIV
N1	Garagem Belo Horizonte	Avenida do Brasil		XX
N11	Forte de S. Francisco Xavier / Castelo do Queijo	Praça de Gonçalves Zarco	IP10	XVII
N26	Igreja de S. Miguel de Nevogilde e adro	Largo de Nevogilde	IP58 (MIP)	XVIII
P10	Moradia (Universidade Fernando Pessoa) e jardim	Praça de Nove de Abril		XX
P11	Moradia e Jardim (Ordem dos Médicos - Secção Regional do Norte)	Praça de Nove de Abril		XX
P15	Igreja Paroquial de São Veríssimo de Paranhos	Largo da Igreja de Paranhos		XVII/XVIII/XIX
P18	Cinema Vale Formoso	Rua de S. Dinis		XX
P20	Moradia (Centro Regional da Segurança Social) e jardim	Rua do Campo Lindo		XX
P29	Escola Primária do Covelo	Rua do Dr. Adriano de Paiva		XX
P41	Cinema Júlio Diniz	Rua de Costa Cabral		XX
P61	Hospital do Conde de Ferreira	Rua de Costa Cabral		XIX
P78	Antigo Hospital Rodrigues Semide	Rua do Porto Feliz		XX
P85	Faculdade de Economia da Universidade do Porto	Rua do Dr. Roberto Frias	IP75 (MIP)	XX
P86	Antigo Posto Alfandegário da Circunvalação (Areosa)	Rua de Costa Cabral		XIX
R11	Casa da Fundação Eng.º António de Almeida	Rua do Tenente Valadim		XX
R13	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Boavista	Rua de Azevedo Coutinho		XX
R22	Antigo Posto Alfandegário (Preciosa)	Estrada da Circunvalação		XIX
R28	Igreja Paroquial de São Salvador de Ramalde	Rua da Igreja de Paranhos		XVIII/XX
R36	Antigo Posto Alfandegário da Circunvalação (Monte dos Burgos)	Estrada da Circunvalação		XIX
R41	Escola Secundária Clara de Resende	Rua de O Primeiro de Janeiro	IP62 (MIP)	XX
S4	Recolhimento dos Orfãos de N.ª S.ª da Esperança	Avenida de Rodrigues de Freitas	IP3	XVIII
S5	Estação de S. Bento, incluindo a gare metálica, os painéis de azulejo e a boca de entrada no túnel	Praça de Almeida Garrett	IP52; IP51 (CIP); MN19	XIX/XX
S6	Teatro de S. João	Praça da Batalha	MN20 ;IP51 (CIP); MN19	XX
S7	Capela de N.ª S.ª de Agosto (Capela dos Alfaiates)	Rua de S. Luis	MN7; IP51 (CIP)	XVI
S8	Muralhas de D. Fernando e Miradouro (troços da Rua da Madeira)	Jardim Arnaldo Gama	MN4; IP51 (CIP); MN19	XIV
S9	Igreja de Santa Clara	Largo de Primeiro de Dezembro	MN13; IP51 (CIP); MN19	XV/XVI/XVII/XVIII/XIX
S11	Capela do Senhor dos Passos	Rua Escura	IP32; IP51 (CIP); MN19	XVIII
S13	Sé Catedral	Terreiro da Sé	MN4; IP51 (CIP); MN19	XII/XVI/XVII/XVIII

S27	Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e São José / Recolhimento da Porta do Sol / Universidade Moderna	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XVIII/XIX
S37	Antigo Hospital dos Lázaros e Lázaras	Rua das Fontainhas		XIX
S45	Oficina de São José	Rua de Alexandre Herculano	IP51 (CIP)	XIX/XX
S50	Garagem	Rua de Alexandre Herculano		XX
S58	Antigo edifício da Associação do Círculo Catholico de Operários	Rua do Duque de Loulé		XX
S76	Cinema Batalha	Praça da Batalha	IP69 (MIP)	XX
S77	Antigo cineteatro Águia d'Ouro	Praça da Batalha		XX
S79	Edifício sede da Junta de Freguesia da Sé	Rua de Augusto Rosa	IP51 (CIP)	XX
Si9	Garagem d' O Comércio do Porto	Rua do Almada	IP64 (MIP)	XX
Si15	Cinema Trindade	Rua do Dr. Ricardo Jorge		XX
Si16	Igreja e Ordem da Santíssima Trindade	Praça da Trindade		XIX
Si26	Igreja dos Congregados	Praça de Almeida Garrett		XVII/XVIII/XX
Si30	Hotel Peninsular	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si34	Rivoli Teatro Municipal	Rua do Bonjardim		XX
Si35	Quartel dos Bombeiros Voluntários do Porto	Rua de Rodrigues Sampaio		XX
Si46	Teatro de Sá da Bandeira	Rua de Sá da Bandeira		XIX
Si56	Igreja de Santo Ildefonso	Praça da Batalha	IP28	XVII/XVIII
Si75	Consulado de Espanha / Palacete	Rua de D. João IV		XIX
Si76	Igreja dos Redentoristas	Rua da Firmeza		XX
Si85	Coliseu do Porto	Rua de Passos Manuel	IP68 (MIP)	XX
Si86	Garagem Passos Manuel	Rua de Passos Manuel		XX
Si87	Antigo Cine Teatro Olímpia	Rua de Passos Manuel		XX
Si98	Grande Hotel do Porto	Rua de Santa Catarina		XIX/XX
Si102	Palacete / DREMN (DR de Edifícios e Monumentos Nacionais)	Rua de Santa Catarina		XIX
Si109	Capela das Almas / Capela de Santa Catarina	Rua de Santa Catarina	IP44	XVIII
Si126	Antigo Edifício da Escola Normal	Rua da Alegria		XIX
Si130	Edifício do Hotel D. Henrique	Rua de Guedes de Azevedo		XX
Si146	Garagem	Rua de Camões		XX
Si148	Edifício Cooperativa Povo Portuense	Rua do Paraíso		XX
Si164	Edifício da Ordem do Terço (palacete)	Praça do Marquês de Pombal		XIX
Si165	Igreja Paroquial da Senhora da Conceição	Praça do Marquês de Pombal		XX
Sn1	Igreja de S. Francisco	Rua do Infante D. Henrique	MN10; MN19; IP51 (CIP)	XIV/XVIII
Sn2	Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	Rua do Infante D. Henrique	MN19: IP23; IP51 (CIP)	XVIII
Sn3	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	Rua do Infante D. Henrique	MN19; IP23; IP51 (CIP)	XVIII
Sn4	Casa do Infante (Casa da Rua da Alfândega Velha)	Rua da Alfândega	MN12; MN19; IP51 (CIP)	XIV/XVII/XX
Sn8	Igreja e Colégio de São Lourenço / Igreja e Convento dos Grilos	Largo do Colégio	MN17; MN19; IP51 (CIP)	XVI/XVII/XVIII/XIX
Sn13	Muralha de D. Fernando e Miradouro (Escadas do Caminho Novo)	Escadas do Caminho Novo	MN6; IP51 (CIP); MN19	XIV
Sn14	Igreja e Mosteiro de S. João Novo, incluindo a Capela de N.ª S.ª da Esperança	Largo de S. João Novo	MN19; IP5 1(CIP)	XVIII
V1	Igreja de Nossa Senhora da Vitória	Rua de S. Bento da Vitória	MN19; IP51 (CIP)	(XVI) XVIII
V3	Igreja e Convento de S. Bento da Vitória	Rua de S. Bento da Vitória	MN15; MN19; IP51 (CIP)	XVI/XVII/XVIII
V4	Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	Campo dos Mártires da Pátria	MN19; IP2; IP51 (CIP)	XVIII
V5	Igreja da Misericórdia (IP) e Casa do Despacho	Rua das Flores	MN19; IP51 (CIP); IP27	XVI/XVIII
V7	Igreja e Torre dos Clérigos	Rua dos Clérigos	MN9; MN19; IP51 (CIP)	XVIII
V9	Igreja de S. José das Taipas	Rua do Dr. Barbosa de Castro	MN19; IP33; IP51 (CIP)	XVIII/XIX
V11	Faculdade de Ciências / Academia da Marinha e Comércio	Praça de Gomes Teixeira	IP51 (CIP)	XIX
V27	Escola Médico-Cirúrgica Abel Salazar	Largo do Professor Abel Salazar		XX
V28	Portal	Travessa do Carregal		XIX
V49	Antigo Edifício de Habitação e Comércio / Fundação Dr. Luís de Araújo	Praça de Carlos Alberto		XVIII
V51	Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. ª Sr.ª do Carmo, Sacristia (IVC) e o Hospital	Praça de Carlos Alberto	IP47	XVIII/XIX
V52	Igreja dos Carmelitas Descalços (MN22) e antigo Convento	Rua do Carmo	MN22	XVII/XVIII
V115	Edifício do Hotel Internacional	Rua da Fábrica		XVIII/XX

V162	Muralha de D. Fernando e Miradouro (troço do Olival)	Rua de Trás	MN19; MN6; IP51 (CIP)	XIV
V163	Ehal ou Aron Hakodesh da Judiaria do Porto	Rua de S. Miguel	MN19; IP67 (MIP); IP51 (CIP)	

Figura 22 – Quadro com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz de Equipamentos"

2.2.5.4 Obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços

Entende-se por “obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços” edifícios com as seguintes atividades: lojas comerciais, cafés, mercados, agências bancárias, serviços administrativos, etc.

Critérios específicos e elementos definidores

- composição da fachada, acessos, montras e relação com o espaço público;
- obras que apresentam qualidade arquitetónica e conservam as características identitárias do projeto no exterior e interior, como por exemplo a relação do lote com o edificado e o traçado viário, número de pisos, volumetria, desenho da parcela, logradouro, composição arquitetónica das fachadas, matriz tipo-morfológica, etc.
- integridade da sua composição, estrutura, sistema construtivo, materiais, elementos decorativos, património integrado e outros elementos caracterizadores como varandas, gradeamentos, portas, beirados, cantarias, platibandas, pilastras, caixilharias, pavimentos, revestimento de paredes, etc.

A partir da análise do conjunto de bens inventariados, verifica-se que cerca de 7% integram a categoria “obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços”, ou seja 91 imóveis, dos quais apenas 11 imóveis se encontram classificados.

O regime de proteção predominante nesta categoria é o de Imóvel de Interesse Público (9 imóveis). Para além desta amostra, é importante referir que 19% dos imóveis inventariados na categoria “obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços” integram Conjuntos de Interesse Público (25 imóveis), tendo por isso proteção legal e estando as intervenções em imóveis ou zonas de proteção sujeitas a parecer vinculativo da entidade tutela.

Do ponto de vista da localização espacial, os imóveis inventariados nesta categoria apresentam uma distribuição relativamente homogénea pela cidade.

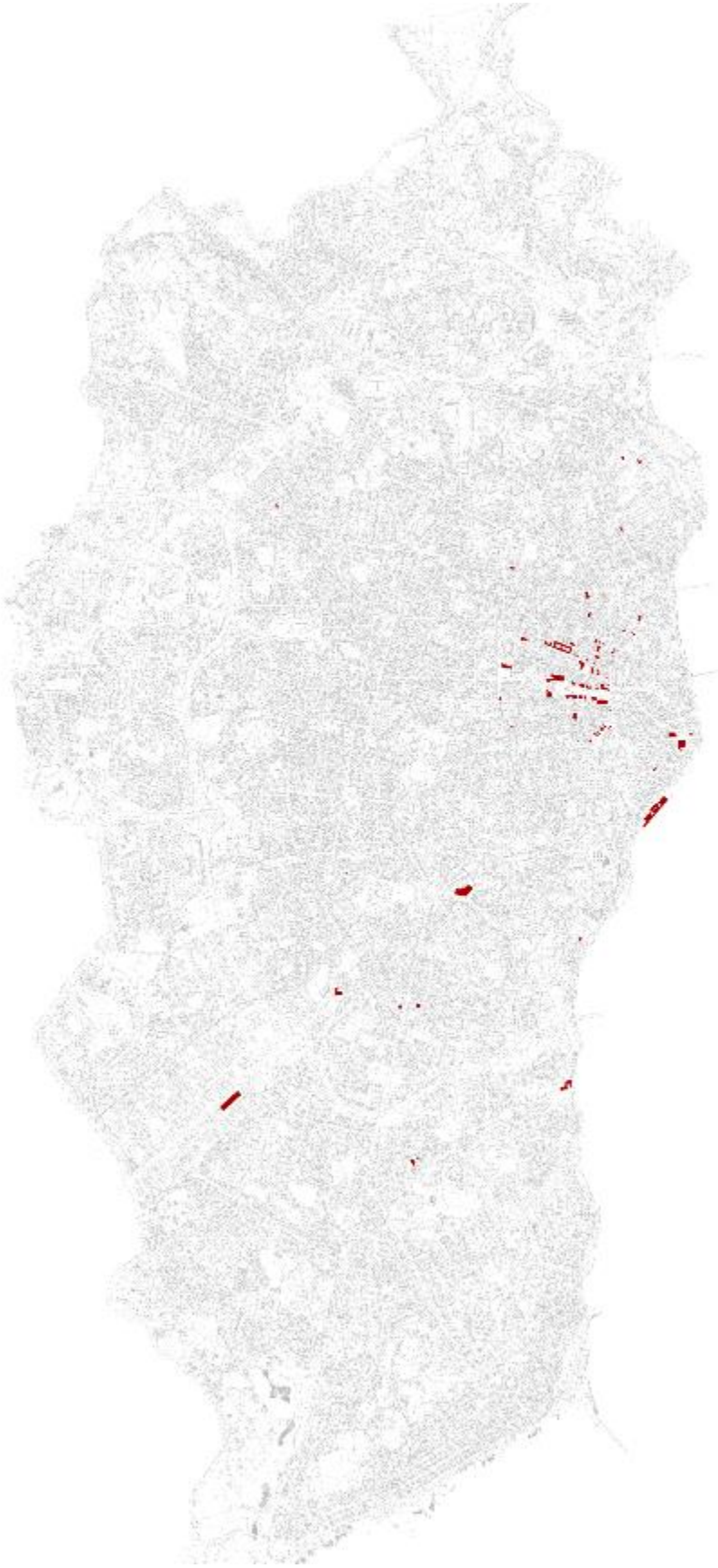


Figura 23 – Planta com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços"

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
B13	Conjunto de Edifícios para Serviços	Rua de Joaquim António de Aguiar		XX
B16	Palacete e Jardim	Rua do Barão de Nova Sintra		XIX/XX
B17	S.M.A.S. (antiga Quinta do Barão de Nova Sintra)	Rua do Barão de Nova Sintra		XIX
B77	Edifício Bayer	Rua de Santos Pousada		XX
C117	Edifício para Comércio	Rua de Domingos Sequeira		XX
C122	Edifício para Comércio	Avenida da França		XX
C14	Edifício de Escritórios	Rua dos Bragas		XX
L15	Antigo edifício da Companhia de Gás e Electricidade e Armazéns anexos	Rua do Ouro		XIX/XX
L32	Sede Regional da Segurança Social	Rua de António Patrício		XX
L34	Edifício sito na Avenida da Boavista, n.º 1354	Avenida da Boavista	IP80 (MIP)	XIX/XX
L55	Cooperativa de Lordelo do Ouro	Rua do Professor Augusto Nobre		XX
M31	Cantina e Armazéns da antiga Legião Portuguesa	Rua do Bicalho		XX
M71	Mercado do Bom Sucesso	Praça do Bom Sucesso	IP59 (MIP)	XX
Mi9	Edifício na Rua das Virtudes / Antigo Clube dos Ingleses	Rua das Virtudes	IP40; IP51 (CIP); MN19	XVIII
Mi81	Edifício da Alfândega Nova	Rua Nova da Alfândega	IP51 (CIP)	XIX
Mi128	Oficina de Estuques do Sr. Domingos Enes Baganha	Rua do Rosário		XX
P57	Edifício da Rua de Pereira Reis (IIM4) / actual Edifício da P. J.	Rua de Pereira Reis	IIM4	XIX/XX
R9	Edifício Hoechst	Avenida de Sidónio Pais		XX
R26	Estação de Serviço Peugeot	Rua de Delfim Maia		XX
S57	Antiga Padaria Bijou / EDP	Rua do Duque de Loulé		XIX
S66	Edifício de escritórios	Rua de Entreparedes		XX
S69	Edifício da Garagem Atlântico	Rua de Alexandre Herculano		XX
Si2	Conjunto de Três Edifícios de Comércio e Escritórios	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XX
Si3	Banco de Portugal	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XX
Si4	Companhia de Seguros "A Nacional"	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XX
Si5	Antigo Banco do Minho	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si6	Edifício de Comércio e Escritórios	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si7	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Elísio de Melo		XX
Si8	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Elísio de Melo		XX
Si10	Antigo edifício "O Comércio do Porto"	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si11	Antigo Edifício Almeida Cunha, L.da	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si12	Companhia de Seguros Garantia	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si14	Club dos Fenianos Portuenses	Rua do Clube dos Fenianos	IP65 (CIP)	XX
Si17	Paços do Concelho	Praça do General Humberto Delgado	IP65 (CIP)	XX
Si18	Edifício de Comércio e Escritórios	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si19	Antigo Edifício d'O Jornal de Notícias	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si20	Caixa Geral de Depósitos	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si21	Edifício Montepio Geral / Lima Júnior / Borges & Irmão	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si22	Antigo Edifício de Joaquim Emílio Pinto Leite	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Si23	Edifício de Comércio e Escritórios	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XX
Si24	Edifício Imperial	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XX
Si25	Antigo Edifício do Banco Nacional Ultramarino	Praça da Liberdade	IP65 (CIP)	XIX/XX
Si27	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si28	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si29	Edifício da Barbearia Tinoco	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si41	Palácio Atlântico	Praça de D. João I		XX
Si42	Antigo Bazar do Louvre / Vodafone	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si43	Edifício Rialto	Praça de D. João I		XX
Si44	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Passos Manuel		XX
Si45	Ateneu Comercial do Porto	Rua de Passos Manuel		XIX
Si47	Edifício da Brasileira	Rua de Sá da Bandeira		XIX/XX
Si48	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si49	Edifício de Comércio e Escritório	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si50	Antiga Camisaria Gomes	Rua de 31 de Janeiro	IP51 (CIP); MN19	XX
Si51	Casa Vicent	Rua de 31 de Janeiro	IP51 (CIP); MN19	XX
Si53	Imóvel onde se encontra a Ourivesaria Cunha, incluido a Ourivesaria Cunha e o seu recheio	Rua de 31 de Janeiro	IP53; IP51 (CIP); MN19	XX

Si54	Loja Ruby	Rua de 31 de Janeiro	IP51 (CIP); MN19	XX
Si55	Café Chave d'Ouro	Praça da Batalha	IP51 (CIP); MN19	XX
Si72	Litografia Nacional	Rua de D. João IV		XX
Si83	Liga dos Combatentes (Núcleo do Porto) / Edifício no gaveto da Rua da Alegria, 39 com a Rua Formosa, 121	Rua Formosa		XIX
Si90	Loja Otello	Rua de Santa Catarina		XX
Si91	Casa Inglesa	Rua de Passos Manuel		XX
Si93	Grandes Armazéns Nascimento / Antigas Galerias Palladium / FNAC	Rua de Santa Catarina		XX
Si94	Café Majestic	Rua de Santa Catarina	IP41	XX
Si103	«Pérola do Bolhão»	Rua Formosa		XX
Si104	Edifício Singer	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si105	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Alexandre Braga		XX
Si106	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Alexandre Braga		XX
Si107	Edifício de Comércio e Escritórios	Rua de Alexandre Braga		XX
Si110	Mercado do Bolhão	Rua Formosa	IP83 (MIP)	XX
Si115	Edifício da Companhia de Seguros Garantia	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si128	Edifício de Escritórios DKW	Rua de Sá da Bandeira		XX
Si139	Palacete dos Pestanas (anexo à Capela do Divino Coração de Jesus)	Rua de Gonçalo Cristóvão	IP50	XIX
Si145	Padaria «Flor do Paraíso»	Rua do Paraíso		XX
Si171	Palácio dos Correios	Avenida dos Aliados	IP65 (CIP)	XX
Sn5	Antigo Restaurante Comercial (IP) e Edifício	Rua do Infante D. Henrique	MN19; IP42; IP51 (CIP)	XV/XVII/XVIII/XX
Sn6	Mercado de Ferreira Borges	Praça do Infante D. Henrique	MN19; IP34; IP51 (CIP)	XIX
Sn7	Palácio da Bolsa	Rua do Infante D. Henrique	MN16; MN19; IP51 (CIP)	(XIV) XVIII/XIX
V13	Edifício do Café «Âncora d'Ouro» / «O Piolho»	Praça de Parada Leitão	IP51 (CIP)	XVII/XVIII/XX
V46	Edifício Comercial	Praça de Carlos Alberto		XX
V53	Edifício dos Armazéns Cunha	Praça de Gomes Teixeira		XX
V55	Edifício dos Armazéns do Castelo	Praça de Gomes Teixeira		XX
V82	Livraria Lello e Irmão	Rua das Carmelitas	IP82 (MIP)	XX
V85	Edifício Fernandes, Mattos & C.ª	Rua da Galeria de Paris		XX
V86	Edifício "Quatro Estações"	Rua das Carmelitas		XX
V88	Edifício dos "Armazéns da Capela"	Rua de Cândido dos Reis		XX
V91	Edifício da "Biblioteca Musical"	Rua de Cândido dos Reis		XX
V104	Edifício	Rua dos Clérigos		XX
V125	Edifício	Rua da Cerca		XX
V149	Antigo Edifício da Anglo-Portuguese Telephone Company	Rua da Picaria		XX
V159	Edifício	Rua das Carmelitas		XX

Figura 24 – Quadro com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços"

2.2.5.5 Obras de arquitetura com matriz rural

Define-se por "obras de arquitetura com matriz rural" construções com valor patrimonial inseridas em áreas históricas que correspondem aos núcleos rurais antigos (Núcleos e Lugares) que ainda conservam a estrutura, elementos tipo-morfológicos, terrenos agrícolas e outros elementos. Integram este grupo: quintas, casas de lavoura, casas de "caseiro" ou de uso agrícola, construções de vocação agrícola, etc.

Critérios específicos e elementos definidores

- construções integradas em antigos Núcleos e Lugares que ainda conservam a estrutura, elementos tipo-morfológicos e outros (ex.: Nevogilde; Passos; Aldoar; Vila Nova; Ouro; Regado; Campo Lindo; Paranhos; Lamas; Vila Cova; Pêgo Negro; Parque Oriental; Azevedo).
- pequenos conjuntos ou arquiteturas de vocação rural;
- arquiteturas de matriz agrícola ou motivadas pela produção agrícola – persistência do todo ou em parte da integridade do lugar/núcleo, do território envolvente e do sistema produtivo (linhas de água, terrenos agrícolas, orografia, construções e dispositivos de produção agrícola, etc.);
- elementos identitários de núcleos e lugares como igrejas, casas 'senhoriais' ou de lavoura, casas de habitação ou de uso agrícola, muros, pavimentos, praças, mobiliário urbano, sistemas de produção, terrenos agrícolas adjacentes.

A partir da análise do conjunto de bens inventariados, verifica-se que cerca de 3% integram a categoria "arquitetura com matriz rural", ou seja 39 imóveis, dos quais apenas 4 imóveis se encontram classificados.

O regime de proteção predominante nesta categoria é o de Imóvel de Interesse Público (4 imóveis). Para além desta amostra, 2 imóveis inventariados na categoria "obras de arquitetura com matriz rural" integram Conjuntos de Interesse Público, tendo por isso proteção legal e estando as intervenções em imóveis ou zonas de proteção sujeitas a parecer vinculativo da entidade tutela. Desta análise verifica-se que, dentro do conjunto do património inventariado, há um reduzido número de obras nesta categoria com proteção legal (6 imóveis), pelo que será pertinente definir orientações para a gestão e para intervenções nestes imóveis.

Por outro lado, nota-se que grande parte dos imóveis inventariados nesta categoria data do século XVIII (20 imóveis do total de 39), localizando-se predominantemente nos antigos Núcleos e Lugares situados em áreas periféricas relativamente ao núcleo urbano intramuralha.

Figura 25 – Planta com Identificação de Núcleos Rurais e "Obras de Arquitetura com Matriz Rural"

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
A1	Edifício de Habitação e Jardim	Travessa de Passos		XIX
A11	Moradia	Rua da Vilarinha		XX
B1	Quinta da China	Avenida de Paiva Couceiro		XVIII
B42	Antiga Quinta de Sacais	Rua de António Granjo		(VII) XVIII/XIX/XX
B123	Quinta dos Cepêdas	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra		XVIII/XX
C111	Quinta Amarela	Rua de Oliveira Monteiro		XVIII/XIX/XX
Ca1	Quinta de Furamontes (Areias)	Travessa das Areias		XVIII/XIX
Ca6	Moinhos do Lugar de Pego Negro	Rua do Pêgo Negro		XVII/XVIII
Ca8	Casa e Quinta de Bonjóia	Rua de Bonjóia	IP71 (MIP)	XVIII
Ca13	Casa e Quinta de Villar d'Allen	Rua do Freixo	IP55	XIX
Ca19	Casa e Quinta da Revolta	Calçada de S. Pedro	IP77 (MIP)	XVIII
Ca37	Quinta de São Roque da Lameira	Rua de S. Roque da Lameira		XIX/XX
Ca47	Quinta	Travessa de Vila Cova		XVII/XVIII
Ca48	Quinta	Rua de Vila Cova		XVII
Ca53	Quinta	Rua de Contumil		XIX
Ca54	Antiga Quinta	Rua do Giestal		XVIII
Ca58	Casa e Quinta de Salgueiros	Rua da Vigorosa		XVIII
Ca68	Moinho da Quinta da Ponte	Rua de Furamontes		XVIII
F12	Quinta do Monte	Travessa Alegre	IP81 (CIP)	XVII/XVIII/XIX/XX
L7	Casa Rural	Rua da Cordoaria Velha de Lordelo		XVIII
L8	Edifício de Habitação	Rua do Ouro		XVI/XVII
L9	Edifício de Habitação	Rua do Ouro		XVII/ XVIII
L10	Edifício de Habitação	Rua do Senhor da Boa Morte		XVII
L11	Edifício de Habitação	Rua do Aleixo		XVII
L12	Edifício de Habitação	Rua do Aleixo		XVIII
L13	Edifício de Habitação	Calçada do Ouro		XVIII
L14	Edifício de Habitação (palacete)	Rua do Ouro		XIX
L18	Moradia e Jardim	Rua do Aleixo		XIX/XX
M12	Quinta	Rua de Entre Quintas		XVIII
M84	Quinta da Pena	Rua da Pena		XIX
M89	Quinta do Vilar ou Quinta do Pacheco Pereira	Rua de Vilar		XVIII/XIX
M91	Casa Tait e Jardim	Rua de Entre Quintas		XVIII/XIX/XX
M92	Quinta da Macieirinha / Museu Romântico	Rua de Entre Quintas		XVIII/XIX/XX
N27	Antiga Casa de Jaime Andrade Villares / Casa da Família Botelho de Lacerda Lobo	Largo de Nevogilde		XIX/XX
N28	Edifício de Habitação	Travessa da Igreja de Nevogilde		XVIII/XIX
P40	Quinta do Covelo	Rua do Bolama		XVIII
P81	Solar de Lamas	Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva		XVIII
R31	Quinta do Viso / Casa da Quinta do Rio	Rua Direita do Viso	IP46	XVIII
S25	Antigo Muro da Quinta e Portal	Passeio das Fontainhas	IP51 (CIP)	

Figura 26 – Quadro com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz Rural"

2.2.5.6 Obras de arquitetura com matriz industrial

Define-se por “obras de arquitetura com matriz industrial” edifícios com valor patrimonial que têm a função de fábrica ou outro tipo de unidade de produção industrial e respetivas construções de apoio.

Critérios específicos e elementos definidores

- integridade da sua composição, estrutura, sistema construtivo, materiais, elementos decorativos, património integrado e outros elementos caracterizadores;
- maquinaria, objetos ou reminiscências do antigo sistema produtivo (ex: dispositivos publicitários, elementos como chaminés, etc.);
- infraestruturas de abastecimento do antigo sistema produtivo como linhas de água, acessos, sistemas de abastecimento, escoamento e transporte;
- edifício com importância na história social, económica e urbana, com referências identitárias na memória coletiva de uma comunidade.

A partir da análise do conjunto bens inventariados, verifica-se que cerca de 2% integram a categoria “arquitetura com matriz industrial”, ou seja 33 imóveis, dos quais apenas 2 imóveis se encontram classificados.

O regime de proteção predominante nesta categoria é o de Imóvel de Interesse Público (2 imóveis). Para além desta amostra, 4 imóveis inventariados na categoria “obras arquitetura com matriz industrial” integram Conjuntos de Interesse Público, tendo por isso proteção legal e estando também as intervenções em imóveis ou zonas de proteção sujeitas a parecer vinculativo da entidade tutela. Desta análise verifica-se que, dentro do conjunto do património inventariado, há um reduzido número de obras nesta categoria com proteção legal (6 imóveis), pelo que será pertinente definir orientações para a gestão e para intervenções nestes imóveis.

Nota-se ainda que os imóveis integrados nesta categoria se localizam predominantemente em áreas periféricas de expansão urbana de finais do século XIX e início do século XX.

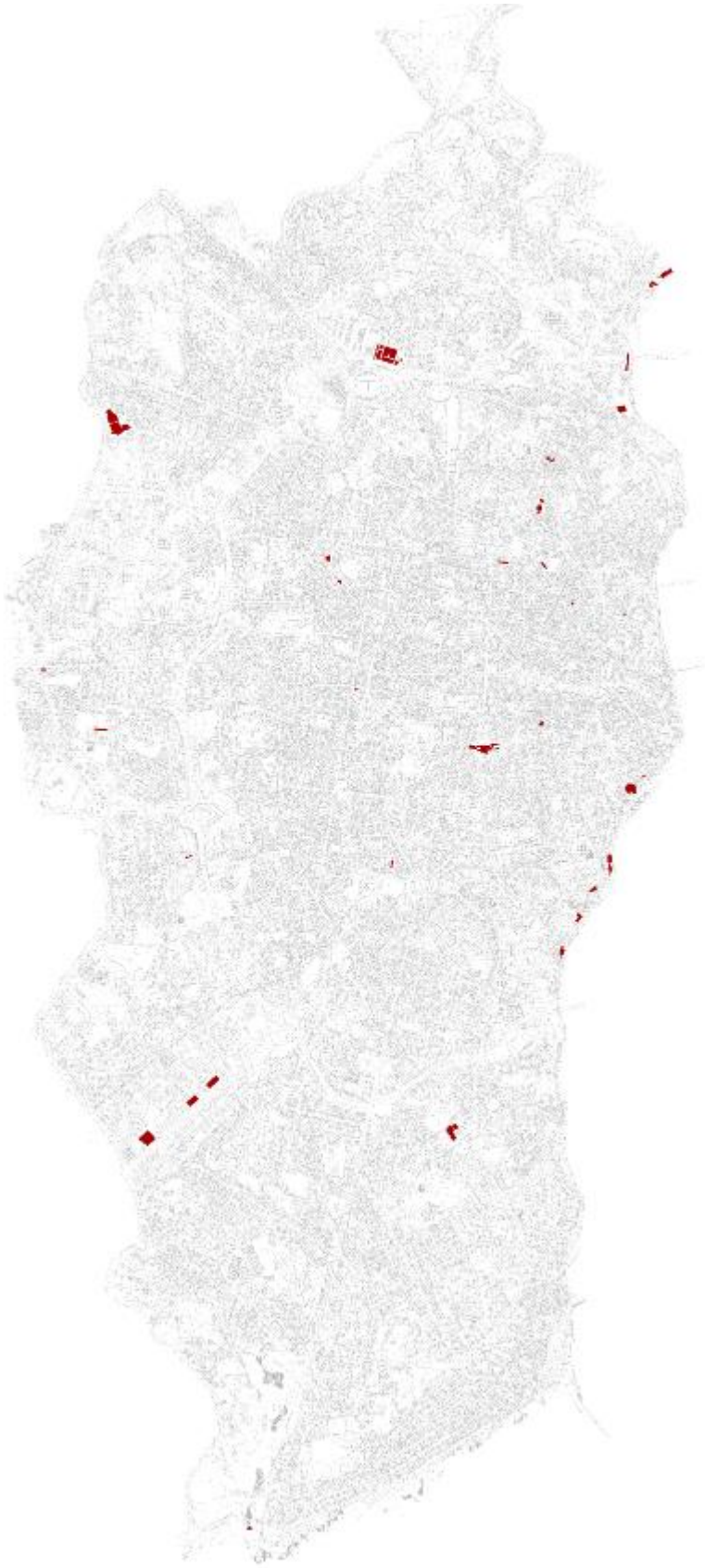


Figura 27 – Planta com Identificação de “Obras de Arquitetura com Matriz Industrial”

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
B2	Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos	Avenida de Paiva Couceiro		XX
B21	Fábrica Portuguesa de Passamarias	Rua da Lomba		XX
B34	Palacete, Fábrica e Serviços da Tecelagem Manuel Pinto de Azevedo	Rua do Bonfim		XIX/XX
B73	Antiga Fábrica Monteiro & Filhos	Campo de Vinte e Quatro de Agosto		XX
B76	Fachada da Antiga Fábrica da Companhia Aliança	Rua de Santos Pousada		XIX/XX
B93	Infantário da OSMOP (Antiga Fábrica de Tabacos «Lealdade»)	Rua de Costa Cabral		XIX
B94	Fachada da Fábrica Mattos, Irmãos, Lda.	Rua da Alegria		XX
C3	Antiga Garagem Minerva (Fábrica de Salgueiros)	Rua de Antero de Quental		XX
C40	Companhia Aurifícia	Rua dos Bragas	IP70 (CIP)	XIX/XX
C108	Fachada da Fábrica Arch. Brito	Rua de D. António Barroso		XIX/XX
Ca14	Antiga Fábrica da CUF - Quimigal	Estrada Nacional 108		XIX
Ca15	Antiga Companhia de Moagens Harmonia	Estrada Nacional 108		XIX/XX
Ca21	Edifício da J. A. E.	Avenida de Paiva Couceiro		XX
Ca24	Motta & Companhia	Rua do Rêgo Lameiro		XX
Ca41	Matadouro Municipal do porto	Rua de S. Roque da Lameira		XX
L39	Fábrica da Companhia de Lanifícios de Lordelo	Rua de Serralves		XIX/XX
M11	Antiga Fábrica da CUF do Porto	Rua da Restauração		XX
M29	Edifício do Frigorífico do Peixe / Lota de Peixe de Massarelos	Alameda Basilio Teles	IP26	XX
M34	Frigorífico do Bacalhau	Rua do Ouro		XX
M5	Casa do Cais Novo e Armazéns	Rua de Monchique	IP51 (CIP)	XVIII
Mi26	Antigo Edificio da Fábrica de Miragaia	Rua de Tomás Gonzaga	IP51 (CIP)	XIX
Mi58	Antigos Armazéns da Real Companhia Velha	Rua de Miragaia	IP51 (CIP)	XVIII
N12	Antiga Sub-Estação do Castelo do Queijo - Carris / Companhia Carris de Ferro do Porto	Via do Castelo do Queijo		XIX/XX
P1	Antiga Fábrica de Sedas (fachada)	Rua do Monte dos Burgos		XX
P7	Nova Empresa Industrial de Curtumes (Amial)	Rua do Amial		XX
P77	Fábica da Areosa	Estrada da Circunvalação		XIX/XX
P84	Sub-estação Amial / Antiga Companhia Eléctrica do Varoza	Rua de S. Tomé		XX
R23	Auto-Sueco	Rua do Conde da Covilhã		XX
R24	Fábrica - Armazém	Rua de Manuel Pinto de Azevedo		XX
R25	Fábrica - Armazém	Rua de Manuel Pinto de Azevedo		XX
S54	Edifício UEP - Estação da União Eléctrica Portuguesa	Rua de Alexandre Herculano		XX
Si81	Edifício (Tipografia)	Rua Formosa		XIX
V139	Depósito de Materiais da Companhia Cerâmica das Devesas	Rua de José Falcão	IP85 (MIP)	XX

Figura 28 – Quadro com Identificação de "Obras de Arquitetura com Matriz Industrial"

2.2.5.7 Obras de Arte de Engenharia

Entende-se por “obras de arte de engenharia” as obras de autor e emblemáticas, do domínio da engenharia, cuja relevância decorre da sua excecional qualidade, avaliada com referência ao quadro de valores que definem a obra de engenharia, de que são exemplo: a conceção da obra, o processo construtivo e materiais adotados, a maquinaria, etc.; e tendo presente o respetivo valor histórico e documental, enquanto testemunho de um grau de desenvolvimento tecnológico notável, porque inovador ou representativo de uma solução paradigmática, entretanto desaparecida. Integram este grupo: pontes, farol, aqueduto, elevador, etc.

Critérios específicos e elementos definidores

- integridade da sua composição, estrutura, sistema construtivo, materiais, património integrado e outros elementos caracterizadores.
- construções que se destacam pela inovação tecnológica e/ou qualidade dos materiais ou sistemas construtivos ou pelo virtuosismo da solução estrutural;
- obras marcantes para a compreensão dos processos de infraestruturação da cidade (abastecimento de águas, de gaz e eletricidade), etc.

A partir da análise do conjunto de bens inventariados, verifica-se que cerca de 1% integram a categoria “obras de arte de engenharia”, ou seja 13 imóveis, dos quais 4 imóveis se encontram classificados.

O regime de proteção predominante nesta categoria é o de Imóvel de Interesse Público (2 imóveis). Para além desta amostra, é importante referir que 4 imóveis inventariados como “obras de arte de engenharia” integram Conjuntos de Interesse Público, tendo por isso proteção legal e estando as intervenções em imóveis ou zonas de proteção sujeitas a parecer vinculativo da entidade tutela.

Nota-se ainda que grande parte dos bens inventariados na categoria “obras de arte de engenharia” se localizam junto à margem do Rio Douro (ex.: pontes).

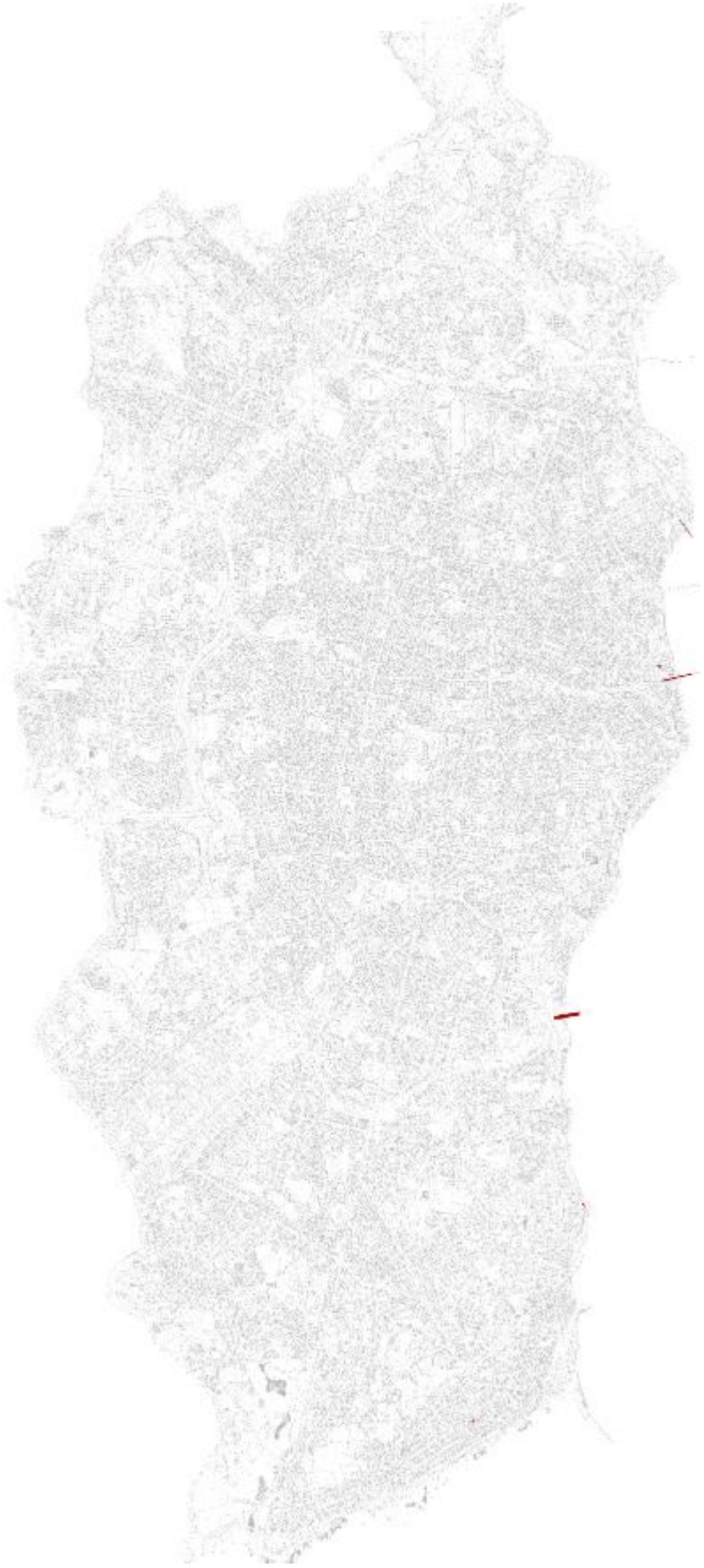


Figura 29 – Planta com Identificação de "Obras de Arte de Engenharia"

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
B3	Ponte de D. Maria Pia	Avenida de Paiva Couceiro	MN18; IP51 (CIP)	XIX
Ca5	Ponte Antiga de Tirares	Rua do Lagarteiro		XVII/XVIII
Ca20	Ponte - Sifão da «Compagnie Générale des Eaux pour l'Étranger»	Rua do Freixo		XIX
F70	Farol de Nossa da Senhora da Luz	Rua do Farol	IIM12	XVI/XVIII
F84	Antigo Aqueduto da Foz do Douro	Rua do Montebelo	IP81 (CIP)	
L3	Estação Elevatória de Sobreiras	Rua das Sobreiras		XIX
L58	Estrutura - Cisterna	Travessa da Mouteira		XVIII/XIX
M2	Posto de Transformação	Rua de Monchique	IP51 (CIP)	XX
M39	Ponte da Arrábida	Rua de Pinto Bessa	MN23	XX
P87	Barreiras da linha de fiscalização do Estado	Estrada da Circunvalação		XIX
S24	Elevador	Escadas dos Guindais	IP51 (CIP)	XIX/XX
Sn9	Pilares que sustentavam a Ponte Pênsil	Cais dos Guindais	MN19; IP35; IP51 (CIP)	XIX
Sn12	Ponte de D. Luís I	Avenida de Vímara Peres	MN19; IP36; IP51 (CIP)	XIX

Figura 30 – Quadro com Identificação de "Obras de Arte de Engenharia"

2.2.5.8 Mobiliário urbano e obras de arte pública

Entende-se por "mobiliário urbano e obras de arte pública" cruzeiros, fontes, chafarizes, obeliscos, estátuas, etc., que possuam valor patrimonial e identitário na relação com o espaço público ou área onde se inserem.

Critérios específicos e elementos definidores

- localização em áreas urbanas com valor identitário, histórico ou de referência para a comunidade, incluindo jardins ou espaços urbanos com valor patrimonial;
- obras projetadas especificamente para o local onde se implantam e que têm um papel central na organização/requalificação dos espaços urbanos;
- obras, monumentos e padrões comemorativos e emblemáticos com valor histórico e documental;
- valor artístico de elementos escultóricos e artes aplicadas, integridade dos materiais e acabamentos.

A partir da análise do conjunto de bens inventariados, verifica-se que cerca de 2% integram a categoria "mobiliário urbano e arte pública", ou seja 29 bens, dos quais 25 bens se encontram classificados.

O regime de proteção predominante nesta categoria é o de Imóvel de Interesse Público (11 bens). Para além desta amostra é importante referir que 2 bens inventariados nesta categoria integram Conjuntos de Interesse Público, tendo por isso proteção legal e estando as intervenções em bens e zonas de proteção sujeitas a parecer vinculativo da entidade tutela.

Nota-se ainda que grande parte dos bens inventariados na categoria "mobiliário urbano e arte pública" data do século XVIII (16 bens do total de 29) localizando-se predominantemente em espaços urbanos (praças, largos, outros) e jardins históricos.

Figura 31 – Planta com Identificação de "Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública"

Nº de Carta	Designação	Localização	Classificação	Século
C23	Fonte das Oliveiras e Edifício anexo	Rua dos Mártires da Liberdade	IIM7	XVIII/XIX
C140	Cruzeiro do Senhor do Padrão	Rua de Oliveira Monteiro	IIM10	XVIII/XIX
C141	Quiosque do Largo Mompilher	Largo de Mompilher	IIM11	XX
Ca9	Fonte de Nossa Senhora e Aqueduto de Bonjóia	Rua de Bonjóia		XVIII
F81	Chafariz do Passeio Alegre	Jardim do Passeio Alegre	MN1; IP48	XVIII
F82	Quiosque no Jardim do Passeio Alegre / "Chalet Suíço"	Jardim do Passeio Alegre	IIM13; IP48	XIX
F83	Obeliscos provenientes da Quinta da Prelada	Jardim do Passeio Alegre	IP11; IP48	XVIII
F85-1	Conjunto dos Passos da Foz do Douro - Passo do Passeio Alegre	Rua do Passeio Alegre	IIM9; IP81 (CIP)	XVIII/XIX
F85-2	Conjunto dos Passos da Freguesia de São da Foz do Douro - Passo da Rua da Bela	Rua Bela	IIM9; IP81 (CIP)	XVIII/XIX
F85-3	Conjunto do s Passos da Freguesia de São da Foz do Douro - Passo de Santa Anastácia	Rua do Padre Luís Cabral	IIM9; IP81 (CIP)	XVIII/XIX
F85-4	Conjunto dos Passos da Freguesia de São da Foz do Douro - Passo da Rua do Alto de Vila ou Capela do Senhor dos Aflitos	Rua do Alto de Vila	IIM9; IP81 (CIP)	XVIII/XIX
F85-5	Conjunto dos Passos da Freguesia de São da Foz do Douro - Passo do Largo do Rio da Bica	Rua do Padre Luís Cabral	IIM9; IP81 (CIP)	XVIII/XIX
M27	Cruzeiro do Senhor dos Navegantes com alpendre	Rua da Fonte de Massarelos		XVIII
Mi6	Chafariz das Virtudes	Calçada das Virtudes	MN2; IP51 (CIP)	XVII
Mi8	Estátuas, elementos decorativos e muro em que os mesmos se integram	Passeio das Virtudes	IP17; IP51 (CIP); MN19	XVIII/XIX
Mi10	Chafariz da Rua das Taipas	Rua das Virtudes	IP7; IP51 (CIP); MN19	XVIII
Mi80	Chafariz da Colher	Rua de Miragaia	IP4; IP51 (CIP)	XV/XVII
Mi91	Bandeirinha da Saúde	Rua da Bandeirinha	IP51 (CIP)	XVII
S1	Pelourinho no Terreiro da Sé	Terreiro da Sé	IP51 (CIP); MN19	XX
S2	Fontanário do Largo da Sé / Chafariz de São Miguel-o-Anjo	Calçada de Vandoma	IP1; IP51 (CIP); MN19	XVIII
S3	Chafariz da Rua Escura	Largo do Dr. Pedro Vitorino	IP8; IP51 (CIP); MN19	XVII
Si167	Chafariz do Jardim de S. Lázaro	Jardim de Marques de Oliveira	IP5	XVIII
Si168	Estátua Equestre de D. Pedro IV	Praça da Liberdade	IP39	XIX
Si169	Quiosque do Serviço de Transportes Colectivos do Porto	Praça da Liberdade	IIM16	XX
Si170	Quiosque na Praça do Marquês de Pombal	Praça do Marquês de Pombal	IIM14	XX
Sn10	Chafariz da Rua de S. João (vestígios)	Rua de S. João da Foz	MN19; IP6; IP51 (CIP)	XVIII
Sn11	Alminhas da Ponte	Cais da Ribeira	IIM2; IP51 (CIP); MN19	XIX
V160	Quiosque do Largo da Ramadinha (primitivamente na Praça dos Poveiros)	Praça de Carlos Alberto	IIM1	XIX
V161	Chafariz da Rua de S. Domingos	Largo de S. Domingos	IP9; IP51 (CIP); MN19	

Figura 32 – Quadro com Identificação de "Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública"

2.3. Diagnóstico

Numa análise da proposta de categorização apresentada (Fig.33) verifica-se que o grupo predominante é “obras de arquitetura com matriz de habitação ou habitação e comércio” (933 imóveis, ou seja, cerca de 70% dos imóveis inventariados), já que corresponde ao edificado corrente ou elemento de repetição do tecido urbano.

Em segundo lugar, destacam-se as “obras de arquitetura com matriz de equipamento” (196 imóveis, ou seja cerca de 15%) que correspondem a um considerável número de edifícios com carácter excecional no tecido urbano e referentes a diferentes funções como edifícios religiosos, escolas, universidades, entre outros.

Em percentagens inferiores (entre cerca de 1 e 7%) assinalam-se as categorias de obras de arquitetura com “matriz de comércio e serviços” (92 imóveis), “matriz rural” (39 imóveis), “matriz industrial” (33 imóveis), “mobiliário urbano e arte pública” (29 bens) e “obras de arte de Engenharia” (13 imóveis). Neste relatório considera-se que, pela importância histórica e patrimonial na cidade, estas últimas categorias poderão ser enriquecidas no inventário do património do município pelos serviços competentes. Nota-se, por exemplo, a presença de antigas indústrias, bem como construções de matriz rural como moinhos, que deverão merecer análise e futura inventariação.

No que respeita à localização espacial das *categorias* na cidade (Fig. 35) verifica-se que as “obras de arquitetura com matriz de habitação ou habitação e comércio” se concentram com maior predominância seja na área correspondente no núcleo intramuralha designado por Centro Histórico do Porto, seja nas áreas de expansão urbana realizada entre o final do século XVIII e primeira metade do século XX, incluindo a zona da Foz do Douro. A par com estas, verifica-se uma distribuição relativamente homogénea pela cidade de “obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços”.

No que respeita às “obras de arquitetura com matriz de equipamentos” verifica-se uma maior incidência na zona central da cidade e menor ocorrência nas zonas oriental e ocidental da cidade (Campanhã e Foz). Diversamente, as “obras de arquitetura com matriz de indústria” localizam-se, predominantemente, em áreas periféricas de expansão urbana de finais do século XIX e início do século XX.

No que respeita às “obras de arquitetura de matriz rural” estão em grande parte integradas nos antigos núcleos e lugares situados em áreas periféricas relativamente ao núcleo urbano intramuralha. As “obras de arte de engenharia” concentram-se, em parte, junto ao rio (pontes e outras infraestruturas de apoio) e, por fim, os bens referentes a “mobiliário urbano e arte pública” localizam-se predominantemente em jardins históricos ou em outros espaços urbanos (praças, largos, outros).

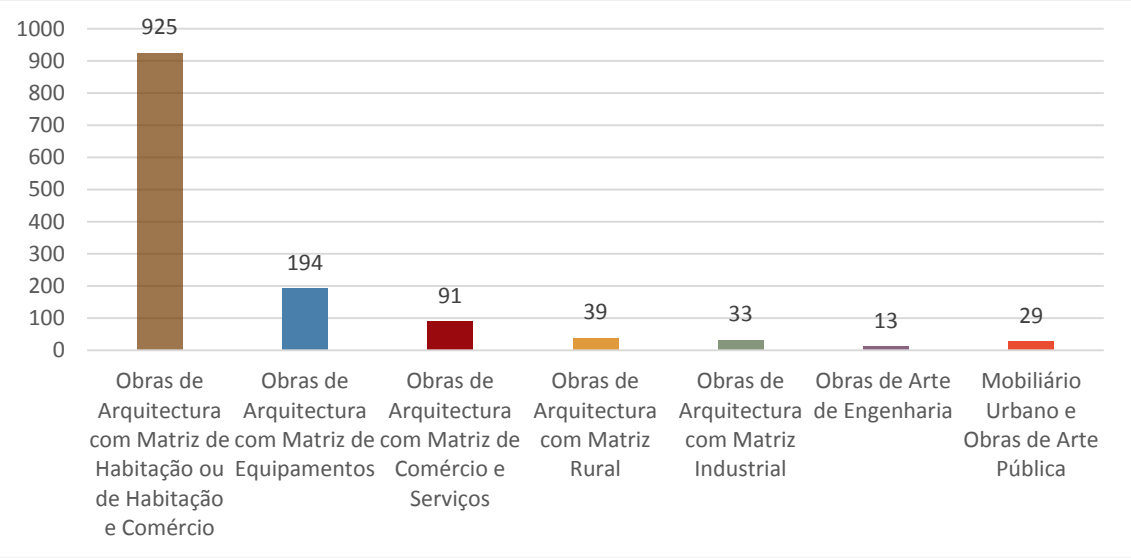
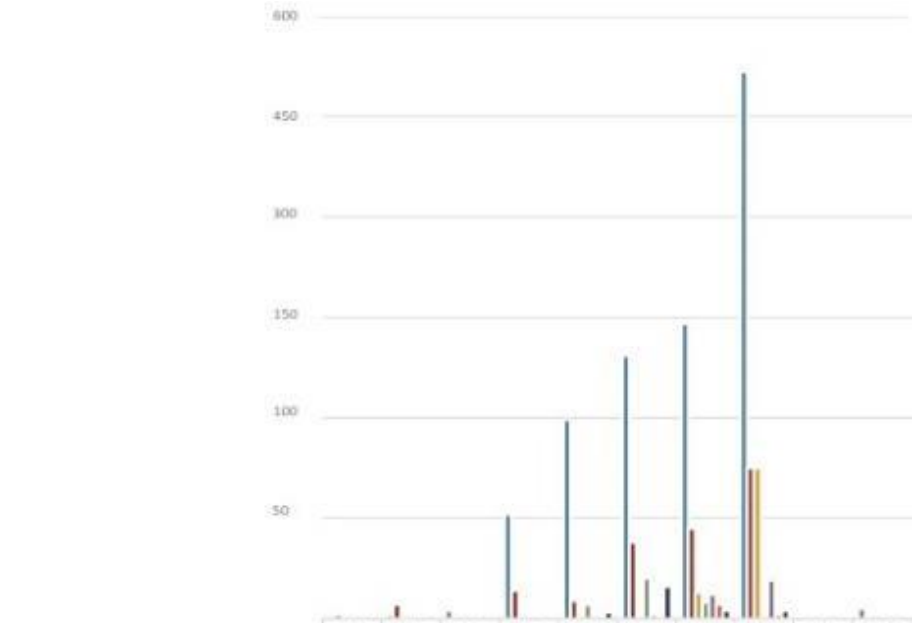


Figura 33 – Gráfico com Categorização do Património Arquitetónico



	XII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI	N.D
Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio	0	2	4	52	99	131	147	493	0	5
Obras de Arquitectura com Matriz de Equipamentos	2	7	1	14	9	38	45	75	1	1
Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços	0	1	1	0	1	1	13	75	0	0
Obras de Arquitetura com Matriz Rural	0	0	0	1	7	20	8	1	0	1
Obras de Arquitetura com Matriz Industrial	0	0	0	0	0	2	12	19	0	0
Obras de Arte de Engenharia	0	0	0	1	1	1	7	2	0	1
Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública	0	0	1	0	3	16	4	4	0	1

Figura 34 – Gráfico com Cronologia por Categorias

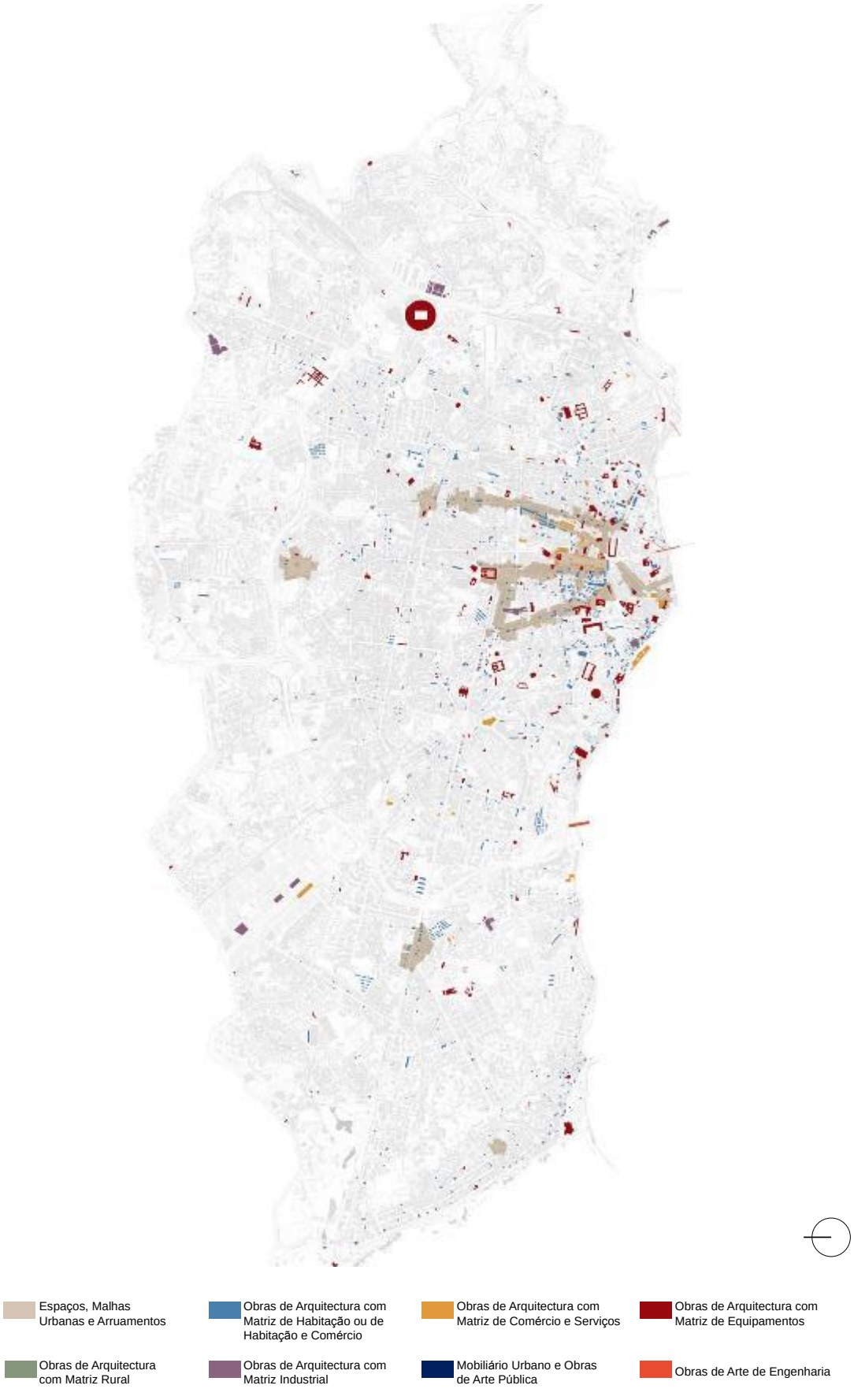


Figura 35 – Planta com Identificação de Categorização do Património Arquitetónico

2.3.1. Património Classificado

Em síntese, verifica-se que cerca de 12% do total dos imóveis e bens inventariados estão classificados (157 bens), mas nota-se que apenas cerca de 2% dos bens inventariados está classificado como Imóvel de Interesse Municipal.

Como salientado anteriormente, para além da proteção da obra isolada, existe um grande número de imóveis localizados em áreas classificadas como Monumento Nacional, Conjuntos de Interesse Público e em Zonas de Proteção, que correspondem a uma área considerável da cidade abrangida por proteção legal (cerca de 18% da área total do concelho). Deste modo, qualquer intervenção em imóvel inserido nestas áreas está sujeita a parecer vinculativo da entidade de tutela.

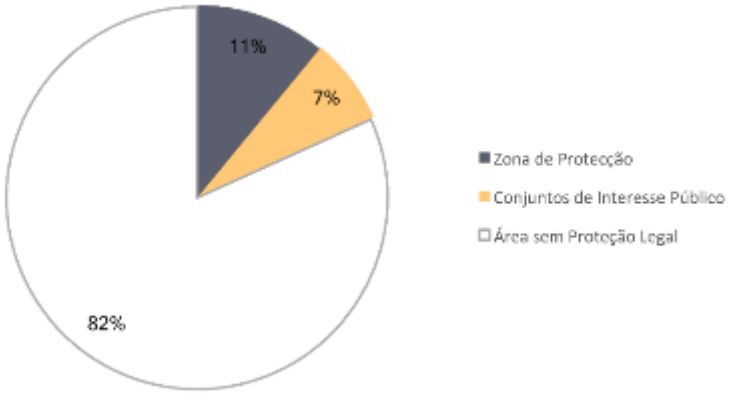


Figura 36 – Gráfico com percentagem de Áreas correspondentes a Património Classificado e Zonas de Proteção

Figura 37 – Planta com Identificação de Património Classificado e Zonas de Proteção

Da análise da proteção legal, por categorias, verifica-se, em termos absolutos, que a categoria com maior número de bens classificados é a de “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” com um total de 60 imóveis e, em segundo lugar, obras de arquitetura com matriz de equipamentos com um total de 50 imóveis.

Em termos relativos, as categorias com menos bens classificados, , são as “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” (cerca de 6%), “obras de arquitetura com matriz industrial” (cerca de 6%) e as “obras de arquitetura com matriz rural” (cerca de 10%). Estas últimas categorias deverão ser alvo de especial atenção por se encontrarem, em termos relativos, menos protegidas do ponto de vista legal.

Categoria	Bens e Imóveis Classificados pelo Estado (MN,IIP/MIP)	Imóvel de Interesse Municipal (IIM)	Bens e Imóveis Inventariados pela CMP (não classificados)
Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio	47	13	865
Obras de Arquitetura com Matriz de Equipamentos	48	2	144
Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços	10	1	80
Obras de Arquitetura com Matriz Rural	4	0	35
Obras de Arquitetura com Matriz Industrial	2	0	31
Obras de Arte de Engenharia	4	1	8
Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública	13	12	4

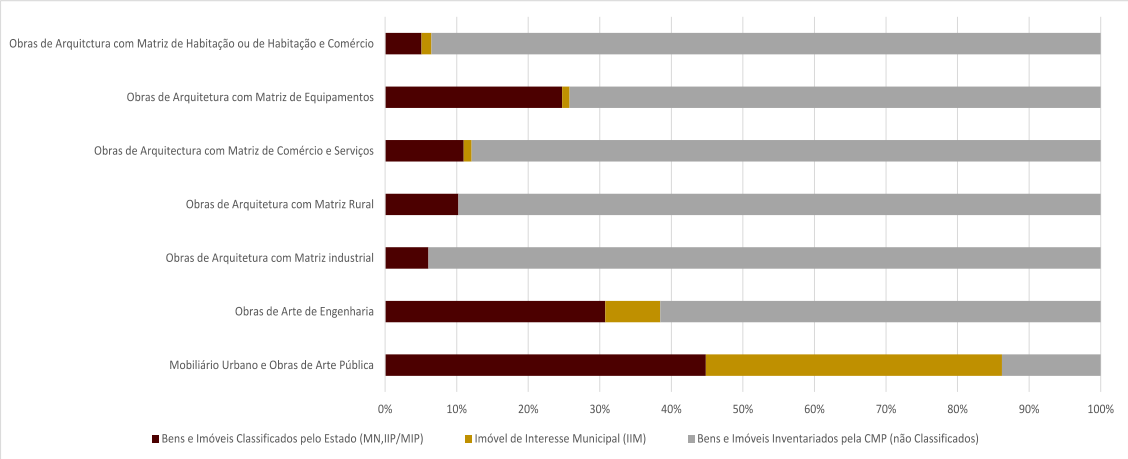
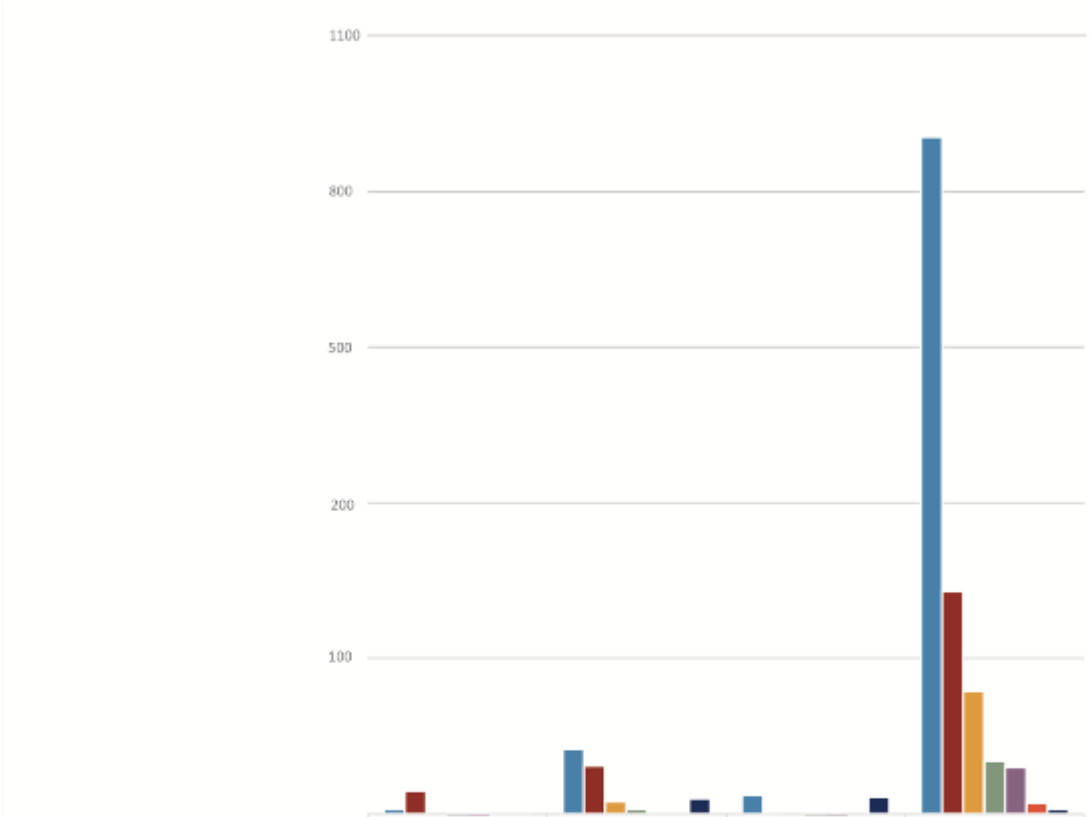


Figura 38 – Gráfico com Percentagem de Bens e Imóveis Classificados por Categoria



	Monumento Nacional (MN)	Imóvel de Interesse Público (IP) / Monumento de Interesse Público (MIP)	Imóvel de Interesse Municipal (IIM)	Imóveis inventariados pela CMP
Obras de Arquitetura com Matriz de Habitação ou de Habitação e Comércio	4	43	13	865
Obras de Arquitectura com Matriz de Equipamentos	16	32 2	2	144
Obras de Arquitetura com Matriz de Comércio e Serviços	1	9	1	80
Obras de Arquitetura com Matriz Rural	0	4	0	35
Obras de Arquitetura com Matriz Industrial	0	2	0	31
Obras de Arte de Engenharia	2	2	1	8
Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública	2	11	12	4

Figura 39 – Gráfico com Regime de Proteção por Categorias

Por fim, da análise e diagnóstico do quadro dos valores patrimoniais da cidade do Porto incluindo a proposta de categorização dos bens inventariados, identifica-se o seguinte indicador de monitorização:

- Nº de operações urbanísticas com demolição, alteração e/ou ampliação com manutenção de fachada em bens inventariados, classificados e em zonas de proteção, discriminadas pelas categorias de bens inventariados propostas no presente relatório.

3. Património Arqueológico

3.1 Preâmbulo

No início do século XXI, reconhece-se que o denominado ”Património Arqueológico” é assumido como “marca” reconhecida pelo trabalho do homem num território, constituindo prova da interação com o meio e o tempo, este expresso como cronologia. Tal é salientado na Convenção da Paisagem, promovida em 2000, na qual se entende a paisagem como “qualquer parte do território, tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter intrínseco é resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos”. Dito de outra forma, “A Paisagem é resultado do casamento do trabalho do Homem com a Natureza”[5].

Interpretando este conceito, pode entender-se a “Paisagem Cultural” como fruto do casamento da natureza com a cultura, na medida em que resultam exclusivamente de obras conjugadas da natureza com o homem. Ao aceitarmos que a paisagem é o resultado da transformação coletiva da natureza, isto é, a projeção cultural de uma sociedade num espaço determinado, temos que reconhecer e aceitar um intrínseco carácter dinâmico[6].

Qualquer abordagem ao território em épocas antigas confronta-se sempre com o desconhecimento, ou conhecimento ainda limitado, do que constituiria um mapa de ocupação do atual espaço urbano. Este mapa será sempre, fruto da estratigrafia do tempo, o resultado das marcas deixadas pelo homem nas épocas mais antigas, desde a pré-história. A mesma constatação aplica-se à Idade do ferro, à Romanização e à Alta Idade Média, apesar da evolução da investigação que o Porto teve nas últimas décadas. Apesar deste empenhamento, os conhecimentos são fragmentados. Fora do aro urbano do atual “centro histórico”, que nós agora sintetizamos como intramuralha, há descontinuidades no registo, resultado do ritmo irregular de realização dos trabalhos arqueológicos, os quais seguem o ritmo do licenciamento de obras e não seguem, como devia acontecer, prioritariamente, um plano estratégico de investigação de busca da cidade (bi)milenar. Há notícias de achados líticos ocasionais, ocorridos na primeira metade ou meados do séc. XX, que não têm, ainda, confirmação local, e habitats como o das Areias Altas e Ouro, que carecem ainda de cuidada investigação para que possa ser feita a identificação da área de ocupação e seja definida a tipologia dos sítios.

Acresce a necessidade de desenvolver uma análise supra municipal, assumido como território geomorfológico, de uso e exploração, naturalmente distinto do administrativo. Uma abordagem destas será um enorme contributo para a compreensão das estratégias de ocupação do atual espaço urbano, fundamental para épocas antigas, ainda não documentadas, “presumivelmente” existentes. Esta análise contextualizada num território mais abrangente permitirá criar um novo quadro de criação de “áreas de potencial valor arqueológico” com base em evidências encontradas nos concelhos vizinhos e geomorfologicamente correlacionados

[5] DOWER, MICHAEL, Le Paysage: Mariage de la Nature et de la Culture, *Patrimoine Européen*, 19, Estrasburgo, 1999, p. 19.
[6] Joan Nogué, El retorno al paisaje, *Enrahonar 45*, Universidade de Girona, Girona, 2010, p. 127.

com o Porto. Será o caso de monumentos megalíticos, neolíticos, como Antas e, também, o caso as vias estruturantes de territórios em todos os séculos.

Numa abordagem feita para fins de planeamento e gestão, como é um PDM, há que constatar e reconhecer, as profunda alteração verificadas em muitas áreas do Porto, mercê da densa ocupação do sítio, da intervenção e da urbanização que sofreu, mesmo em locais críticos patrimonialmente como é o caso, por exemplo, do morro da Penaventosa.

Este constante "mexer da cidade" assumido como valorativo, torna mais exigentes as intervenções preventivas e as programadas, reforçando a necessidade de um registo rigoroso, não só dos resultantes das escavações arqueológicas mas, também, dos contextos ainda preservados.

Assumindo-se a consciência da extrema exposição a que está sujeito o contexto arqueológico, especialmente o do "sítio fundador" da cidade, notada pela elevada densidade de áreas soterradas, constata-se a grande contradição nas novas intervenções, na medida em que a construção de caves são alternativas cada vez mais recorrentes às limitações impostas na ampliação em altura. À defesa da harmonia do olhar opõe-se a destruição do antigo conservado *in situ*, abaixo da denominada cota zero.

Na generalidade do edificado, denotam-se marcas de momentos construtivos anteriores à fase "estilística" da fachada, quer em muitos edifícios do denominado "centro histórico" quer noutros, fruto dos regulamentos almadinos e das imposições de realinhamento de fachadas. Em contrapartida, deverá ser reconhecida a salvaguarda dos edifícios que, tendo as fachadas sido alteradas, não tiveram grande afetação da restante construção. Há, por exemplo, registo de muitos edifícios com fachadas do séc. XIX cujas paredes de meação e tardoz são de cronologia anterior.

Como elemento de referência e dinamizador de problemáticas e incentivador de propostas de reflexão, registamos a existência de uma malha densa de toponímia antiga que sobreviveu na cartografia de Telles Ferreira. Tais informações podem revelar modelos de ocupação e de exploração do território que hoje em dia parece terem desaparecido, mas dos quais poderão existir indícios soterrados que a metodologia arqueológica poderá recuperar e inserir na valorização do território da cidade do Porto.

Defendemos que a estratégia de gestão seja alicerçada nas noções de Património Construído e de Paisagem Construída, a primeira entendida como "coisas feitas pelo homem e que é disponibilizado aos nossos sentidos por evidência direta ou só após exumação arqueológica"; a segunda como "fruto da História, da Geografia, e reflexo da Acão do homem e da natureza e das suas inter-relações, entendido como casamento da natureza com a cultura", analisando também os seus níveis de realidade, quer seja urbana, quer seja rural (Convenção Europeia da Paisagem, 2000).

É importante que o Porto esteja em estado permanente de investigação, contribuindo para o conhecimento, contribuindo para o crescimento.

Nº	Designação	Matriz	Caracterização
1	Centro Histórico do Porto	Habitat (Bronze, Castrejo, Romano, Medieval, Moderno)	O Centro Histórico do Porto, classificado Património Cultural da Humanidade, abrange o perímetro da Muralha Fernandina do séc. XIV e condensa uma malha urbana de arruamentos e edifícios em permanente construção desde a época medieval até aos nossos dias. O primitivo núcleo de povoamento, com origens no final da Idade do Bronze, implantado no morro da Sé mas com inquestionáveis extensões à zona ribeirinha, registou um crescimento urbano durante a romanização, ultrapassando o rio da Vila e chegando à margem direita do rio Frio (Miragaia). No final do reino suévico foi criada a diocese de Portucale (sede Meinedo) transferida para Portucale, provavelmente, após a conquista do reino visigótico. Após a regressão urbana que carateriza o período da Reconquista, a cidade retoma a sua dinâmica mercantil apoiada no porto da Ribeira (sécs. XI-XII), abrangido pela nova muralha (séc.XIV) e por um novo termo, configurando um novo espaço urbano.
2	Guindais	Habitat (Romano, Medieval, Moderno, Expansão urbana séc. XVIII)	Área extra-muros da cidade medieval, implantada uma antiga vertente sobre o Douro que termina numa estreita plataforma junto ao Douro, contígua à Lada. A zona inferior foi utilizada como cais, pelo menos desde finais da Idade Média, relacionando-se o topónimo Guindais com a existência da escarpa e de uma zona de receção de mercadorias - o cais - que seriam depois "guindadas" monte acima, tal como em Gaia. No cimo da escarpa o antigo postigo do Carvalho, depois Porta do Sol, ligava à Rua do Sol, um antigo caminho de saída da cidade, junto a Santa Clara, tendo sido detetados materiais romanos na área. A ocupação humana ao longo da vertente deverá ter-se iniciado em finais da idade média e de forma mais sistemática já na época moderna, expandindo-se em finais do séc. XVIII, data provavel da construção das Escadas dos Guindais.
3	Fontaínhas	Habitat (Expansão urbana séc. XVIII)	O Passeio das Fontaínhas, projeto de João de Almada e Melo (séc. XVIII) indicia a urbanização desta área, onde foram rasgadas outras artérias e onde se erguiam os matadouros da cidade desde fins do séc. XVII. No extremo nascente da alameda, perto da encosta, existiam alguns moinhos, aproveitando a passagem de um ribeiro que descia ao lugar da Aguada. Na área do Colégio dos Salesianos encontra-se documentada uma bateria militar das guerras liberais (1832-33), que seria aberta e sem fosso, denominada do Seminário (dado que foi edificada no terreiro Sul do antigo Seminário do Bispo que aqui existiu).
4	S.to Ildefonso-S.Lázaro	Habitat e Equipamento (Medieval, Moderno, séc. XVIII)	As ermidas de Santo Ildefonso e de São Estevão e Santo André, ficavam situadas extramuros, junto a uma antiga rua direita, estrada de saída da cidade pela Porta de Vandoma em direção a Paredes e Penafiel, importante eixo viário medieval. Pereira de Novais refere o achado de sepulturas com pedras redondas com cruzes e símbolos gravados junto à capela de S.to André, apontando a origem "goda" dos dois templos, à volta dos quais se fixaram casais e casas a ladear a estrada. Os primeiros documentos que relatam a ocupação em S. Lázaro ascendem ao século XIV altura em que é aqui criada uma gafaria, ficando o local a denominar-se São Lázaro em homenagem ao seu patrono. No Campo de S. Lázaro a câmara possuía em início de Quinhentos vários imóveis, e existiram oficinas de olaria que laboraram desde o séc. XVII até, sensivelmente, ao 2ºquartel do séc.XI Por aqui passa o aqueduto de Mijavelhas vindo da Arca de Água (Campo de 24 de Agosto) e se dirigia para a zona da Sé, documentado desde finais da do séc. XVI. O antigo Convento de Santo António da

			Cidade - hoje BPMP - começou a ser construído nos finais do séc. XVIII, junto ao Campo de S. Lázaro, entre a Rua Direita de Santilafonso, estrada velha, e a antiga Rua do Reimão, ligando ao Campo de Mijavelhas. A Rua do Reimão, hoje Duque de Loulé, corresponde ao traçado, alinhado, da antiga estrada velha que ligava ao Bonfim e Campanhã (Noeda).
5	Cordoaria, Carregal e Moinho de Vento	Habitat (Romano, Medieval, Moderno)	No Campo da Cordoaria, antigo Campo do Olival, terreiro fronteiro à Porta do Olival , estabeleceram-se os cordoeiros, que abasteciam o estaleiro de Miragaia, tendo existido depois uma fábrica criada por D. José. Daqui partiam as estradas para a Foz, para Vila do Conde e Braga, uma estrutura viária de provável origem romana. Neste local existiu a Ermida de Nª Senhora da Graça e a Ermida de S. Miguel-o-Anjo que a lenda atribui à iniciativa de D. Afonso Henriques e D. Mafalda, que deu nome ao Recolhimento do Anjo (1661). Em inícios do séc. XVII é criada a Alameda do Olival, possuindo o Concelho diversas casas na zona. A construção do convento do Carmo (1619), e do Colégio dos Orfãos (1651) são reflexo da expansão urbanística da área, de que sobrevive o testemunho do pequeno quarteirão agregado à atual Trv do Carmo, onde pontuam alguns imóveis seiscentistas. No Carregal havia uma torre, provavelmente relacionada com o Vínculo do Carregal (séc. XV) criado por João Martins Ferreira, e há referências ao Carregal de Baixo e Carregal de Cima em documentação de finais do séc. XVI, existindo ainda hoje o topónimo Beco do Paço. Mais a norte, regista-se a referência ao "Lugar e Cazal do Pinheiro" num documento de 1533, o qual estava situado entre a estrada velha de Guimarães e o caminho de Liceiras; nesta propriedade, outrora Quinta do Laranjal de Cima, que incluía a "Pena de Arca", foi construída, no séc. XVIII, a Casa e Capela da Quinta do Pinheiro.
6	Massarelos-Campo do Rou	Habitat com aproveitamento ribeirinho (Romano, Medieval, Moderno)	Em diversos arruamentos do núcleo antigo de Massarelos, no encaixado vale do ribeiro de Vilar, na encosta poente do morro do Palácio de Cristal, não longe da margem ribeirinha, foram identificados vestígios arqueológicos de época romana e medieval, com particular relevância na plataforma do Campo do Rou. Ao longo do ribeiro existiam vários moinhos, de que existem vestígios, sendo frequentes os achos de mós; em 1356 há referências documentais aos moleiros dos moinhos e azenhas de Massarelos, entre outros, sendo conhecidas as "azenhas de Vilar". A montante, na encosta da ribeira de Massarelos e ao longo da Rua de Entre-quintas existiam várias casas agrícolas e senhoriais, com destaque para a antiga Qunta dos Pacheco Pereira, aforada à Colegiada de Cedofeita, de que há referências desde o séc. XVI. No foral do abade D. Nuno, de Cedofeita, de 1237, existe a referência ao "porto do Crastelo", um indício importante para compreender o processo de ocupação desta zona. Na praia de Massarelos existiam "tábuas" onde era seco o sal, constituíndo as salinas de maçarelos. 1389: doação de um lugar sito em Massarelos ao Cabido do Porto. 1394: Igreja de Massarelos: origem numa ermida dedicada a S. Pedro Gonçalves Telmo edificada por homen do mar em agradecimento a um milagre na viagem de Londres ao Porto (cópia de doc de 1616); a ermida foi construída no "baldio de mato da Paxam (?) e criada a Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos.
7	Bicalho-Boa Viagem	Habitat com aproveitamento ribeirinho e Equipamentos (Medieval, Moderno, Séc. XIX)	Lugar localizado a poente da ribeira de Massarelos, em terrenos outrora integrados no couto de Cedofeita, tinha uma capela dedicada a Nº Senhora da Boa Viagem que alguns autores identificam como a primitiva matriz do lugar, talvez do séc. XVI, edificada por iniciativa dos mareantes, e que terá entrado em decadência após a edificação do novo tempo de S. Pedro de Massarelos, acabando por ser demolida. Em

			finais do séc. XIV foi um local escolhido para construção de uma torre de suporte à corrente de ferro de proteção ao porto da Ribeira, projeto que não terá sido concretizado. Daqui subia-se à Pena, pelo Gólgota, e à Arrábida, tendo sido um local escolhido, a partir do séc. XVIII para construção de casas senhoriais e, já no séc. XIX instalaram-se importantes espaços industriais na zona ribeirinho, como a Fundição de Massarelos. A Carta Topográfica das Linhas do cerco do Porto assinala a "bateria do Bicalho".
8	Pena-Vilar	Habitat (Medieval, Moderno)	Pena - Sítio localizado numa zona elevada, com vertente para o vale do ribeiro de Massarelos e para o Douro, próximo do caminho antigo que ligava à cidade, pelo Campo do Olival, e à zona da Arrábida e zona liotral da cidade. O topónimo, vulgar no Entre-Douro-e-Minho está geralmente associado a um relevo com afloramento rochoso e boa implantação estratégica, onde se implantaria uma pequena estrurura defensiva do período da Reconquista, de controlo territrial, neste caso também relacionada com a passagem da via antiga; neste ponto seria possível controlar a zona sul, de Massarelos e a zona da Arrábida. O lugar do Vilar, o mesmo topónimo do ribeiro que desagua em Massarelos, acompanhava a estrada para a Foz e Lordelo, parte da atual Rua do Vilar, que neste lugar cruzava com o caminho que vinha de Massarelos e o que seguia para Vila do Conde. Este lugar fazia parte do antigo couto de Cedofeita, existindo referências às azenhas de Vilar em documentos dos séculos XVI e XVII.
9	Bom Sucesso	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Ponto de encontro de vários caminhos - o que vinha de Vilar, o de Lordelo e o de Cedofeita, neste pequeno largo foi edificada uma casa com capela, em finais do séc. XVII e inícios do séc. XVIII, local que fica situado nas proximidades da Agra do Monte; a propriedade foi adquirida por um mercador rico do Porto, que mandou colocar, junto à capela de invocação de Nª Senhora do Bom Sucesso, que reformou, uma fonte com uma inscrição datada de 1748. No local existiu um importante reduto militar no Cerco do Porto (1833-1834) que tinha várias estruturas associadas.
10	Arrábida	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	O topónimo Arrábida terá, segundo alguns autores, origem árabe, tendo-se desenvolvido um pequeno lugar numa chã mais recuada da linha de rio, na vertente poente do morro da Arrábida, sobranceiro ao Lugar do Ouro, onde passava a antiga Via Veteris. As Inquirições de 1258 referem "quod una via veteris incipitur in fluvio Dorii in loco qui dicitu Arraba".
11	Ouro-Santa Catarina	Habitat (Romano, Medieval)	Morro bem destacado na paisagem, com implantação topográfica dominante sobre a barra do Douro. No sopé, a Sul e a Sudeste, mais precisamente na Rua do Ouro e na Calçada do Ouro, assim como junto à Rua do Aleixo, foram descobertos vestígios arqueológicos de época romana/alti-medieval (v. ficha 26). As condições deposicionais dos materiais, no caso de sondagens efectuadas na Calçada do Ouro e próximo da Rua do Aleixo, sugerem ter existido um núcleo de ocupação antiga a cota superior, designadamente neste monte. A capela de Sta. Catarina é referenciada desde o séc. XIV, tendo sido edificada por navegantes.

12	Santa Eulália	Habitat com aproveitamento ribeirinho (Medieval)	O ermo de Sta Eulália junto a Lordelo, foi doado em 1144 por D. Afonso Henriques aos eremitas de Tarouca, desconhecendo-se a época da sua fundação. Esta ermida estava ligada á Granja de Lordelo, que deu o nome ao caudaloso ribeiro que desagua no Douro. O pequeno couto de Sta Eulália integrava o troço final da Ribeira da Granja, perto da sua foz, no local onde existem uma pequena enseada trasnformada em "ilhotas" na maré cheia. Na delimitação do couto surgem referências a "Marinha" e à "Barreira do Esteio" e a "Sobreiras", entre outras. Em 1163 foi promulgada uma bula papal que refere a "granja de Portugale", que confirma a propriedade do sítio ao mosteiro de Tarouca. As origens da capela de nª Sª da Ajuda e da imagem - encontrada no meio das silvas - poderá estar relacionada com esta antiga ermida.
13	Pasteleira	Habitat (Pré-história, Romano, Medieval)	Morro com boa implantação sobre o vale da Ribeira da Granja e sobre a foz do Douro, havendo registos de achados líticos pré-históricos na zona da Pasteleira e estruturas relacionadas com o Cerco do Porto (Reduto do Pinhal e Flecha dos Mortos).
14	Quinta dos Frades	Habitat Rural e Equipamentos (Medieval, Moderno)	A Quinta dos Frades situa-se no denominado Monte da Carreira, onde em 1780 se fundou a Brévia ou Hospício de S. Francisco de Paula, uma casa com capela anexa. O lado poente confronta com a antiga estrada que subia do Ouro em direção a Bouças. No interior da propriedade, que é atravessada pela Ribeira da Granja, ainda existe um moinho com azenha.
15	Foz Velha	Habitat (Pré-história, romano, medieval, moderno)	O núcleo antigo da freguesia da Foz do Douro ou "Foz Velha" incorpora um conjunto de imóveis de grande importância arquitetónica, alguns deles classificados (Fortaleza de S. João da Foz do Douro, Igreja Matriz, Capela-farol, Passos, etc), assim como vários exemplares de arquitectura civil datáveis dos sécs. XVI a XVIII. A povoação da Foz surge referida na documentação do séc. XII, e poderá aqui ter origens na época romana, hipótese indiciada pelo achado de uma ara romana integrada no alicerce da primitiva ermida de S. João da Foz (Interior do Castelo) e da estátua (togado) no Rio Douro. Na zona da Foz (castelo e cemitério) foram também recolhidos alguns líticos pré-históricos.
16	Monte da Luz	Equipamentos (Pré-história, medieval, moderno)	O atual Farol de Nossa Sra. da Luz no topo do Monte da Luz, foi edificado no séc. XVIII junto à Capela da mesma invocação, construída no séc. XVI. O farol de Nossa Senhora da Luz foi mandado edificar em 1758 pelo Marquês de Pombal, e durante o Cerco do Porto foi seriamente danificado tendo sido reconstruido em 1834. Em 1866 é reconstruído reaproveitando silhares da antiga ermida de Nossa Senhora da Luz. No local existiu ainda o Forte da Luz, reduto militar fechado e com fosso das guerras liberais (1832-33).O Monte da Luz tem uma implantação topográfica dominante sobre a área envolvente, nomeadamente sobre o mar e a foz do Douro. Num afloramento granítico que sobressai no topo, observa-se pelo menos uma gravura rupestre com motivo geométrico. Nas proximidades foram recolhidos seixos lascados pré-históricos no cemitério da Foz.
17	Ervilha	Equipamento (Pré-história, Moderno)	O Forte da Ervilha corresponde a um reduto militar da época do Cerco do Porto (1832-33), poligonal e com trincheiras, e fazia parte de um programa de estruturas defensivas articuladas entre si. Além da estrutura militar, foram identificados materiais arqueológicos da Idade do Ferro (?) e nas imediações foram recolhidos achados líticos avulsos, eventualmente pré-históricos.

18	Castelo do Queijo-Carreiros	Habitat e Equipamento (Pré-história, Romano, Medieval, Moderno)	Na área Sudoeste do Parque da Cidade, contígua à ZEP do Castelo do Queijo, foram descobertos isnstrumentos líticos enquadráveis no Mesolítico, semelhantes aos materiais exumados pelos trabalhos realizados na área envolvente ao Castelo do Queijo. Ainda na Praça Gonçalves Zarco e na zona contígua do Parque da Cidade, foram detetados três grandes tipos de depósitos: eólicos, erosivos, e um depósito lagunar; a dispersão dos materiais arqueológicos nos depósitos dunares (eólicos) resultou da ação das correntes responsáveis pelo arrastamento das areais e da maior parte do material lítico, fenómeno testemunhado pela presença de canais erosivos. O Castelo de S. Francisco Xavier do Queijo data da 2ª metade de Seiscentos (1643), tendo sido edificado para proteção da costa durante a Guerra da Restauração. O forte, de planta trapezoidal irregular, é uma fortificação abaluartada envolvida por fosso, com ponte levadiça no acesso ao portal.
19	Igreja Velha de Nevogilde	Habitat Paroquial (Medieval, Moderno)	A igreja de Nevogilde, referida na documentação medieval, nomeadamente nas Inquirições de 1258, estaria associada a uma pequena paróquia que está na origem do lugar de Nevogilde. No séc. XVIII foi construído um novo tempo, por o primeiro se encontrar em local afastado da povoação que, entretanto, se tinha desenvolvido mais próximo de Passos; a primitiva igreja foi abandonada tendo sido reaproveitados alguns materiais de construção, nomeadamente algumas pedras, mas a localização do sítio original, que estsrá num aro de cerca de 600 metros para poente, permanece desconhecida.
20	Núcleo histórico de Nevogilde	Habitat Rural (Pré-história, Medieval, Moderno)	Ao Lugar de Nevogilde vinham dar os caminhos que, da Foz e de Passos, seguiam em direção a Matosinho; o lugar desenvolveu-se um pouco afastado da primitiva ermida, que ficariam mais próxima da costa, e nas Inquirições de 1258 a vila de Louygildus, cuja igreja era dos mosteiros de Sto Tirso e de Pombeiro. No séc XVIII é edificado um novo templo, rodeado por extenso adro onde confluem vários caminhos. Existem notícias de recolhas antigas de instrumentos líticos na área da freguesia
21	Lugar de Passos	Habitat Rural (Pré-história, Romano, Medieval, Moderno)	Perto de Passos, junto a Cristo Rei, num corte de terreno, apareceu cerâmica romana, tendo também sido recolhidos alguns instrumentos líticos que foram datados do Paleolítico. Na época medieval, o lugar de Passos desenvolve-se a partir da encruzilhada dos caminhos que vinham de S. João da Foz e de Nevogilde, com a ligação à estrada que ligava o lugar do Ouro - travessia do Douro - em Lordelo, a S. Martinho de Aldoar e a Bouças (provável Via Veteris).
22	Vilarinha	Habitat Rural (Romano, Medieval)	A villa de Aldoar será anterior à edificação do primitivo ermo de S. Martinho e S. Miguel Arcanjo, edificado em 944. Na primeira metade do séc. XI, a ermida e seu ermo foram legados a D. Unisco Mendes e a seu filho D. Osoredo Troitosendes, que, por sua vez, os doaram ao mosteiro da Vacariça. Nas Inquirições de 1258, a vila de Aldoar pertencia à Ordem de S. João do Hospital, que detinha 20 dos 23 casais da vila, sendo apenas 3 do rei.
23	Fonte da Moura	Habitat Rural (Pré-história, Romano)	A estação da Fonte da Moura foi identificada em 1969, aquando da abertura da Rua de Sagres, tendo-se recolhido instrumentos líticos num nível de praia observado visível num corte do terreno, em princípio enquadráveis na Pré-História antiga. Segundo D. Domingos de Pinho Brandão, nesta rua foram também recolhidos fragmentos de cerâmica romana.

24	António Aroso	Habitat Rural e Equipamentos (Romano, Medieval)	Colina bem destacada na paisagem, com potencial para ocupação de época medieval, relacionada nomeadamente com uma eventual atalaia ou ponto fortificado. Fica muito próxima da igreja velha de S. Martinho e S. Miguel Arcanjo, referida em documento de 944, e junto à via que atravessando o Douro no lugar do Ouro, seguia para Bouças. CAFA localiza o castro Mafamudi, um dos castelos documentados até ao ano Mil, em Aldoar, admitindo-se a sua implantação nesta colina, pese embora a inexistência de vestígios arqueológicos até à data.
25	Igreja de S. Martinho de Aldoar	Habitat Paroquial (Romano, Medieval)	A primeira referência documental à igreja de S. Martinho de Aldoar remonta ao séc. X (944). O templo actual, no entanto, é obra genericamente do séc. XVIII, e localiza-sejunto à antiga via (romana?) que vinha do Ouro em direção a Bouças. Aqui realizaram-se recentemente sondagens arqueológicas de avaliação prévia, no âmbito de obras de remodelação do edifício, tendo-se encontrado vestígios essencialmente de época contemporânea.
26	Lugar de Vila Nova-Aldoar	Habitat Rural (Medieval)	Desconhece-se a origem do Lugar de Vila Nova, um pequeno aglomerado de casas rurais que se desenvolveu um pouco afastado do lugar de Nevogilde, e onde existe a Rua da Vila Nova de Cima. Recentemente foram recolhidos alguns espólios cerâmicos da época medieval, numa intervenção de acompanhamento realizada numa das parcelas do lugarejo.
27	S. Salvador de Ramalde	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Na época de D. Sancho II esta parcela de território denominava-se Ramunhaldy e era constituído por cinco lugares: Francos, Requezendi, Ramuhaldi Jusão e Ramuhaldi Susão (atualmente Ramalde do Meio). As Inquirições de 1258 referem a igreja e lugar de Ramalde, propriedade régia, cujos limites chegavam a Paranhos e ao Seixo, existindo alguns casais pertença dos mosteiros de Cedofeita e Tarouca. Na 1ª 1/2 do século XVI, João Dias Leite compra à família de Vasco Gil de Bacelar, senhor da Torre e Solar de Bacelar, uma casa de morada - torre e edifício anexo (?) - e terras no lugar de Ramalde, de que sobrevivem a estrutura da torre, e outros elementos. 1581 data provavel edificação da capela de S. Roque por uma congregação da cidade em local próximo à casa.
28	Casa da Prelada	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Construção do séc. XVIII, da autoria de Nicolau Nasoni. As primeiras referências documentais reportam-se às Inquirições de 1258, quando existiam quatro casais – um na posse da rainha D. Mafalda e três na posse de Domni Silvestre. No século XVII é aqui edificada uma propriedade que, ao longo dos séculos, vai ser alvo de várias intervenções e ampliações sendo a mais conhecida a realizada no século XVIII por Nicolau Nassoni.
29	Quinta da Prelada	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	A Casa da Prelada compreendia uma extensa propriedade, com as suas áreas de cultivo, e de parque, além da mata. No parque, uma alameda conduzia ao lago, protegido por um "castelo", tendo este conjunto sido cortado pela VCI.
30	Carvalhido	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Situado na confluência de vários caminhos e junto à importante estrada para Vila do Conde, o topónimo Carvalhido aparece referido em documentos do séc. XVI, existindo então um casal foreiro à Misericórdia designado Casal do Carvalhido, a par do Casal das Vendas, topónimo associado a um pequeno conjunto de casas com a tradicional pedra saliente no vão térreo, de apoio ao tabuleiro que ainda se encontram em antigos caminhos do Entre-Douro-e-Minho. No atual largo do Exército Libertador existiu uma linha defensiva e uma bateria, com posto de controle sobre a estrada de Vila do Conde.

31	Agra do Monte	Habitat Rural e Equipamento (Medieval, Moderno)	A Carta Topográfica das Linhas do Cerco do Porto assinala um grande reduto militar no campo da Agra do Monte, desconhecendo-se a sua localização exata.
32	Monte da Lapa	Habitat e Equipamento (Romano, Medieval, Moderno)	O Monte da Lapa fica junto à antiga estrada velha de Braga, outrora Rua da Rainha, atual Rua de Antero de Quental, e alguns dos seus troços poderão corresponder à via romana que ligava Cale a Bracara Augusta. Pela sua topografia e domínio sobre o território envolvente, poderá ter funcionado como ponto de vigia na época da Reconquista, admitindo-se anteriores ocupações. O Monte da Lapa será o Monte de "germinade" citado na carta de doação do couto do Porto ao Bispo da cidade, em 1120, de que subsiste o topónimo Germalde. A existência de um padrão em pedra do séc. XVII na Capela do Senhor do Socorro (ou do Senhor do Olho Vivo), remete-nos para o Padrão Velho de Santo Ovídio, citado na documentação do séc. XVIII, indicador da passagem de uma importante via. O edifício de planta circular existente no topo da elevação, e que se assemelha a um moinho, poderá estar relacionado com o "telégrapho" ótico assinalado na cartografia do Porto a partir de 1834, designação que pode estar na origem do vocábulo "Olho Vivo".
33	S. Braz	Equipamento (Moderno)	Bateria do Cerco do Porto: estrutura aberta, sem fosso, com parapeitos onde se rasgavam quatro canhoneiras, que funcionava articulada com a bateria do Covelo e das Medalhas.
34	Companhia Aurifícia	Equipamento (Moderno, séc. XIX)	A Companhia Aurifícia foi uma das fábricas pioneiras de ourivesaria, fundição, laminagem e estampagem de metais em Portugal. Constituída em 1864, concentrava no mesmo local a fábrica, a oficina e a habitação do empresário. Fica próximo da antiga estrada que saía do Porto em direção a Vila do Conde, passando pelo couto de Cedofeita (Rua de Cedofeita).
35	Burguães e Germalde	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	O topónimo Germalde surge referido na carta de couto de D.Teresa ao bispo do Porto, como um dos limites do couto antes de passar em Cedofeita. Nesta zona passa a importante estrada velha para Braga, sensivelmente no alinhamento da Rua Antero de Quental. O lugar de Burgães, topónimo que deriva de burgo, é um pequeno aglomerado orgânico, situado num pequeno outeiro sobranceiro às bouças do monte Cativo, referido na documentação do séc. XVII.
36	Igreja do Senhor do Bonfim	Equipamento (Moderno)	A igreja do Senhor do Bonfim e da Boa Morte foi construída no cimo de pequena elevação situada no entremo sul do Monte do Bonfim, sobre a estrada velha de Santo Ildefonso para Campanhã; nas imediações terá existido uma forca. O local oferece boas condições para a localização de um posto de controle/ vigia. A igreja foi edificada 1874-94 em substituição de uma capela construída em 1750, a qual antecedeu uma outra mais pequena também setecentista. No topo desta elevação existiu uma bateria militar das guerras liberais (1832-33).
37	Bom Pastor	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Local onde terá existido um importante reduto liberal, a bateria das Medalhas, durante o Cerco do Porto. Este morro poderá corresponder às "Penhas de Regueira" referidas na carta de ampliação do couto do Porto, de D. Afonso Henriques
38	Arca d'Água	Equipamento (Moderno)	Antigo manancial - também chamado manacial de Paranhos - onde se encontram três nascentes de água que, a partir de finais da época moderna começaram a ser aproveitados para abastecimento de fontes da cidade, com construção de galerias subterrâneas.

39	Lugar do Couto	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Pequeno lugar de cariz rural situado perto do largo de Campo Lindo, cujo topónimo poderá relacionar-se com o antigo couto de Paranhos, que D. Afonso IV outorgou aos bispos do Porto em 1341, existindo uma referência ao casal do Couto, propriedade da Mitra.
40	Lugar de Campo Lindo	Habitat Rural e Habitat Paroquial (Medieval, Moderno)	Campo Lindo ocupa um antigo largo - objeto de um plano em 1838 - onde confluiam vários caminho (para a Igreja de Paranhos, para a Aldeia do Couto, para o lugar da Travessa, para Arca d'Água, etc), e provavelmente terá origem numa bifurcação da antiga estrada para Guimarães.
41	Covelo	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Existe um documento de 1440 que refere a fonte do Covelo. A Quinta do Covelo, construída no séc. XVIII e atualmente quase em ruínas, abrange um pequeno morro com boa implantação topográfica e boa visibilidade em redor, possuindo potencial para ocupação de época antiga. No século XVIII, a quinta do Covelo, era chamada do Lindo Vale ou da Boa Vista, tendo sofrido os efeitos do Cerco do Porto e da presença de um reduto militar (1832-33) no cimo da elevação.
42	Antas-Salgueiros	Necrópole (Pré-História)	Esta zona situa-se perto da antiga Rua das Antas de Cima, topónimo que deve o seu nome aos monumentos megalíticos que outrora terão sido construídos no planalto das Antas, alguns dos quais referido em documentos medievais, como a Arca de Samigosa ou Mamoa Pedrosa. No séc. XVII-XVIII foi edificado o solar de Salgueiros, propriedade que se encontra abandonada.
43.1	Lugar de Contumil (a Sul, Lugar das Antas de Cima)	Necrópole (Pré-história)	Seria em Contumil o paço ("pallatium" = centro de uma antiga "villae") de Garcia Gonçalves, cujo surge referido na carta de couto de D. Teresa. Nas Inquirições de 1258 há uma referência a "Gontemir", sendo o único lugar de camapnhã que não integrava o couto do bispo do Porto. O lugar de Contumil é referido na documentação do Cabido (ADP), existindo um doc de 1341 (auto de posse de umas casas e um casal) e um prazo de 1468, em que surge designado como a "aldeia de Gontumil". Um documento do séc. XVIII refere o casal da Torre na aldeia de Contumil. Com implantação dominante sobre o vale de Campanhã, parece conservar ainda vestígios do seu núcleo primitivo, perceptíveis no traçado das ruas e na existência de algumas casas dos sécs. XVI e XVII. Próximo de Contumil, a Sul, existia o antigo "lugar das Antas de Cima" (cartografia de 1892)
43.2	Lugar de Contumil	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Seria em Contumil o paço ("pallatium" = centro de uma antiga "villae") de Garcia Gonçalves, cujo surge referido na carta de couto de D. Teresa. Nas Inquirições de 1258 há uma referência a "Gontemir", sendo o único lugar de camapnhã que não integrava o couto do bispo do Porto. O lugar de Contumil é referido na documentação do Cabido (ADP), existindo um doc de 1341 (auto de posse de umas casas e um casal) e um prazo de 1468, em que surge designado como a "aldeia de Gontumil". Um documento do séc. XVIII refere o casal da Torre na aldeia de Contumil. Com implantação dominante sobre o vale de Campanhã, parece conservar ainda vestígios do seu núcleo primitivo, perceptíveis no traçado das ruas e na existência de algumas casas dos sécs. XVI e XVII. Próximo de Contumil, a Sul, existia o antigo "lugar das Antas de Cima" (cartografia de 1892).

44	Monte dos Congregados	Equipamento (Moderno)	O Monte dos Congregados corresponde a uma elevação onde se encontra referenciada uma das maiores baterias militares das guerras liberais (1832-33), que constituía um reduto fechado e sem fosso.
45	Lugar da Ariosa	Habitat Rural e Equipamento (Medieval, Moderno)	Antigo lugar do couto de Paranhos, situado perto da estrada velha de Guimarães, integrava o couto de Paranhos. Nesta área existiu um reduto miguelista, fechado, sem fosso nem canhoneiras, mas com paiol.
46	Lugar de Rebordões e Currais	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Área de toponímia antiga, por aqui passava o caminho que vinha da Cruz da Regateira, em direção ao antigo mosteiro de Rio Tinto. Currais e Rebordãos (?) surgem referidos na carta de doação do couto de Rio Tinto ao seu mosteiro, por D. Afonso Henriques. Nesta zona existem diversos afloramentos graníticos e áreas não urbanizadas que poderão ainda conter alguns vestígios de ocupação antiga.
47	Lugar de Vila Cova	Habitat Rural (Romano, Medieval)	A carta de couto de D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Rio Tinto e sua abadessa D. Ermezinda Guterres, de 1141, refere o topónimo Vila Cova ao definir os limites do território coutado. Segundo se lê na monografia de Campanhã, perto de Vila Cova passava uma das variantes da estrada velha que vinha de Santo Ildefonso e Bonfim, a qual subindo a Vila Cova e à Ranha, passava junto ao mosteiro de rio Tinto, subia por S. Sebastião e juntava-se à outra variante (Campanhã) em Vale de Ferreiros.
48	Lugar da Bouça e Asprela	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Antigos lugares rurais do couto de paranhos, pertença da Mitra do Porto por doação de Afonso IV em 1341. O Censual da Mitra do Porto refere, em 1542, o Casal da Bouça, e no séc. XVIII existe o topónimo "Lugar da Aldeia da Bouça". As memórias paroquiais do séc. XVIII aludem ao Casal da Asprella.
49	Lugar de Paranhos	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	Documento de 1058 (uma doação ao mosteiro de Campanhã) refere a "villa paramio" (Paranho). O Censual do Cabido do Porto refere, para 1123, a Igreja de São Veríssimo de Paranhos (Villa quae dicitur Paramus… Ecclesia sancti veriximi de paramio). Paranhos foi Couto de bispos desde 1341, ano em que o rei D. Afonso IV a confirmou à Mitra do Porto. A igreja sofreu obras profundas em 1845 (reconstruída) por se encontrar muito degradada, mas manteve a orientação canónica.
50	Igreja de Sta. Maria de Campanhã	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	O topónimo "campanhã" deriva de "campaniana" que, segundo J. Piel, deriva de "Campanius", mas para Alberto Sampaio "campaniana" será um exemplo, raro, de gentilício romano. Em 994 existe uma referência ao "ribulum campaniana", rio de Campanhã (atual Rio Torto). A igreja de Sancta Mariae de Campanham existe pelo menos desde 1058 - carta de doação de bens diversos ao mosteiro de Santa Maria, na «villa campaniana», que foi herdada, com suas pertenças, pelo doador, abade do Mosteiro - e S. Mamede e S. Cristóvão (Rio Tinto) surgem associados a Campanhã no séc. XI. Em 1100 há uma doação ao mosteiro de Santa Maria de Campanhã, feita por Paio Gonçalves, irmão de Garcia Gonçalves, cujo "pallatium" surge referido na carta de couto de D. Teresa. As Inquirições de 1258 fazem referência à "villa que vocatur Sancta Maria de Camapanaa", indicando diversos lugares. No séc. XV a igreja possuía, em edifícios anexo, uma albergaria, para apoio a quantos percorriam a importante via para Trás-os-Montes que saía junto à Igreja de Sto Ildefonso e seguia, pelo Poço das patas e Bonfim até à Corijeira, onde bifurcava, descendo a Campanhã, seguia pra Vale de Ferreiros. A actual da igreja de Santa Maria de Campanhã é obra do séc. XVIII (com obras nos sécs. XIX e XX), mantendo a orientação canónica, pelo que poderá ter sido feita sobre o anterior templo. Situa-se numa pequena elevação na encosta do Monte da Bela, abrindo para o vale.

51	Presa Velha-Lugar da Formiga	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Existem referências à "aldeia da Formiga" em 1664, mas este pequeno núcleo, situado numa pequena chã na encosta setentrional do monte de Noeda, voltada ao Douro e ao esteio de Campanhã, próximo da importante estrada para Entre os Rios, poderá ter uma origem antiga. Nas Inquirições de 1258 há referências ao "loco qui dicitur Pressa", mas não sabemos se é este o local.
52	Marginal do Freixo e Central Elétrica	Habitat Rural (Pré-história, Romano, Medieval)	Em 1943, no decurso da construção da estrada marginal ao Douro, mais concretamente entre a Quinta da China e o Esteiro de Campanhã, foram recolhidos, num corte do terreno, utensílios líticos num nível sedimentar do terraço fluvial que podem remontar à Pré-História antiga. Mais recentemente foi recolhido um fragmento de cerâmica pré-histórica na intervenção na Central Elétrica do Freixo. Esta importante unidade industrial começou a laborar em 1927.
53	Esteio de Campanhã	Habitat com Aproveitamento Ribeirinho (Pré-história, Romano, Medieval, Moderno)	Em 1943 Russel Cortez terá descoberto materiais líticos num terraço do rio Douro, de cronologia pré-histórica, entre a Quinta China e o esteio de Campanhã. Na época medieval há referências a pesqueiras no Douro. Esta zona abrange ainda o Palácio do Freixo, obra de Nicolau Nasoni, construído em meados do séc. XVIII, embora aqui tenham sido descobertos vestígios arqueológicos mais antigos, datáveis da 2ª metade de Seiscentos. A Quinta da Revolta, com solar do séc. XVIII, está situada a meia encosta do morro de S. Pedro de Campanha, numa pequena elevação existente junto a um dos meandros do rio Tinto, próximo da sua foz e do esteiro, um local com condições topográficas para a implantação de uma ocupação antiga. Para o séc. XIX, das primitivas instalações da fábrica de lavagem de lã, fundada no dealbar do século, apenas resta um edifício, no lugar do Esteiro de Campanhã, mesmo junto à foz do rio Tinto. Posteriormente instalou-se também no local uma fábrica de sabão.
54	Lugar de Noeda	Habitat Castrejo (Castrejo)	O lugar de Noeda surge mencionado em documentação do séc. XII como "castrum de Noeda" (per Lunetam seguia pelo «ribiro de Conairo (Conari riuulum), surgindo também nas Inquirições de 1258 "loco que dicitur Luneta". A tradição oral ainda parece reconhecer nos dias de hoje o topónimo "campo do Castro" ou "do Crasto" no topo de uma colina a Norte do lugar, mais concretamente em terrenos contíguos a uma fábrica de moagens. Estes elementos, conjugados com a dominância visual que se alcança do cimo da elevação, sobretudo para o sector Nascente, sugerem que pode tratar-se de um sítio que teve ocupação na Idade do Ferro, apesar de se encontrar em boa parte afectado por construções.
55	Lugar do Monte da Bela	Equipamento (Medieval, Moderno)	Zona com boas condições topográficas para implantação de uma atalaia na época medieval, de onde deriva o nome "Monte da Bela", uma deturpação de "Monte da Vela", existindo a referência ao Outeiro da Vela em meados do séc. XVII, e para o séc. XVIII há referências à "aldeia do Monte da Vela".
56	Quinta de Vilar d'Allen	Habitat Rural e Equipamento (Romano, Medieval, Moderno, séc. XIX)	Casa e quinta oitocentistas, encontrando-se ainda referenciado no seu perímetro um reduto militar das guerras liberais (1832-33), poligonal e com fosso. No local existiu também a fábrica de curtumes "do Simão", datada de meados do séc. XIX, de que ainda restam alguns vestígios.
57	Lugar de Tirares	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Pequeno aglomerado rural situado no fértil vale de Campanhã, existindo a referência, para 1422, a uma zenha de Tirares aforada ao Cabido do Porto
58	Lugar do Ribeirinho	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Pequeno núcleo rural próximo de Tirares situado junto ao rio Torto, integrado no aro de Campanhã.

59	Lugar da Granja	Habitat Rural (Romano, Medieval)	O Lugar da Granja terá pertencido ao couto de Campanhã, existindo referências na documentação à aldeia do Monte da Granja (séc. XVI), situada junto ao ribeiro de Campanhã.
60	Esporão sobre o Rio Tinto	Habitat (Castrejo, Romano)	Pequeno esporão situado numa curva do rio Tinto, com condições para uma ocupação antiga, ainda que sazonal.
61	Lugar de Godim	Habitat Rural (Romano, Medieval)	O lugar de Godim surge já referido na documentação medieval, como Vilar de Godim, da "villa campaniana" (1058), constituindo um pequeno aglomerado situado não longe da estrada velha para Vandoma e Penafiel. Segundo Joseph M. Piel, Godim, genitivo de nome de pessoa Gutinus, ampliação com o sufixo - inus de Goto, Godo, Goda.
62	Antas	Necrópole (Pré-história)	Área situada no planalto das Antas, onde poderão existir vestígios relacionados com aquela antiga ocupação de que ficou memória na documentação medieval, nomeadamente as referências à "Arca da Samigosa" e "Mamôa Furada". Junto à estrada velha para Guimarães, o Cabido do Porto possuía, no séc. XVII, a Quinta das Regateiras, onde terá sido edificado o Hospital Conde Ferreira.
63	Tronco	Habitat Rural (Medieval)	A antiga Quinta do Tronco, onde hoje é a Rua do Amial e Rua Nova do Tronco, foi outrora propriedade da Mitra do Porto, integrada no couto de Paranhos doadao por D. Afonso IV em 1348 aos bispos do Porto.
64	Frente marítima da Avenida Brasil	Habitat (Pré-história)	Área de potencial arqueológico pelo achado de materiais líticos nas imediações. Neste zona, a nascente do molhe, existiu um porto de abrigo, que servia de alternativa ao porto da Ribeira, quando as condições do mar não permitiam a entrada na barrad do Douro.
65	Igreja de S. Martinho Lordelo	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	Nas Inquirições de 1258 surgem referências à vila de Loordello do Julgado de Bouças, pertença do rei, com uma igreja e 26 casais (2 despovoados). Por aqui passava a importante via romana que saía do Ouro em dieção a Bouças e Leça. O documento mais antigo referente a este templo é de D. Afonso Henriques, datado de 1144, referindo a existência de um templo religioso na paróquia de Lordelo do Ouro, num lugar denominado por Eyrado, presumivelmente no mesmo local onde hoje está implantada a actual igreja paroquial. O templo atual é da 2ª metade do séc. XVIII, tendo substituído um outro de menores dimensões. As intervenções arqueológicas até ao momento realizadas no local permitem estabelecer uma longa sequência ocupacional, tendo sido identificados níveis de ocupação tardo-romanos, com espólios e estruturas, e níveis medievais, com estruturas e cerâmicas datadas da século IX e X.
66	Palácio de Cristal	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Morro com boa implantação topográfica sobre o rio Douro. Na encosta, a Poente, sobretudo na plataforma do Campo do Rou, foram descobertos vestígios arqueológicos de época romana (v. ficha 25). Numa escritura de 1445 surge a referência ao Lugar da Macieirinha que estava acima de Massarelos, e referindo ainda o "ribeiro do Vilar". No sopé, a Sudoeste, já perto da marginal, existe o sugestivo topónimo "Cristelo", geralmente associado a ocupação proto-histórica ou alti-medieval. No topo do morro, em local assinalado na cartografia antiga, D. João III mandou erguer, em 1530, a Torre da Marca, uma construção em pedra que servia de marca à navegação das embarcações que cruzavam o Douro.
67	Boa Nova	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	Edificação da Baixa Idade Média, mais conhecida por Torre de Pedro Sem ou da Marca, da 1ª metade do séc. XIV, foi mandada construir por Pero Docém, chanceler-mor de D. Afonso IV. Existe, para 1431, uma referência à quinta da torre de Pero Sem. No séc. XV a propriedade é conhecida por Quinta da Boa Vista. A torre primitiva tinha frestas por cima do piso térreo, e posteriormente nela foram rasgadas janelas

			modernas. Originalmente a porta de acesso à torre encontrava-se a uma cota mais elevada. Em inícios do séc. XVII foi erigido um padrão nesta zona, hoje em dia integrado num cunhal da Capela do Senhor da Boa Nova, edificada no séc. XVIII, época em que é construída a casa da Torre da Marca, junto à torre, pela família Brandão. Numa obra realizada num dos edifícios próximos da Capela voltados à Rua D. Manuel II, foram identificados, no decurso de uma obra, algumas cerâmicas de cronologia medieval.
68	Quartéis	Habitat e Equipamentos (Medieval, Moderno)	Esta zona, que acompanha a estrada que ligava a Lordelo e à Foz, passando perto da Torre de Pedrossem em direção aos lugares de Vilar e Pena, é uma zona "natural" de crescimento da cidade, nela se cruzando outras artérias antigas, como a que ligava a Monchique e a Cedofeita. Daí o aparecimento de importantes edifícios, como o Palácio dos Carrancas, de finais do séc. XVIII, em estilo neoclássico, atribuído a Joaquim da Costa Lima Sampaio, projetado para residência e fábrica, tendo servido de residência a D. Pedro no Cerco do Porto (1832). Em terreno fronteiro erguiam-se os quarteis da Torre da Marca, integrados no atual espaço do edifício da Universidade e dos serviços do Hospital de Santo António, de que se conserva um portal setecentista inserido numa ala do antigo quartel.
69	S. Pedro de Miragaia	Habitat com aproveitamento ribeirinho (Pré-história, Romano, Medieval)	Núcleo populacional antigo, que se desenvolveu frente à praia de Miragaia, no vale do Rio Frio, ribeiro que serviu de demarcação do couto outorgado por D. Teresa ao Bispo D. Hugo, constituía o principal arrabalde da cidade medieval. A Igreja de S. Pedro de Miragaia ostenta uma inscrição que faz alusão à origem sueva do templo, tendo sido detetados materiais romanos nas proximidades, bem como uma estela funerária de cronologia tardo-romana, a par de materiais medievais. No Monte dos Judeus foi recolhido um machado polido, de provável cronologia pré-histórica. Ainda no séc. XIII (Inquirições de 1258) há referências à existência de casas na outra margem do ribeiro, em direção ao Monte dos Judeus onde se situaria a sinagoga em fase anterior à criação da judiaria dos Olivais (1386).
70	Sta Catarina-Formosa	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Zona marcada pelo novo planeamento almadino, transformando antidas paisagens rurais numa nova imagem de cidade comercial. Rasgada sobre uma antiga quinta com capela devotada a Santa Catarina Mártir, a Rua de Santa Catarina já existia antes de 1748, tendo sido regularizada e prolongada até à Aguardente (Marquês) por iniciativa dos Almadas que criaram novos arruamentos sob uma apertada métrica de lotes e de composição arquitetónica.
71	Capela das Almas	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Capela dos inícios do séc. XVIII. Existe um plano topográfico de 1838 que mostra o novo alinhamento da Travessa das Almas, que passava por detrás da capela, um alinhamento anterior à Rua Bela da Princesa, antigo nome da Rua de Sta Catarina.
72	Fradelos	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Existem referências medievais ao lugar de Fradelos: em 1283 Mem Mouro deixou ao Cabido as terras que tinha em Fradellos em que se fizerão 2 casais. O topónimo tem origem no termo Frater Fratisque significa frades pelo que poderá indiciar a existência de um pequeno hospício nas imediações da atual capela. Registe-se que este local se encontra muito próximo da estrada velha para Guimarães, uma das principais vias de comunicação da cidade na época medieval, e que poderá ter origem numa via anterior.
73	Poço das Patas	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	No âmbito da construção de uma estação do Metro do Porto no Campo de 24 de Agosto, foi identificada e escavada uma Arca de Água do séc. XVI, originariamente chamada de Mijavelhas, e o espaço envolvente. Bem próximo situava-se a Ponte do Poço das Patas, documentada

			desde finais do séc. XVIII, no alinhamento da antiga estrada direita de Santilafonso, que passava pelo lado norte do Campo de S. Lázaro, junto à capela de Sto André. Existem registos do emprazamento feito pelo Concelho, em finais do séc. XV, de uns terrenos onde foi feita a Quinta do Reimão - termo que significa "infecto" - depois designada Campo do Cirne, e no séc. XVII toda a zona se encontrava em processo de urbanização.
74	Barão de Nova Sintra	Habitat Rural (Romano-Medieval)	Área próxima do lugar da Formiga, com boas condições para a implantação de uma ocupação antiga.
75	Lugar do Pinheiro de Campanhã	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Pequeno núcleo populacional concentrado no extremo de um pequeno esporão voltado ao vale de Campanhã, contíguo ao "castro" de Noeda, sítio de provável ocupação antiga. na doação do couto de Campanhã, de 1058, surge a referência «villa piniario», presumivelmente o lugar de Pinheiro. Cunha Freitas refere o "Casal do Pinheiro de Mira Flores", de Campanhã, que em 1343 se encontrava na posse do Cabido.
76	Casa e Quinta de Bonjóia	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	A propriedade encontra-se referenciada desde os finais do séc. XIV, época em que pertencia ao Chantre Martim Viegas, tendo os seus testamenteiros legado ao Cabido da Sé. A reedificação da casa residencial no séc. XVIII é identificada com a escola de Nicolau Nasoni. Junto à Quinta passava um caminho antigo onde ainda se vêm troços do aqueduto que alimentava a propriedade.
77	Capela e Monte de S. Pedro	Habitat Rural (Romano, Medieval)	Na documentação medieval há referências a S. Pedro de Azevedo, um morro com boa implantação topográfica, situado entre os rios Torto e Tinto e sobranceiro ao ponto de confluência destas linhas de água com o Douro, com potencial para uma ocupação antiga. A igreja de S. Pedro (Azevedo) é mencionada na doação de D. Teresa em 1120 ao bispo do Porto, e em 1343 a documentação refer o "casal de Azevedo" em Campanhã.
78	Outeiro do Tine	Habitat (Romano, Medieval)	Monte com boa implantação topográfica de controle sobre o rio Douro e o vale de Campanhã, com potencial para ocupação antiga. Aqui existiu um reduto militar do Cerco do Porto (1832-33), um forte fechado e com fosso assinalado na carta topográfica das Linhas do Cerco do Porto como "Forte do Tim".
79	Glória	Equipamento (séc. XIX)	Reduto fechado no Monte Pedral, sem fosso, com construções e posto telégrafo, erigido durante o Cerco do Porto.
80	Monte Cativo	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Relevo mencionado na carta de couto de D. Teresa, de 1120, servindo de limite ao território doado ao bispo do Porto, surgindo ainda referências nos séculos XVI e XVII, a propósito de propriedades foreiras à Colegiada de Cedofeita. Pela sua topografia e relação com a estrada velha de Vila do Conde, este local poderá ter tido ocupação medieval.
81	Bateria Ramada Alta	Equipamento (séc. XIX)	Bateria assinalada na Carta Topográfica das Linhas do Cerco do Porto, provavelmente situada no topo da pequena elevação situada nos logradouros das casas voltadas à capela da Ramada Alta.
82	Cedofeita	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	O mosteiro de S. Martinho de Cedofeita ficava próximo da estrada do Porto para Vila do Conde. Em 1148 já existia o templo, data da doação do couto à Colegiada de Cedofeita por D. Afonso Henriques, e uma carta de doação de D. Afonso II, de 1218, na qual, com base em informações dos próprios abades e cónegos regrantes, o monarca faz saber que «D. Afonso, nosso senhor e avo (Afonso Henriques) reparara o dito mosteyro e anovadamente o dotara». O templo românico terá sido (re)edificado na primeira parte do séc. XIII, provável época de instalação dos cónegos regrantes de Santo Agostinho e da criação da Colegiada de Cedofeita, mas a igreja possui capitéis em calcário do séc. X-XI e a

			existência de arcadas cegas na capela mor apontam para uma obra pré-românica. Também a inscrição do tímpano da porta principal, datada de 1767, refere a existência no local de um templo sagrado por Lucrécio, bispo de Braga, em 559, no tempo do Rei Teodomiro. Sondagens arqueológicas efectuadas junto à capela-mor, permitiram a descoberta de vestígios materiais de época tardo-romana. No ADP existe uma doação de um casal numa herdade em Cedofeita no ano de 1181. O mais antigo e fidedigno documento que se conhece, em que vem mencionado este mosteiro é uma bula do Papa Calixto II, datada de 1120, mas o próprio topónimo "cedo feita" indicia uma origem antiga.
83	Lugar de Pego Negro	Habitat Rural e Equipamento (Medieval)	A carta de Couto de D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Rio Tinto e sua abadessa D. Ermezinda Guterres, de 1141, cita o lugar de Pego Negro, em Campanhã, um dos limites do território coutado. Ao topónimo "pego" é atribuído o significado de "pegasus", um ribeiro, rio, qualquer alinhamento de água, de um simples açude a um lago (Elucidário de Viterbo), podendo ainda estar associado ao processo de tratamento do linho (curtir implica sumergir em água depois de ripado). O Lugar de Pego Negro é constituído por antigos moinhos, junto ao rio Torto e algumas casas.
84	Lugar do Regado	Habitat Rural (Medieval, Moderno)	Existem referências de inícios da época moderna (1552) aos "casais do Regado", então pertença do couto de Paranhos. As Memórias Paroquiais de 1758 registam a aldeia do Regado, uma das 15 aldeias de Paranhos na época.
85	Lugar de Lamas	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	No Arquivo Distrital do Porto há registos relativos a Paranhos, para os anos de de 1588, 1592, 1598, que referem a "aldeia de Lamas" (há também referências a Bouças, Tronco, Cabo, Couto, Fonte, Regado, Agueto); neste lugar existiu uma estrutura defensiva durante o Cerco do Porto (1832-1834). O Lugar de Lamas é um pequeno núcleo rural composto por algumas quintas e terreios agrícolas, de onde se destaca o solar de Lamas, casa setecentista brasonada. Na carta de 1892 e inclusivé na de 1939/40 são ainda bem visíveis dois núcleos de casas rurais, tendo apenas sobrevivido o conjunto mais a nascente.
86	Lugar da Póvoa	Habitat Rural (Moderno)	O Lugar da Póvoa surge referenciado em inícios da época moderna, sendo então um lugar de casais. Durante o Cerco do Porto foram erguidas baterias, abertas e sem fosso, no lugar da Póvoa de Cima e da Póvoa de baixo, ambas com sistema de canhoneiras.
87	Quinta de Santo Ovídio	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno, Expansão urbana séc. XIX)	A Quinta de Santo Ovídio ocupava parte da encosta do monte por onde passava a estrada de Ovídio, acima da Colegiada de Cedofeita, sendo uma das principais quintas dos arredores do Porto, notável pelos seus jardins e terraços. Nesta propriedade foi rasgada, no séc. XIX, a Rua de Álvares Cabral.
88	Imediações do Convento dos Dominicanos		Referências bibliográficas aludem a escavações realizadas em 1973 nas imediações do Convento dos Dominicanos, do lado sul, tendo-se encontrado vestígios arqueológicos presumivelmente da Idade do Ferro. Nesta área, aquando da abertura da nova rua a norte, foram recolhidas centenas de pedreneiras de sílex, achados relacionados com as várias estruturas fortificadas e linhas defensivas do Cerco do Porto existentes na área.

89	Laranjais-Bonjardim	Habitat Rural (Medieval, Moderno, Expansão urbana séc. XIX)	Área correspondente à expansão da malha urbana para norte, entre o eixo Bonjardim e Hortas-Almadas. Fora da Porta de Santo Elói, depois Porta dos Almadas, existia um terreiro com uma fonte desde o séc. XVI, a que se seguiam as "hortas do Bispo", referidas na documentação medieval; mais tarde o terreiro dá lugar à praça das Hortas, depois Praça Nova das Hortas, futuro centro cívico da cidade oitocentista. A Rua das Hortas passava junto ao bairro das Hortas-Laranjal (séc. XVIII) depois substituída e prolongada pela Rua do Almada até ao Campo de Santo Ovídio. Frente à Porta de Carros existia desde o séc. XVII a capela de Santo António, e, ainda no séc. XVII, os Congregados, daqui saíndo a antiga Rua do Bonjardim, já urbanizada em grande parte do seu troço inicial. O lugar de Bonjardim vem já referido no testamento do bispo do Porto, D. Vicente Mendes, de 1296, estando na posse do Cabido em 1427. Por ele passava a estrada velha de Guimarães que saía da Porta de Carros ligava ao largo da Aguardente (Marquês) seguindo para norte.
90	Condominhas	Habitat Rural (Romano, Medieval, Moderno)	Pequeno promontório que se eleva junto à foz da ribeira da Granja, protegido pelo vale deste afluente do Douro e pelo declive da Rua das Condominhas, configurando uma zona aplanada com potencial para uma ocupação antiga. No topo deste relevo identifica-se o topónimo Rua da Granja de Lordelo, sobrevivência do antigo couto da Granja de Santa Eulália.
91	Mouteira-Fábrica de Lanifícios de Lordelo	Habitat Rural e Equipamento (Romano, Medieval, séc. XIX)	Pequeno lugar de cariz rural, situado nas proximidades da ribeira da Granja e da antiga via medieval para Bouças que pode corresponder em alguns troços à antiga via romana que ligava à Via veteris, e não longe da Igreja de Lordelo (vestígios romanos e medievais), surgindo o topónimo num registo de óbito do séc. XVI. Nesta área existem as ruínas da Companhia de Lanifícios de Lordelo, datada de 1853 mas que sucede, provavelmente no mesmo local, à "fábrica de panos" de Plácido Teixeira, fundada em 1805, agora integradas num complexo habitacional.
92	Areias Altas	Habitat (Idade do Bronze)	Estação do Bronze Inicial/Médio, com datações de 1800 a 1600 aC, inicialmente descoberta por Russel Cortez da década de 50, por ocasião da abertura do prolongamento da Rua do Marechal Saldanha junto à Avenida da Boavista, no lugar das Areias Altas. Na altura foram identificados vestígios de uma estrutura em negativo e outros vestígios (fundo de cabana?) com espólios cerâmicos, líticos, macocológicos, entre outros, tendo na última década sido identificados vestígios deste habitat no extremo da plataforma que se eleva ao longo da linha da costa, junto ao declive para a antiga zona de lagoas situada no atual Parque da Cidade.
93	Monte Aventino	Necrópole (Pré-história)	No Parque de S. Roque e área circundante ter-se-ão implantado três redutos militares do Cerco do Porto (1832-33), chamados das Antas, integrados num mesmo complexo defensivo. O Monte Aventino, também chamado Monte da Costa (1892), faz parte do planalto das Antas (antiga Rua das Antas).
94	Monte Crasto	Habitat Rural (Castrejo, Romano, Medieval)	O Monte Crasto corresponde a um pequeno morro sobranceiro à linha de costa, cujo topónimo e implantação topográfica apontam para uma ocupação antiga. Junto ao Monte corria o ribeiro de S. Paio, topónimo que indicia uma provável ocupação medieval, e nesta área regista-se também o topónimo Gondarém, de origem alti-mediévica (indício de uma villa?).

95	Circunvalação	Via e Equipamento (Moderno)	A Estrada da Circunvalação percorre, sensivelmente, todo o perímetro exterior da cidade, à exceção da zona de Campanhã e na zona da Areosa. Na sua origem, este perímetro era constituído por troços de barreiras complementados por um fosso e postos alfandegários localizados junto das ruas de entrada na cidade. Esta extensa cinta urbana foi feita com o propósito de controlar a entrada de mercadorias da cidade, para cobrança de contribuições municipais que a Lei de 25 de fevereiro de 1861 tinha facultado ao concelho do Porto, tendo o projeto sido aprovado em 1889 e a obra concluída em 1897. A obra "As Barreiras da cidade do Porto" descrevem esta estrutura: "A maior parte desta linha seguia ao longo de um largo fosso ou vala com extensão de 16 345 metros, cavada em volta da cidade", do Freixo a Campanhã, tendo postos de vigia nos locais de entrada na cidade. Tinha duas estradas a ladear o fosso: a estrada exterior e a interior - a que se designou "Circunvalação" - ao longo da qual são visíveis alguns panos do "muro" e postos alfandegários, tendo o fosso sido aterrado.
96	Rio Douro	Via (Romano, Medieval, Moderno)	
97	Estrada para Amarante	Via	
98	Estrada para Guimarães	Via	
99	Estrada para Vila do Conde	Via	
100	Estrada para Gondomar	Via	
101	Caminho para Azevedo	Via	
102	Estrada para Bouças e Vila do Conde	Via	
103	Caminho para Nevogilde	Via	
104	Variante da Estrada de Guimarães	Via	
105	Estrada para Barcelos e Vila do Conde	Via	
106	Caminho para a Foz	Via	
107	Variante da estrada para Braga	Via	
108	Estrada para Braga	Via	

Figura 40 – Quadro com Inventário do Património Arqueológico

(informação disponibilizada pela DMMPC)

3.2 Proposta de Categorização do Património Arqueológico

Com base na informação confirmada e registada nos serviços do Município do Porto, foi elaborada uma listagem de bens arqueológicos, assumidos desde logo, predominantemente, como resultado de intervenções realizadas segundo metodologias de intervenção arqueológica. No quadro (Fig.40) que reporta a informação registada nos serviços municipais, apresentamos a listagem de bens arqueológicos. Nesta no âmbito do presente relatório mantemos os números de referência que nos foram indicados, assim como as designações e indicações toponímicas. No âmbito das matrizes apontam-se diferentes categorias de "marcas", assumidas como resultado do "casamento do trabalho do homem sobre a natureza", reconhecidas no território, com a indicação cronológica que julgamos definidora da "marca patrimonial".

Com efeito, no presente relatório definem-se quatro categorias permitindo apresentar o seguinte reconhecimento dos valores patrimoniais da cidade: "Habitat", "Necrópoles", "Vias", "Equipamentos".

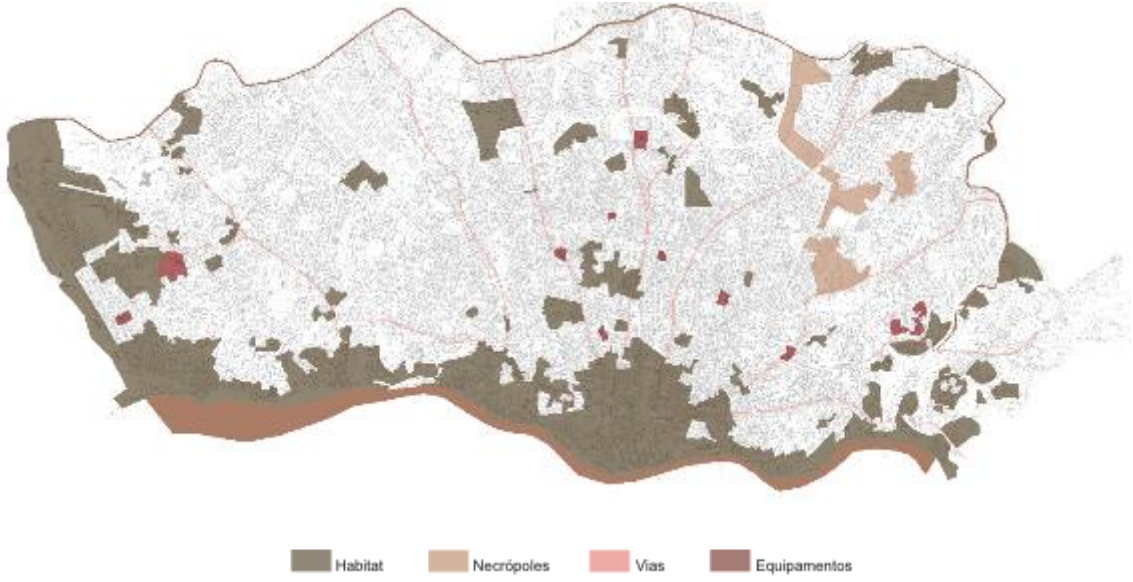


Figura 41 – Planta com Identificação de Categorização do Património Arqueológico

3.2.1 Habitat

Na categoria dos Habitat, usa-se uma definição ampliada, com dupla perspetiva, na medida em que se assume, em simultâneo, a identificação cronológica e, também, a identificação geomorfológica e geoestratégica.

Reconhecemos que na perspetiva do reconhecimento da "marca" no território, assumida como matriz, podemos ter, por exemplo, um "habitat romano com aproveitamento ribeirinho" simultaneamente integrável em duas categorias, especificamente na 1.3 e na 1.4. No entanto, julgamos que tal situação reforça a capacitação da decisão de salvaguarda por parte de quem tem responsabilidade de gestão do território e de decisão sobre os métodos preventivos a usar caso a caso.

Assim, consideram-se:

3.2.1.1 Habitat do Bronze

Reconhecido por intervenção com metodologia arqueológica, com definição cronológica obtida predominantemente por estratigrafia, com identificação de achados *in situ* ou avulsos em contexto.

3.2.1.2 Habitat Castrejo

Reconhecido por intervenção com metodologia arqueológica, com definição cronológica obtida predominantemente por estratigrafia e com identificação de técnicas construtivas características da arquitetura castreja.

3.2.1.3 Habitat Romano

Reconhecido por intervenção com metodologia arqueológica, com definição cronológica obtida predominantemente por estratigrafia e com identificação de técnicas construtivas da arquitetura romana.

3.2.1.4 Habitat com aproveitamento ribeirinho

A existência, ao longo da margem do Douro, de vestígios de pilares, colunas e suportes em madeira indiciadores de pequenos cais, assim como vestígios de estaleiros e de estruturas rampeadas, hoje em dia desafetadas ou quase desaparecidas, é testemunho de antiga dinâmica fluvial, piscatória e de transporte marítimo, que caracterizou o Douro até meados do séc. XX.

A contínua descoberta de novos locais de ocupação ribeirinha das margens do Douro, datáveis de época romana e tardo-romana, assim como a descoberta de espólios de importação em

contextos da romanização, permite inferir da importância do Douro como canal de navegação em épocas antigas. A discussão do texto de Estrabão torna, desde logo, o leito do Douro num potencial depósito de vestígios dessa circulação, apesar das dragagens naturais e mecânicas que teve ao longo do tempo.

3.2.1.5 Habitat rural

Conjuntos de casais e pequenas quintas, de cariz rural e sem dinâmica comercial, com aro agrícola envolvente, por vezes afastados dos principais eixos de comunicação.

3.2.1.6 Habitat paroquial

Pequenos núcleos populacionais que existiam no território envolvente da cidade medieval, ligados a uma rede viária e com alguma dinâmica comercial, assumidas como núcleos com igreja ou pequena ermida, referenciadas nos séculos IX a XIII. Estes núcleos, originando paróquias, estão na origem das freguesias que compunham o anterior mapa administrativo do Porto.

Os lugares correspondem, nesta matriz, aos pequenos aglomerados concentrados, com alguma dinâmica comercial, regra geral situados próximos ou no cruzamento de vias, enquadrados em territórios paroquiais

3.2.1.7 Habitat associado à expansão da cidade

Marcados pelo duplo modelo de desenvolvimento e crescimento da cidade moderna:

- A partir da expansão de pequenos núcleos habitacionais de desenvolvimento orgânico, situados em áreas ligeiramente afastadas do núcleo urbano, ou pequenos “bairros” estabelecidos fora do núcleo urbano;
- A partir do processo de ocupação ao longo dos principais eixos viários, ligados às portas de saída da cidade, que geraram novos eixos, de forma “espontânea” ou, desde o século XVIII, obedecendo a parâmetros pré-definidos.

3.2.1.8 Habitat do centro urbano intra-muralha

Considera-se o espaço urbano amuralhado na época medieval, de elevada densidade ocupacional e viária, que traduz, potencialmente, uma maior complexidade estratigráfica evidenciada pela longa diacronia do uso da cidade.

3.2.2 Necrópoles

Integram-se os locais identificados com marcas de enterramento com definição cronológica, indicadora de ritos e de processos de enterramento. Como exemplo pode-se apontar a necrópole megalítica (Pré-história) que existiu num dos pontos planálticos do Porto, sobre os 150 metros de altitude, reconhecido genericamente por Antas.

3.2.3 Vias

São referências fundamentais os eixos viários de tradição romana, reconhecidos pelas técnicas construtivas e pelas cotas das implantações, os eixos viários de ligação da cidade medieval com o território envolvente, as vias regionais de atravessamento do território ou as vias intra-territoriais de comunicação. Como se aponta, estas vias têm, por vezes, correspondência com traçados viários mais antigos, nomeadamente da época romana e tardo-romana, e foram sendo absorvidas pelo desenvolvimento urbano que as segmentou, inserindo-as em diferentes arruamentos.

3.2.4 Equipamentos

Definem-se como “equipamentos” os locais onde se encontram os vestígios de uma construção ou estrutura, desativada, de tipologia ou funcionalidade diversa, não habitacional, ou nos locais onde se presume a existência de vestígios arqueológicos de uma estrutura antiga, fruto da investigação documental, conjugada com indicadores do relevo, da toponímia ou doutra fonte fidedigna.

3.3 Diagnóstico

No início do século XXI temos constatado que está a ser reprogramado a noção moderna, económica e política, de centro e de periferia, quer na Europa quer no mundo e, neste sentido, Portugal e especialmente o Porto, objeto dos desafios de posição, dos efeitos colaterais da crise mundial e das aparentes debilidades internas estruturais e de funcionamento, continua a ter fatores caracterizadores da sua construção secular, reconhecidos como identitários.

Parece notório o reforço de civismo para os novos tempos de intervenção e de administração, fundamental para que a narrativa retome e reforce, interna e externamente, a dignidade da sustentabilidade histórica do território. Isto só é possível com aumento do conhecimento e da fruição da nossa Paisagem Cultural Milenar Identitária e, como tal, evolutiva e viva, assumida como Património com alto valor Prospetivo. Neste sentido interpretamos o sentido direto da palavra PATRIMÓNIO, substantivo masculino, com o significado de Herança e da palavra PROSPETIVO, adjetivo, significa “que faz ver adiante ou ao longe”.

As escavações arqueológicas e a investigação realizada nas últimas décadas no Porto têm permitido acrescentar conhecimento, conciliado com muita informação recolhida ao longo de muito tempo até meados da década de 70, embora, por vezes, sem as características que desde então, gradualmente, tem vindo a assumir.

Normalmente os indicadores sobre o património eram registados numa lógica de “autópsia”, na medida em que se procurava analisar o que se passou, identificar o passado. No entanto, o desafio é evoluir numa abordagem para uma lógica de “biópsia”, na medida em que permite ver o que se está a passar e desenvolver ações apropriadas para melhorar o existente, ajudando ao planeamento do futuro.

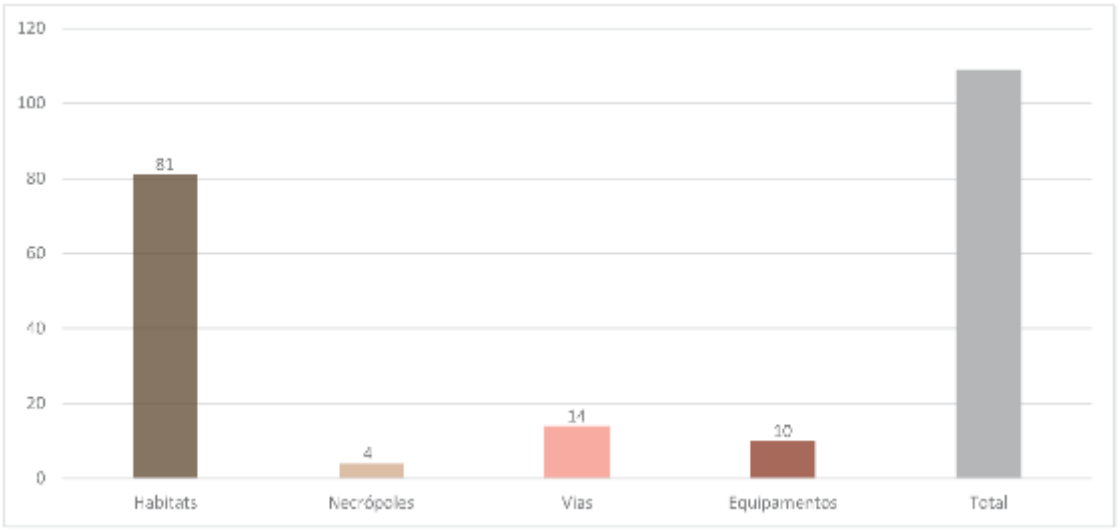


Figura 42 – Gráfico com Categorização do Património Arqueológico

Apresentam-se noventa e cinco “sítios” sobre os quais o Município já desenvolveu investigação (DMMPC), caracterizou e criou uma designação. Apresentamos mais treze, numerados de 96 a 108, na medida em que julgamos dever valorizar os traçados das estradas e vias que marcaram e estruturaram o território ao longo dos séculos. Para todos os 108 “sítios” designados, apresentamos a interpretação definidora das suas “Matrizes”.

Qualquer desafio diagnóstico, mesmo que suportado em gráficos de categorização do Património, permite, tão só, leituras muito generalistas, na medida em que as especificidades do povoamento milenar obrigam a que cada caso seja analisado autonomamente. No entanto, a categorização que apresentamos permite algumas constatações que nos atrevemos a apontar. Por exemplo, nos planaltos do Porto, em torno dos 150 metros de altitude, genericamente conhecidos por zona das Antas, reconhecem-se eventuais necrópoles megalíticas. Há ainda espaços cuja escavação programada pode contribuir para o conhecimento.

Os diversos reconhecimentos como “habitat”, com diferentes tipos e cronologias, mais não fazem que confirmar o Porto como espaço com predomínio de habitação, embora com distintas localizações e sistemas ao longo do tempo. Por exemplo, a riqueza dos solos para fins agrícolas certamente que propiciaram o uso organizado desde os romanos, eventualmente com acentuação em época tardo-romana. Mas, afinal, tal uso qualificado, de pendor agrícola, em muitas áreas do Porto, desde Campanhã a Lordelo e a Aldoar, entre outras, perduraram até ao século XX.

Assim, os achados definidores que se conhecem e aqueles que suportam, com elevada probabilidade, a presunção científica, aconselham, até exigem, que a salvaguarda do solo milenar seja garantida por trabalhos sistemáticos de “prospeção”, numa primeira abordagem, e

de “escavação arqueológica”, na abordagem definitiva a todos os espaços ainda livres que existem no território do município. Tal aumentará os fatores caracterizadores da construção secular do território, reconhecidos como identitários e enriquecerá a sustentabilidade histórica do território.

No gráfico salienta-se, pelo número, a categoria Habitat, salvaguardando-se que aqui reunimos os sítios reconhecidos como lugar organizado onde se vive e cresce, servindo para habitação, com diversas matrizes, aqui sem distinção cronológica de construção e uso, deixada para a listagem anexa.

Também as vias e os equipamentos são reunidos sem distinção cronológica de construção.

Em contrapartida, na categoria Necrópoles os sítios incluídos estão concentrados em cronologia Pré-histórica, geralmente reconhecidos por monumentos megalíticos e situados em espaços de planalto.

3.4. Caracterização para Efeito de Gestão

Sobre as perspetivas e lógicas de gestão das marcas patrimoniais que compõem a carta arqueológica do PDM do Porto, interessa referir que foram considerados diferentes aspetos relacionados com a especificidade do devir urbano da cidade. Considera-se, naturalmente, o conhecimento que temos das antigas ocupações e da forma como este território foi sendo organizado e construído, mas também salvaguardamos as limitações relativas desse conhecimento. Reconhece-se a consciência da forte pressão urbanística a que a cidade está permanentemente sujeita, embora se queira vê-la como fator de conhecimento apesar de, frequentemente, contribuir para o desaparecimento dos vestígios.

Limita-se a caracterização das marcas patrimoniais reconhecidas por metodologia arqueológica a dois grupos:

3.4.1 Área de Valor Arqueológico

Integram-se todas as marcas comprovadas por registo proveniente de escavação arqueológica ou por achados definidores.

As Áreas de Valor Arqueológico (AVA) correspondem às anteriormente designadas PEPA, nomeadamente “(...) perímetros especiais de proteção arqueológica (...) definidas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados”.

(Diário da República, 2.ª série – N.º 207, de 25 de outubro - Aviso n.º 14332/2012, Artigo 46.º)

3.4.2 Área de Potencial Arqueológico

Integram-se todas as referências que permitam salvaguardar o que ainda pode existir, com base em indicadores que justificam a “presunção científica”.

As Áreas de Potencial Arqueológico (APA) - correspondem às anteriormente designadas ZOPA (Zona de Potencial Arqueológico), nomeadamente as "(...) definidas com base em referências documentais, toponímicas ou eventuais achados, cuja localização precisa se desconhece (...)" (Diário da República, 2.ª série – N.º 207, de 25 de outubro - Aviso n.º 14332/2012, Artigo 46.º)

As Zonas Automáticas de Proteção (ZAP) e Zonas Especiais de Proteção (ZEP) podem integrar Áreas de Valor Arqueológico (AVA) e Áreas de Potencial Arqueológico (APA), consoante a situação específica. As Zonas Especiais de Proteção (ZEP) correspondem aos perímetros legalmente definidos para imóveis classificados. As Zonas Automáticas de Proteção (ZAP) correspondem aos perímetros das zonas de proteção de 50 m de imóveis classificados ou em vias de classificação para os quais não esteja estabelecida a ZEP.

As Áreas de Valor Arqueológico (AVA) e as Áreas de Potencial Arqueológico (APA) são delimitadas por perímetros assinalados em planta. Os perímetros são linhas delimitadoras dos espaços sujeitos a proteção específica. As Áreas de Potencial Arqueológico podem transformar-se em Áreas de Valor Arqueológico, desde que a investigação comprove a sua importância.

Critérios para a delimitação de Áreas de Valor Arqueológico (AVA)

- Critério de englobamento da parcela no seu todo, incluindo logradouro, muros e eventuais construções anexas;
- No caso de AVAs limitadas por ruas, a delimitação da AVA é definida pela linha de fachada da frente da rua, de forma a incluir a totalidade da rua (área de potenciais vestígios arqueológicos);
- A AVA da frente de rio avança cerca de 20 metros sobre o rio para salvaguardar os potenciais vestígios arqueológicos relativos aos antigos portos e habitats de ocupação ribeirinha.

Critérios para a delimitação de Áreas de Potencial Arqueológico (APA)

- Critério de englobamento da parcela no seu todo, incluindo logradouro, muros e eventuais construções anexas;
- No caso de APAs limitadas por ruas, a delimitação da AVA é definida pela linha de fachada da frente da rua, de forma a incluir a totalidade da rua (área de potenciais vestígios arqueológicos);
- A APA correspondente ao canal de navegação (motivada pela presença de potenciais vestígios arqueológicos no leito do rio) é limitada pela mediatriz do Rio Douro até ao extremo da AVA da frente rio (20 metros sobre o rio).

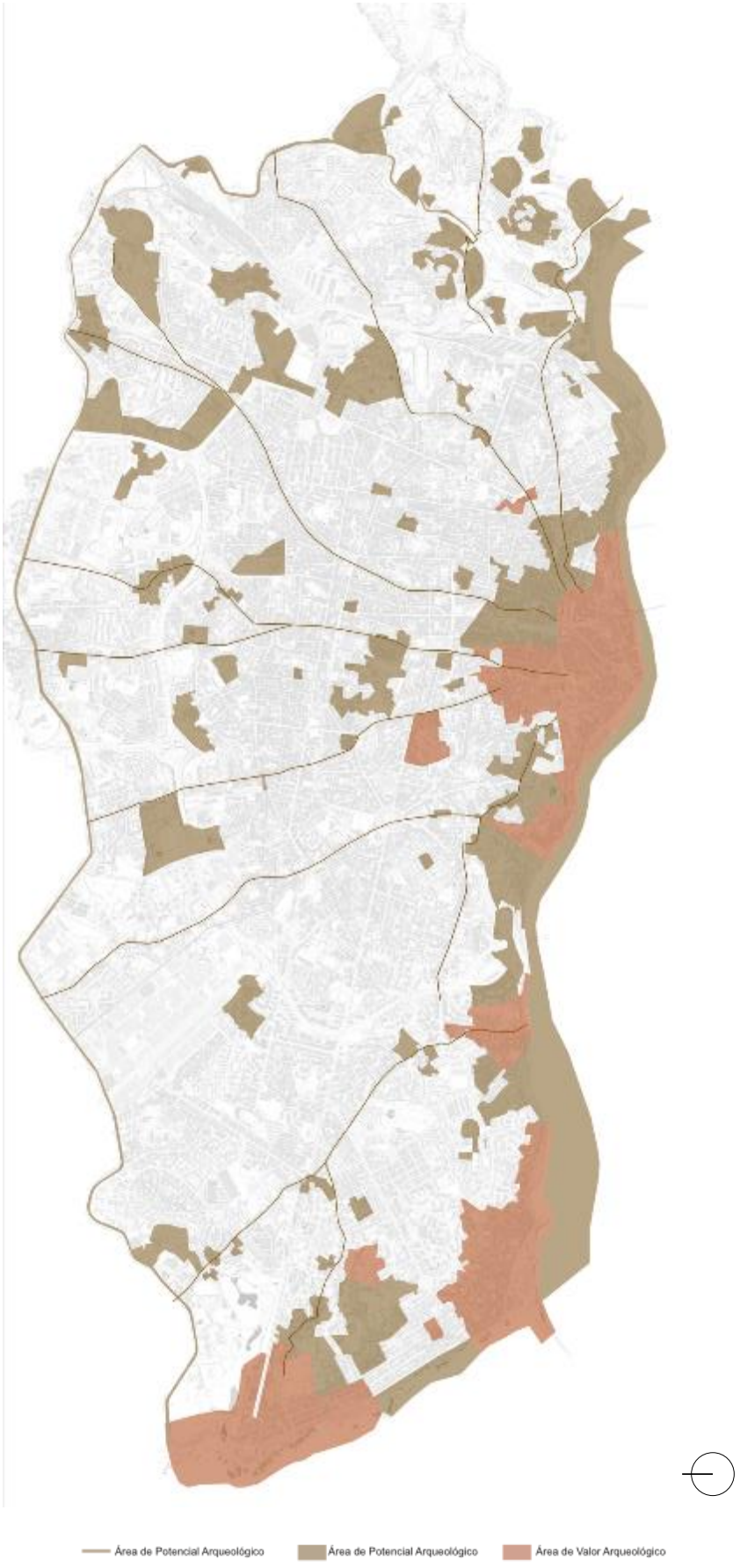


Figura 43 – Carta de Potencial Arqueológico

Figura 44 – Carta Síntese do Património com sobreposição de Carta de Património e de Carta de Potencial Arqueológico

4. Visão estratégica: Quadro Síntese

Por fim, apresenta-se abaixo uma súmula de Pontos Fortes e Pontos Fracos relativos aos "Valores Patrimoniais" da Cidade do Porto, identificados a partir do presente Relatório de Caracterização e Diagnóstico.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- O 'Centro Histórico do Porto' faz parte da lista do Património Mundial da UNESCO, desde 1996. - Cidade do Porto apresenta um considerável património inventariado, com abrangência cronológica, tipológica e geográfica (1324 bens inventariados, 157 bens classificados). - O inventário do Património Arquitetónico e Arqueológico é objeto de permanente atualização pela DMMPC em função do resultado de pesquisas em curso. - A Cidade do Porto integra uma significativa área com Proteção Legal (18% da área do concelho, corresponde a áreas classificadas como MN, CIP ou Zonas de Proteção). - A CMP dispõe de uma equipa interdisciplinar de técnicos reconhecidamente qualificados nas áreas da história, arqueologia, arquitetura e urbanismo que tem permitido aprofundamento e rigor no que respeita às questões de inventariação e tutela do Património Arquitetónico e Arqueológico. - O Inventário do Património e o Relatório do PDM (2006) transmite conceito de património abrangente, contemporâneo e operativo (incluindo não só bens e imóveis, mas também conjuntos, áreas urbanas e espaços verdes): (1) Imóveis e Conjuntos de Interesse Patrimonial, (2) Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico, (3) Núcleos e Lugares e (4) Espaços Verdes com Valor Patrimonial. - O património inventariado encontra-se distribuído geograficamente por toda a área do concelho, embora com maior incidência na zona central correspondente ao antigo núcleo intramuralha e nas frentes de água. - Fichas de Inventário/Caracterização do Património Arquitetónico encontram-se codificadas com sigla na Carta do Património do PDM.	- A inexistência de 'agrupamentos' ou 'categorias' no inventário do património (1324 bens) dificulta o processo de inventariação e de gestão urbanística (ver proposta no presente relatório). - Reduzido número de imóveis e conjuntos classificados como de Interesse Municipal (2% do total dos bens inventariados) - Questões apontadas no Inventário do Património: (1) Inventário de bens e imóveis de interesse patrimonial: - défice de obras e conjuntos da 2ª metade do século XX (ex: Bairros do SAAL; proposta a apresentar no 3º Relatório) - categoria/grupo 'mobiliário urbano e obras de arte pública' centra-se essencialmente no séc. XVIII, deveria integrar obras da Carta de Arte Pública (DMMPC) (ex: estátuas do Jardim de S. Lázaro; proposta a apresentar no 3º Relatório). - défice de obras de arquitetura de 'matriz industrial' e de 'matriz rural' (ex: antigas industrias; moinhos; a completar pelos serviços competentes). (2) Áreas de interesse urbanístico e arquitetónico (AIUA) nalguns casos correspondem a áreas demasiado extensas com inclusão de áreas desqualificadas urbanisticamente (ex: antiga ACRRU; proposta de revisão de AIUA no presente relatório). - Insuficiente enquadramento e articulação entre o Plano de Gestão do 'Centro Histórico do Porto' (Projetos estratégicos da SRU) com a estratégia do PDM. - Fichas de Inventário/Caracterização carecem de informação sobre o interior dos imóveis e sobre os elementos a preservar (proposta de reformulação de Ficha de Inventário a apresentar no Relatório 3). - Critérios de Inventariação não estão explícitos nas Fichas de Inventário/Caracterização (proposta a integrar no Relatório 3). - Dificuldade da gestão urbanística impedir obras de demolição em áreas e edifícios inventariados ou classificados.

Figura 45 – Quadro Síntese de visão estratégica

Equipa técnica

Francisco Barata Fernandes

Lino Tavares Dias

Rui Fernandes Póvoas

Teresa Cunha Ferreira

Direção Municipal de Urbanismo

Departamento Municipal de Planeamento Urbano

Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

Contacto: dmpot@cm-porto.pt